

**Nº25 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 13 de dezembro
de 2018. -----**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dez de dezembro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por motivos profissionais. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, estará ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar que integra um debate potestativo por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD e votações, antecidos de reunião da direção e do Grupo Parlamentar. -

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) I Aqua Fórum do Alto Tâmega - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, em Vidago, no pretérito dia 30.11.2018, do I Aqua Fórum do Alto Tâmega, fórum que contou com a participação de um conjunto de especialistas do sector e trouxe, como novidade, a apresentação do centro de valorização e transferência de tecnologia da água, o qual pretende tornar o elemento "água" como produto ancora para o desenvolvimento regional e de produção da atividade turística

b) Nota de congratulação - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara apresentou uma nota de congratulação, pela vitória da Banda Musical de Loivos, no Concurso Internacional de Bandas Filarmonia D'Ouro. --- A Banda Musical de Loivos é dirigida, desde o ano de 2012, pelo Maestro, Luciano Pereira, também ele galardoado com o prémio Batuta d'Ouro 2018. -----

O Município felicita todos os músicos, membros da direção e sócios da Banda, pelo resultado alcançado, o qual muito orgulha o Concelho e a Região. -----

c) Assinatura de protocolo entre o Município de Chaves e a "Altice Portugal" para a expansão da rede de fibra optica no Concelho - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da celebração de protocolo, entre o Município de Chaves e a "Altice Portugal" tendo como objeto central a expansão da rede de fibra optica no Concelho.

No âmbito de tal protocolo, a "Altice" ofereceu tablet's aos três agrupamentos escolares de Chaves e, ainda, alguns equipamentos e vouchers ao Patronato de S. José. -----

Tudo, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual foi ratificado, por unanimidade, pela Câmara Municipal. -----

d) Chaves Natal - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, aproximadamente, 2000 crianças do ensino pré-escolar e 1º Ciclo das escolas de Chaves celebraram, durante de ontem, a época natalícia com o programa de atividades Chaves Natal. -----

O programa passou, pela visita à tenda Natal, onde as crianças patinaram na pista de gelo e fizeram os seus pedidos ao Pai Natal. --

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 29 de novembro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. PROTOCOLOS DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP). - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 87/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento Legal: -----

1 - Considerando que, nos termos do artº17º do DL nº247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo DL 248/2012, de 21 de novembro, podem, nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas Associações Humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida por Portaria nº 1358/2007,

de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº75/2011, de 15 de fevereiro. -----

2 - No âmbito do objetivo "Melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro", prevê-se a melhoria e eficiência da proteção civil e das condições de prevenção e socorro a acidentes e catástrofes, mediante a valorização das associações e dos corpos de bombeiros voluntários, reforçando os incentivos ao voluntariado, ao apoio ao funcionamento e equipamento e do pleno aproveitamento das capacidades operacionais e de comando. -----

3 - Considerando ainda que, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 157-A/2017, de 27 de outubro, veio a consagrar-se um conjunto de medidas tendentes a uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais e que se estendem a outras áreas de proteção e socorro, resultando, por conseguinte, uma valorização da profissionalização dos operacionais, desenvolvendo as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), em parceria com os municípios e com as Associações humanitárias de bombeiros, por forma a garantir uma pronta e eficaz resposta às ocorrências que envolvam intervenções de socorro às populações e proteção dos seus bens; -----

4 - Considerando já terem sido celebrados **dois protocolos entre a Autoridade Nacional de proteção Civil (ANPC), o Município de Chaves e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública de Chaves, e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses**, tendo em vista a regulação das condições de contratação, funcionamento e manutenção, pelas respetivas Associações de Bombeiros, dos elementos que irão integrar as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), ao abrigo das disposições previstas na Portaria nº1358/2007, de 15/10, alterada pela Portaria nº75/2011, de 15/02. -----

II - Proposta em sentido estrito: -----

1 - Face aos considerandos atrás expostos, **veio a ser apresentada minuta de protocolo, a celebrar entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o Município de Chaves e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vidago**, tendo em vista a regulação das condições de contratação, funcionamento e manutenção, pela respetiva Associação de Bombeiros, dos elementos que irão integrar as Equipas de Intervenção Permanente (EIP), ao abrigo das disposições previstas na Portaria nº1358/2007, de 15/10, alterada pela Portaria nº75/2011, de 15/02. -----

2 - O clausulado da referida minuta de Protocolo, consagra, para além do modo de funcionamento, da forma de constituição da relação jurídica de emprego - contrato individual de trabalho -, do método de avaliação, dos direitos dos elementos da equipa, ainda, um conjunto de obrigações afetas aos outorgantes quanto à assunção das despesas inerentes ao funcionamento das EIP's, cabendo, ao Município de Chaves e à ANPC, a comparticipação, em partes iguais, dos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, mensalmente e a título de subsídio, por cada elemento contratado e correspondente ao valor de tal remuneração, bem como demais encargos com seguros e segurança social.

3 - Por conseguinte, solicita-se autorização para a realização da despesa, a transferir mensalmente, para a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vidago**, de acordo com os seguintes montantes e regalias, a título de subsídio mensal: -----

- Remuneração base mensal: 617,40€/homem; -----

- Subsídio de refeição por cada dia de prestação de serviço efetivo: 4,77€/homem/dia; -----

- Subsídio de férias e Natal, em junho e novembro, de acordo com legislação em vigor; -----

- Suplemento mensal sobre o valor de remuneração base mensal, de 25%, a atribuir ao elemento que exerça funções de chefia da EIP; -----
 - Encargos com Segurança Social; -----
 - Encargos com Seguros. -----
3.1. - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vidago: ---
- 4 bombeiros + 1 bombeiro a exercer funções de chefia da EIP -----
 a) remuneração base = 3.087,00€ + 154,35€ (subsídio de chefia) = 3.241,35€/mês -----
 b) subsídio de refeição = 481,00€/mês, a título de subsídio de refeição;
 c) Encargos Segurança Social = 722,82€/mês; -----
 d) Encargos com Seguro = 87,30€/mês. -----
 Total mensal AHBV = 4.532,47€ (o subsídio de refeição foi apurado base/22 dias). -----
 Total da despesa global 2019 (14 meses) = 63.454,58€ -----
Total mensal afeta ao município= 2.266,24€ (50% dos respetivos encargos); -----
Total despesa 2019 (14 meses) - componente do Município de Chaves = até 31.727,36€ (50% dos respetivos encargos); -----
 3.2 - Verifica-se assim, o seguinte valor médio previsto para a AHBV, a efetivar mensalmente, pelo Município de Chaves e, condicionada à apresentação, pela respetiva Associação Humanitária, da competente lista de encargos mensais, discriminada por componente da despesa dos elementos constituintes da EIP = **2.266,24€/mês/Associação, correspondente a 50% do valor imputado ao Município de Chaves, sendo que os restantes 50% são da competência da ANPC. -----**
 3.3. Para os devidos efeitos deverá acautelar-se o respetivo tratamento dos encargos para 2019 e, bem assim, os plurianuais, tendo em conta a vigência da presente minuta de protocolo, nos termos da sua cláusula 10º, em anexo. -----
 4 - A despesa objeto de tal protocolo tem enquadramento orçamental na rubrica da despesa 04070199, de acordo com informação de cabimento e compromisso, em anexo. -----
 5 - O presente protocolo é válido por um período de 3 (três) anos e renovável automática e sucessivamente por igual período, caso não seja resolvido por qualquer das partes. -----
 6 - Para o efeito, nos termos do disposto na alínea o), do nº1, do artº 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, "(...) deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos", submete-se à próxima reunião do órgão executivo, a minuta de Protocolo, em anexo, a outorgar pelas partes intervenientes, tendo em vista a aprovação do seu clausulado e, bem assim, a realização da despesa inerente ao subsídio a conceder à **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vidago, em 2019 e seguintes. -----**
 Chaves, 03 de dezembro de 2018 -----
 O Presidente da Câmara Municipal, -----
 (Nuno Vaz) -----
(anexo: Minuta de Protocolo) -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM. PROPOSTA 88/GAPV/18. ---

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1. Considerando que a Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém, contribuinte n.º 507 233 786, veio, através de requerimento datado do pretérito dia 12/10/2018, solicitar a colaboração deste Município, centrada na cedência, a título de comodato, do prédio abaixo identificado - ponto n.º 2 - a fim de que a mesma se sirva dele para a realização de atividades relacionadas com as suas atribuições; -----
2. Considerando que o prédio designado por "Escola Primária de Ventuzelos", destinado a escola primária, sito na Rua da Fonte, Ventuzelos, freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, se encontra inscrito na respetiva matriz sob artigo P - 1841º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 3806/20181112, da referida Freguesia;-----
3. Considerando que o referido espaço se encontra devoluto devido ao encerramento das escolas sedeadas na respetiva freguesia, no âmbito da reorganização da Rede Escolar levada a efeito pelo Ministério da Educação, não se prevendo, a médio prazo, que o Município venha a ter necessidade do mesmo; -----
4. Considerando que a necessidade por parte da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém de ocupar o referido espaço se relaciona diretamente com o desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e recreativo, as quais constituem uma mais-valia para o enriquecimento da população em geral; -----
5. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----
6. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----
7. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste concelho e da região. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 7º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município;
2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. j), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

- a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém, tendo como objeto o prédio atrás identificado, e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias que segue em anexo à presente proposta; -----

b)Sequencialmente, deverá a presente proposta de celebração de contrato de comodato ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea j)), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, legitimando, simultaneamente, o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato; -----

b) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém, através da emissão da competente notificação. -----
Chaves, 4 de dezembro de 2018 -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

Em anexo: A referida minuta de contrato de comodato. -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva n.º 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Presidente da Câmara, Nuno Vaz, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de ____ de _____ de 2018 -----

e da Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia _____. -----
e -----

A Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém, contribuinte n.º 507 233 786, com sede na _____, freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, representada neste ato por _____, com poderes para o ato e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Identificação do imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário de um imóvel designado por "Escola Primária de Ventuzelos", destinado a escola primária, sito na Rua da Fonte, Ventuzelos, freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob artigo P - 1841º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 3806/20181112, da referida Freguesia. -----

Cláusula 2ª -----

(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para a realização de atividades relacionadas com as respetivas atribuições, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----

(Das Obrigações do comodatário) -----

O segundo outorgante fica obrigado a fazer um uso prudente e cuidado do identificado prédio, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

- a)** Manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----
- b)** Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----
- c)** Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----
- d)** Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal, nomeadamente, para a realização de atos eleitorais e/ou referendos, coordenados pela Comissão Nacional de Eleições.-----

Cláusula 4ª -----

(Benfeitorias) -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula 5ª -----

(Prazo de vigência) -----

1. O presente contrato tem a duração de **10 anos**, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

2. O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de receção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

3. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil.

Cláusula 6ª -----

(Resolução do contrato) -----

1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante prevista na cláusula 3.ª. -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

Cláusula 7ª -----

(Entrada em vigor) -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura. -----

Cláusula 8ª -----

(Disposição final)-----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no artigo 1129º e seguintes do Código Civil. -----

O Presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares para cada um dos outorgantes. -----

Assim o outorgaram. -----

Chaves, ____ de ____ de 2018 -----

O primeiro outorgante : _____

O segundo outorgante : _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. APROVAÇÃO DE MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 89/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ANTECEDENTES -----

1. No passado dia 20 de abril de 2015, o Executivo Camarário, em sua reunião ordinária, aprovou a proposta consubstanciada na "Aprovação de matriz de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Chaves e a Freguesia de Ervededo - Proposta n.º 56/GAP/2015 -", a qual veio a ser sancionada, pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29 de abril de 2015.

2. Em 11.05.2015 foi, a Junta de Freguesia de Ervededo, devidamente, notificada da aprovação da matriz de Contrato Interadministrativo de delegação de competências, a celebrar com o Município de Chaves, a fim de se proceder à entrega dos documentos necessários para a outorga do referido contrato, não tendo, a referida junta, procedido à entrega dos mesmos. -----

II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Na presente data, a Junta de Freguesia de Ervededo, veio manifestar a sua vontade no sentido de proceder à outorga do supra referido contrato interadministrativo, nos precisos termos da proposta 56/GAP/2015, já aprovada, nos pretéritos dias 20.04.2015 e 29.04.2015, pelo Órgão Executivo e Deliberativo Municipais, respetivamente, mediante a entrega dos documentos necessários à outorga do supra referido contrato, muito concretamente, Ata da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia a aprovar a matriz do contrato interadministrativo. -----

2. Neste contexto, propõe-se a aprovação da presente proposta, a qual reproduz, para todos os efeitos, a proposta n.º 56/GAP/2015, e a matriz de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar, entre o Município de Chaves e a Freguesia de Ervededo, documentos que se anexam à presente proposta. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja adotada deliberação consubstanciada na aprovação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências, a celebrar, entre o Município de Chaves e a Freguesia de Ervededo, conforme documento cujo teor integral se anexa à presente proposta, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto na alínea l), do n.º 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

b) Sequencialmente, deverá a presente proposta para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, na Freguesia de Ervededo, ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

c) Caso a presente proposta venha a ser aprovada, nos termos, anteriormente, sugeridos, o Presidente da Câmara deverá ficar legitimado a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado Contrato Interadministrativo, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art. 35º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

d) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Freguesia de Ervededo, através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 03 de dezembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: -----

- Proposta 56/GAP/2015; -----

- Documentos apresentados, para o efeito, pela Junta de Freguesia de Ervededo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. EMPREENDIMENTOS, HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. EHATB - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º TRIMESTRE 2018 ----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião do Executivo para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO - PRESCRIÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 244/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Foram entregues, na Divisão de Administração e Fiscalização, vários processos de contraordenação instaurados e instruídos pelo Município de Chaves, relativos a diferentes ilícitos contraordenacionais, processos esses entregues pelo Setor de Arquivo, por sua vez provenientes do anterior Gabinete de Apoio ao Executivo Municipal, conforme o documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa ao presente.

2. Por razões que estes serviços desconhecem, os retromencionados processos contraordenacionais não tiveram qualquer impulso procedimental, não obstante terem sido enviados, através de protocolo, para o Gabinete de Apoio à Presidência, em tempo oportuno, em vista à prática das diligências procedimentais aplicáveis, designadamente, proposta de fundamentação de decisão, decisão definitiva ou notificações aos arguidos, indispensáveis à conclusão dos processos em causa. -----

3. Partindo de tal enquadramento, foi solicitado a estes serviços pronúncia sobre as consequências advenientes de tal inação, em especial, quanto aos prazos de prescrição previstos no quadro legal em vigor. -----

4. Assim, sobre a matéria, cumpre expor o seguinte: -----

II - Das Situações registadas -----

1. Da análise dos processos entregues nesta unidade orgânica - DAF - registaram-se, desde logo, um conjunto de situações diferentes, a saber: -----

a) Processos que, não obstante a existência de Participação não vieram a ser, efetivamente, objeto de quaisquer diligências ulteriores; -----

b) Processos que, não obstante a conclusão da fase de instrução e defesa do arguido, não foram remetidos para a DAF, em vista à elaboração de proposta de decisão; -----

c) Processos que, não obstante a existência de proposta de fundamentação e/ou de decisão não vieram a ser objeto de tomada de decisão definitiva; -----

d) Processos que, não obstante a tomada de decisão final, devidamente comunicada ao arguido, não foram, findo o período de pagamento voluntário da respetiva coima, remetidos para execução junto do Ministério Público; -----

e) Processos em que existe decisão final, devidamente notificada, mas o arguido não procedeu ao pagamento da coima -----

2. Neste contexto, e por forma a facilitar a análise dos processos em causa, foram os mesmos agrupados em função de cada uma das situações supra descritas, sendo tratados, nesta justa medida, em capítulos autónomos. -----

III - Dos prazos de prescrição -----

1. Em matéria de prescrição, o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, estabelece, nos seus artigos 27º e ss., dois tipos de prescrição, muito concretamente, a prescrição do procedimento e a prescrição da coima. -----

2. Na verdade, a prescrição do procedimento pressupõe a inexistência de decisão definitiva sobre determinado processo, dentro dos prazos definidos no art.27º, a contar da prática da contraordenação, a saber:

a) Cinco anos, quando se trate de contraordenação a que seja aplicável uma coima de montante máximo igual ou superior a € 49.879,79;

b) Três anos, quando se trate de contraordenação a que seja aplicável uma coima de montante igual ou superior a € 2493,99 e inferior a € 49.879,79; -----

c) Um ano, nos restantes casos, -----

3. A prescrição da coima verifica-se quando, existindo a aplicação de uma coima, de forma definitiva ou com trânsito em julgado, a mesma não seja cobrada nos prazos referidos no art.29.º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, a saber: -----

a) Três anos, no caso de uma coima superior ao montante máximo previsto no n.º1, do art.17.º, do referido diploma legal; -----

b) Um ano, nos restantes casos. -----

4. Nestes casos, o prazo conta-se a partir do caráter definitivo ou do trânsito em julgado da decisão condenatória. -----
5. Atenda-se, contudo, que existem situações em que os prazos de prescrição são interrompidos ou suspensos. -----
6. A interrupção provoca a recontagem do prazo de prescrição, voltando o mesmo ao início. -----
7. A suspensão determina a paragem do prazo, retomando-se a contagem do mesmo uma vez que cesse a causa de suspensão, não destruindo, contudo, o prazo já decorrido antes da causa de suspensão. -----
8. Relativamente à prescrição do procedimento, a mesma considera-se suspensa, nos termos do artigo 27º-A, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27/10 e ulteriores alterações, nas seguintes situações: -----
 - a) Não puder legalmente iniciar-se ou continuar por falta de autorização legal; -----
 - b) Estiver pendente a partir do envio do processo ao Ministério Público até à sua devolução à autoridade administrativa, nos termos do art. 40.º; -----
 - c) Estiver pendente a partir da notificação do despacho que procede ao exame preliminar do recurso da decisão da autoridade administrativa que aplica a coima, até à decisão final do recurso. --
9. A prescrição do procedimento por contraordenação interrompe-se:
 - a) Com a comunicação ao arguido dos despachos, decisões ou medidas contra ele tomados ou com qualquer notificação; -----
 - b) Com a realização de quaisquer diligências de prova, designadamente exames e buscas, ou com o pedido de auxílio às autoridades policiais ou a qualquer autoridade administrativa; -----
 - c) Com a notificação ao arguido para exercício do direito de audição ou com as declarações por ele prestadas no exercício desse direito;
 - d) Com a decisão da autoridade administrativa que procede à aplicação da coima. -----
10. E, não obstante poderem verificar-se causas de interrupção ou de suspensão do procedimento contraordenacional, existe um limite temporal máximo a partir do qual se opera sempre a prescrição do procedimento, uma vez que, ao abrigo do n.º3, do art.28.º, do retrocitado diploma legal, a prescrição do procedimento tem sempre lugar quando tiver decorrido o prazo da prescrição acrescido de metade.
11. Já no que concerne à prescrição da coima, o prazo suspende durante o tempo em que por força da lei a execução não pode começar ou não pode continuar a ter lugar, a execução foi interrompida ou foram concedidas facilidades de pagamento. -----
12. A prescrição da coima interrompe-se com a sua execução, nos termos do disposto no artigo 30º-A, do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, e ocorre quando, desde o seu início e ressalvado o tempo de suspensão, tiver ocorrido o prazo normal da prescrição acrescido de metade. -----
13. É pois, partindo de tal enquadramento legal, que deverão ser analisados os processos de contraordenação em questão, descortinando se os mesmos, por força da prescrição, se encontram, ou não, na presente data, extintos. -----
14. De facto, verificando-se a prescrição do procedimento, a Autarquia Local perde o direito de poder perseguir e punir, pelo meio sancionatório correspondente, o agente autor de uma infração punida e prevista como contraordenação. -----
15. Por último, importa referir que o pagamento da coima extingue o procedimento, pelo que nos processos em que o arguido procedeu ao pagamento da coima não se deverá falar em extinção por prescrição,

dado que o mesmo foi concluído antes de se verificar o decurso do prazo prescricional. -----

IV - Da análise das situações individuais e concretas -----

1. Processos que, não obstante a existência de Participação da Fiscalização Municipal, não vieram a ser, efetivamente, objeto de quaisquer diligências ulteriores -----

1. Após análise dos processos, em causa, verificamos que são enquadráveis nesta situação, os seguintes processos: -----
- 10/2007; 12/2007; 77/2007; 78/2007; 114/2007; 121/2007; 260/2007.

2. Sendo certo que, da análise dos processos supra descritos, verifica-se, ainda, a ausência, em alguns deles, de despacho formal determinando a instauração do correspondente processo contraordenacional. -----

3. Ora, tendo em conta que não vieram a ser realizadas quaisquer diligências subsequentes, rapidamente se conclui pela não verificação de razões de interrupção ou suspensão da contagem dos prazos de prescrição. -----

4. Partindo de tal enquadramento, poder-se-á elaborar a seguinte tabela, a saber: -----

Processo	Prazo de Prescrição	Data de Infração	Prescrição	Estado
10/2007	5 anos	13/11/2006	13/11/2011	Prescrito
12/2007	5 anos	18/12/2006	18/12/2011	Prescrito
77/2007	1 ano	27/03/2007	27/03/2008	Prescrito
78/2007	1 ano	27/03/2007	27/03/2008	Prescrito
114/2007	5 anos	20/04/2007	20/04/2012	Prescrito
121/2007	5 anos	27/04/2007	27/04/2012	Prescrito
260/2007	5 anos	25/09/2007	25/09/2012	Prescrito

5. Ora, da análise do quadro supra, rapidamente se conclui que todos os referidos processos contraordenacionais encontram-se, na presente data, prescritos, pelo que, nos termos e por força do disposto no art.27.º, do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de outubro e sucessivas alterações, devem ser considerados extintos. -----

2. Processos que, não obstante a conclusão da fase de instrução e defesa do arguido, não foram remetidos para a DAF, em vista à elaboração de proposta de decisão: -----

a) Após análise, dos processos, em causa, e tendo em conta o enquadramento legal já efetuado, poder-se-á elaborar a seguinte tabela, a saber: -----

Processo	Prazo de Prescrição	Data da Infração	Interrupção	Data da Interrupção	Prescrição	Estado
288/2006	3 anos	03/10/2006	Alegações/arguido	19/01/2007	19/01/2010	Prescrito
16/2007	5 anos	23/01/2007	Alegações/arguido	15/02/2007	15/02/2012	Prescrito
20/2007	5 anos	15/01/2007	Alegações/arguido	15/02/2007	15/02/2012	Prescrito
64/2007	5 anos	15/03/2007	Alegações/arguido	10/04/2007	10/04/2012	Prescrito
73/2007	5 anos	26/03/2007	Alegações/arguido	19/04/2007	19/04/2012	Prescrito
74/2007	5 anos	26/03/2007	Alegações/arguido	19/04/2007	19/04/2012	Prescrito
76/2007	3 anos	21/03/2007	Alegações/arguido	10/04/2007	10/04/2010	Prescrito
80/2007	5 anos	25/03/2007	Alegações/arguido	18/04/2007	18/04/2012	Prescrito
89/2007	3 anos	30/03/2007	Alegações/arguido	24/04/2007	24/04/2010	Prescrito
174/2007	1 ano	23/07/2007	Alegações/arguido	13/08/2007	13/08/2010	Prescrito
175/2007	3 anos	23/07/2007	Alegações/arguido	07/08/2007	07/08/2010	Prescrito
177/2007	1 ano	20/07/2007	Alegações/arguido	09/08/2007	09/08/2010	Prescrito
90/2009	3 anos	10/05/2009	Alegações/arguido	04/06/2009	04/06/2012	Prescrito
110/2009	3 anos	28/06/2009	Alegações/arguido	20/07/2009	20/07/2012	Prescrito
138/2009	3 anos	19/07/2009	Alegações/arguido	24/08/2009	24/08/2012	Prescrito
74/2011	1 ano	17/11/2010	Notificação para o exercício do Direito de defesa	09/07/2011	09/07/2012	Prescrito

b) Ora, visto o quadro supra, verifica-se que todos os processos de contraordenação supra identificados, encontram-se na presente data,

prescritos, pelo que, nos termos e por força do disposto no art.27.º, do Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, devem ser considerados extintos. -----

3. Processos que, não obstante a existência de proposta de fundamentação e/ou Decisão, não vieram a ser objeto de tomada de decisão definitiva -----

Nestas circunstâncias encontram-se os seguintes processos de contraordenação: -----

Processo	Prazo de Prescrição	Data de Infração	Interrupção	Data da Interrupção	Prescrição	Estado
53/2009	3 anos	18/09/2008	Alegações/arguido	26/03/2009	26/03/2012	Prescrito
68/2009	1 ano	06/03/2009	Alegações/arguido	24/04/2009	24/04/2010	Prescrito
103/2009	3 anos	30/06/2009	Notificação para o exercício do Direito de defesa	07/07/2009	07/07/2012	Prescrito
104/2009	3 anos	30/06/2009	Notificação para o exercício do Direito de defesa	06/07/2009	06/07/2012	Prescrito
105/2009	3 anos	30/06/2009	Notificação para o exercício do Direito de defesa	25/09/2009	25/09/2012	Prescrito
106/2009	3 anos	30/06/2009	Alegações/arguido	24/07/2009	24/07/2012	Prescrito
112/2009	3 anos	24/08/2008	Notificação para o exercício do Direito de defesa	22/03/2010	22/03/2013	Prescrito
113/2009	3 anos	23/08/2008	Notificação para o exercício do Direito de defesa	22/03/2010	22/03/2013	Prescrito
114/2009	3 anos	31/08/2008	Notificação para o exercício do Direito de defesa	22/03/2010	22/03/2013	Prescrito
115/2009	3 anos	14/09/2008	Notificação para o exercício do Direito de defesa	22/03/2010	22/03/2013	Prescrito
122/2009	3 anos	03/08/2009	Alegações/arguido	20/08/2009	20/08/2012	Prescrito
147/2009	3 anos	05/07/2009	Alegações/arguido	24/08/2009	24/08/2012	Prescrito
203/2009	3 anos	01/10/2009	Alegações/arguido	28/10/2009	28/10/2012	Prescrito
200/2010	3 anos	22/09/2010	Notificação para o exercício do Direito de defesa	19/10/2010	19/10/2013	Prescrito
206/2010	3 anos	04/10/2010	Alegações/arguido	29/10/2010	29/10/2013	Prescrito
04/2011	1 ano	30/12/2010	Alegações/arguido	02/02/2011	02/02/2012	Prescrito
11/2011	1 ano	17/01/2011	Notificação para o exercício do Direito de defesa	28/01/2011	28/01/2012	Prescrito
31/2011	3 anos	26/02/2011	Notificação para o exercício do Direito de defesa	11/03/2011	11/03/2014	Prescrito
32/2011	3 anos	24/02/2011	Alegações/arguido	15/03/2011	15/03/2014	Prescrito
37/2011	1 ano	11/03/2011	Notificação para o exercício do Direito de defesa	28/03/2011	28/03/2012	Prescrito
134/2011	1 ano	27/08/2011	Alegações/arguido	13/10/2011	13/10/2012	Prescrito
138/2011	3 anos	06/09/2011	Alegações/arguido	18/10/2011	18/10/2014	Prescrito
170/2011	3 anos	22/10/2011	Alegações/arguido	18/11/2011	18/10/2014	Prescrito
173/2011	3 anos	22/10/2011	Alegações/arguido	07/12/2011	07/12/2014	Prescrito

1. Antes de avançar, importa, desde já, referir que a falta de decisão definitiva e respetiva comunicação ao arguido faz com que o prazo de prescrição do procedimento continue a contar. -----

2. Ora, em todos os casos supra assinalados, não vieram os respetivos arguidos a ser notificados de qualquer decisão praticada no âmbito do correspondente processo contraordenacional. -----

3. Aliás, rapidamente constata-se em alguns dos processos, existe uma proposta de decisão, mas não veio a ser praticada decisão definitiva pelo decisor político. -----

4. Segundo o art.5º, do DL n.º433/82, de 27/10, "O facto considera-se praticado no momento em que o agente actuou ou, no caso de omissão,

deveria ter atuado, independentemente do momento em que o resultado típico se tenha produzido". -----

5. Assim sendo, e de acordo com as regras legalmente previstas, o prazo de prescrição deverá ser contado a partir do momento em que a contraordenação foi praticada ou, em alternativa, a partir do momento em que se verificou uma das circunstâncias interruptivas da prescrição, a saber: -----

a) Com a comunicação ao arguido dos despachos, decisões ou medidas contra ele tomados ou com qualquer notificação; -----

b) Com a realização de quaisquer diligências de prova, designadamente, exames e buscas, ou com o pedido de auxílio às autoridades policiais ou a qualquer autoridade administrativa; -----

c) Com a notificação ao arguido para exercício do direito de audição ou com as declarações por ele prestadas no exercício desse direito;

d) Com a decisão da autoridade administrativa que procede à aplicação da coima. -----

6. Assim sendo, da análise do quadro supra, rapidamente se conclui que, todos os processos contraordenacionais nele descritos se encontram, na presente data, prescritos, pelo que, nos termos e por força do disposto no artigo 27.º, do Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, devem ser considerados extintos¹.

4 Processos que, não obstante a existência de decisão final, devidamente comunicada ao arguido, não foram, findo o período de pagamento voluntário da coima, remetidos para execução junto do Ministério Público: -----

1. Após análise dos processos, em causa, verificamos que existe um processo enquadrável nesta situação, muito concretamente, o processo de contraordenação n.º220/09. -----

2. Como se viu, anteriormente, existem, no quadro legal em vigor, dois tipos de prescrição, muito concretamente, a do procedimento e a da coima. -----

3. Nestes casos, tendo existido efetiva aplicação da coima, começaram a correr, desde o momento em que a decisão se tornou definitiva ou transitou em julgado, o prazo de prescrição previsto no artigo 29.º, do Decreto-lei n.º433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações. -----

4. Conforme resulta, expressamente, do n.º1, do artigo 30.º, do retromencionado diploma legal, a prescrição da coima interrompe-se, apenas, com a execução, a qual deverá ser promovida nos termos do disposto no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações. -----

5. Por outro lado, o referido prazo suspende durante o tempo em que:

a) Por força da lei a execução não pode começar ou não pode continuar a ter lugar; -----

b) A execução foi interrompida; -----

c) Foram concedidas facilidades de pagamento. -----

6. Ainda sobre esta matéria, é importante referir que o prazo de prescrição começa a contar a partir do momento em que a decisão se torna definitiva ou transita em julgado, caso haja impugnação. -----

¹ Neste sentido, vale a pena transcrever um excerto do acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo 07259/13, do dia 13/3/2014 "1. A prescrição do procedimento contra-ordenacional consubstancia exceção peremptória (pressuposto processual negativo) **de conhecimento oficioso em qualquer altura do processo**, até à decisão final (...), obstando à apreciação da matéria de fundo e gerando o arquivamento dos autos." -----

7. Não existindo impugnação, a decisão que aplicou uma coima torna-se definitiva findo o prazo de 20 dias úteis, contado a partir do conhecimento, por parte do arguido, da sanção aplicada, de acordo com as disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º3, do artigo 59.º e artigo 60.º, ambos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações. -----

8. Pelo exposto, se conclui que a sanção aplicável no processo contraordenacional acima referido, se encontra, na presente data prescrito, pelo que, nos termos e por força do disposto no art.29.º, do Decreto Lei n.º433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, a mesma deixou de ser exigível, circunstância que inviabilizará, logo à partida, qualquer tentativa de execução. -----

9. De facto, conforme resulta da retromencionada disposição legal, decorridos que sejam os períodos de três anos para as coimas de valor superior a € 3740,98 e um ano para as restantes, sem que tenha sido executada a coima, entende-se que não é razoável continuar a constranger o agente da contraordenação por uma infração cuja repercussão social vai diminuindo pelo esquecimento em que a envolve o tempo decorrido. -----

5. Processos em que existe decisão final, devidamente notificada, mas o arguido não procedeu ao pagamento da coima -----

1. Como se viu, anteriormente, existem, no quadro legal em vigor, dois tipos de prescrição, muito concretamente, a do procedimento e a da coima. -----

2. Nestes casos, tendo existido efetiva aplicação da coima, começaram a correr, desde o momento em que a decisão se tornou definitiva ou transitou em julgado, o prazo de prescrição previsto no art. 29.º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações. -----

3. Assim, não existindo impugnação judicial, a decisão que aplicou uma coima torna-se definitiva, uma vez terminado o prazo de 20 dias úteis, contado a partir do seu conhecimento, por parte do arguido, conforme as disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º3, do artigo 59.º e 60.º, ambos do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações. -----

4. Vejamos, pois, os processos que se encontram na situação supra descrita: -----

Processo	Prazo de Prescrição	Decisão Definitiva	Suspensão	Fim da Suspensão	Prescrição	Estado
23/2007	3 anos	28/05/2007	-	-	28/05/2008	Prescrito
189/2009	3 anos	04/02/2010	-	-	04/02/2011	Prescrito
195/2009	3 anos	04/02/2010	-	-	04/02/2011	Prescrito

5. Visto o quadro supra, concluímos que as sanções aplicadas nos processos, supra identificados, encontram-se, na presente data, prescritas, de acordo com o disposto no art.29.º, do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações, o que significa que as mesmas deixaram de ser exigíveis, circunstância que inviabilizará, logo à partida, qualquer tentativa de execução. -----

6. Na verdade, conforme o exposto anteriormente, logo que decorridos três anos, nos casos de aplicação de uma coima de valor superior a € 3740,98 ou de um ano para as restantes, sem que tenha sido executada a coima, entende-se que não é aceitável continuar a constranger o agente da contraordenação por uma infração cuja repercussão social vai diminuindo pelo esquecimento em que a envolve o tempo decorrido. ---

7. Por outro lado, com a aplicação das coimas nos processos contraordenacionais discriminados no capítulo anterior, foram, ainda, aplicadas as respetivas **custas processuais**. -----

8. Relativamente, a esta matéria, aplica-se o regime previsto no n.º1, do art.37.º, do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º34/2008, de 26/02 e ulteriores alterações, por força da remissão constante do n.º1, do art.92.º, do Decreto-Lei n.º433/82, de 27/10 e ulteriores alterações. -----

9. Ora, de acordo com o disposto no n.º1, do art.37.º, do retromencionado Regulamento, o "crédito por custas (...) prescreve no prazo de cinco anos". -----

10. Ora, da análise dos processos, verifica-se que nos referidos processos, as respetivas custas foram aplicadas há mais de cinco anos, logo as mesmas encontram-se prescritas. -----

V - Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental, a saber: -----

a) Determinar a prescrição, e consequente, arquivamento dos referidos processos de contraordenação, das coimas e das custas processuais, com base nas razões enunciadas nos capítulos anteriores.

b) Logo, que tal decisão venha a ser prestada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento dos infratores, conforme o teor do n.º1, do art.46.º, do Decreto Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e ulteriores alterações; -----

c) De imediato, remessa da presente informação para o gabinete da Chefe de Divisão de Administração e Fiscalização, Dra. Sandra Lisboa Delgado. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 03 de dezembro de 2018. -----

A Técnica Superior -----

(Ana Tomaz) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 07.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE QUEDA OCORRIDA NA RUA CORONEL BENTO ROMA. - ANA LUÍSA CATALUNA FERREIRA. INF. 248/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 10404, datado do pretérito dia 11/10/2018, Ana Luísa Cataluna Ferreira, veio requerer, ao Município de Chaves, o pagamento duma indemnização pelos danos patrimoniais sofridos na sequência de uma queda ocorrida na Rua Coronel Bento Roma, no dia 1 de outubro de 2018, pelas 14h20. -----

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, que os danos foram sofridos na sequência de uma queda, provocada pela falta de uma tampa de saneamento instalada na via pública, muito concretamente, na rua supra identificada, sem que tal situação se encontrasse devidamente sinalizada. -----

3. A requerente juntou ao processo a seguinte documentação: -----

- Cópia do auto de participação do acidente, produzido pela PSP; -
- Cópia da Declaração de presença no Serviço de Urgências no Centro Hospitalar Trás os Monte e Alto Douro, E.P.E. em Chaves; -----
- Cópia do Diário Clínico do Médico Ortopedista que avaliou a situação; -----
- Cópia do Certificado de incapacidade temporária prescrita pelo Médico do Centro de Saúde Chaves II; -----
- Original do documento de apuramento da Responsabilidade de Terceiros. -----

4. Após análise do pedido formulado, verificou-se, desde logo, que a peticionária reclama o pagamento de todas as taxas associadas ao sinistro, bem como os dias de trabalho que foi obrigada a faltar por causa do referido acidente. -----

5. Sucede, porém, que a requerente não quantificou, no seu requerimento inicial, o valor associado a tal pedido de indemnização. -----

6. Neste contexto, foi solicitado à peticionária que complementasse o pedido inicial com a quantificação do valor dos danos de que pretende ser ressarcida, com indicação dos respetivos pressupostos, designadamente, o número de dias que faltou ao trabalho e respetivo valor. -----

7. Através de requerimento escrito com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 15382, datado do pretérito dia 16/11/2018, a peticionária quantificou o pedido de indemnização em 1800€, partindo dos pressupostos enunciados no mesmo requerimento.

8. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou

qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação ". 5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a petionária afirma que os prejuízos foram provocados na sequência de uma queda provocada pela falta de uma tampa de saneamento instalada na via pública, sem que tal situação se encontrasse devidamente sinalizada.

10. Sendo certo que a Divisão de Águas e Resíduos, através da Informação n.º 198/DAR/2018, produzida no dia 18/10/2018, confirmou que, no dia indicado pela requerente, faltava a grelha na sarjeta identificada. -----

11. Tanto mais que resulta da informação manuscrita, produzida no dia 17/10/2018, pelo trabalhador desta Autarquia Local, José Ribeiro, o seguinte: -----

"Confirmando que se deslocou uma equipa para o local e verificou que realmente a sarjeta estava sem grelha e logo de imediato comunicamos ao serralheiro para fazer uma grelha nova que entretanto já estava devidamente sinalizada a anomalia e foi prontamente resolvido." -----

12. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, a conclusão inequívoca manifestada na Informação produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Da Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no reconhecimento de que decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção de pagamento de indemnização pelos danos sofridos pela petionária; -----

b) Para efeitos **de apuramento e pagamento** do valor associado à indemnização devida pelos danos sofridos, deverá o presente assunto ser encaminhado para a unidade responsável por assuntos desta natureza, no caso, a Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão Financeira, em vista à ativação do seguro de responsabilidade civil; -----

c) Não obstante a presente informação apontar para o reconhecimento, no caso individual e concreto, da existência de responsabilidade do Município, relativamente ao valor indicado pela peticionária para os danos a ressarcir, tendo em vista o apuramento do valor definitivo da indemnização, julgamos que o mesmo deverá ficar sujeito a verificação e confirmação pela entidade seguradora, referida na alínea anterior;

d) No estrito cumprimento do disposto no art. 114º, do Código do Procedimento Administrativo, deverá a interessada ser notificada da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

e) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz.-----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 27 de novembro de 2018. -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 29.11.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.30. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.03. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ANULAÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS; - FALTA DE ENVIO DE FATURAS; - ROLMEGA, COMÉRCIO MAQUINAS E FERRAMENTAS. UNIPessoal LDA. INF. 251/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 10643, datado do dia 16/10/2018, a sociedade "Rolmega, Comércio Maquinas e Ferramentas. Unipessoal Lda", vem requerer a anulação dos processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, e que têm como objeto a cobrança de dívidas associadas a faturas de resíduos sólidos. -----

2. Para o efeito, invoca que não recebeu as faturas que deram origem à instauração dos processos de execução fiscal, em causa, pelo que não teve conhecimento da existência da dívida até à presente data. -----

3. Mais invoca que as faturas foram enviadas para uma morada que não corresponde à sua morada atual. -----

4. Partindo de tal enquadramento, o requerente dispõe-se a pagar o valor associado à dívida, solicitando, contudo, que sejam retirados quaisquer juros ou outros custos referentes a processos de execução, uma vez que não veio a ser efetivamente notificado das faturas em causa e que deram origem aos mesmos. -----

5. Através de Informação n.º 207/DAR/2018, produzida no dia 25 de outubro de 2018, a Divisão de Águas e Resíduos veio concluir o seguinte, a saber: -----

"Considerando que a Rolmega, Lda, não tem qualquer culpa, devido ao lapso dos serviços, sou de opinião que deverá ser ponderada a possibilidade de anulação da execução fiscal das faturas em dívida.

6. De acordo com os mapas de execução, enviados a estes serviços pela escritã dos processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, a requerente tem, na presente data, diversos processos de execução fiscal, incluindo, processos que transitaram para a fase de penhora, devidamente identificados nos referidos mapas, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam ao presente. -----

7. Assim, abaixo se apresentam as considerações que reputamos de pertinentes relativamente à matéria ora em apreciação. -----

II - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente, onde se incluem os serviços de fornecimento de água. -----

2. Resulta do disposto no n.º 1, do art. 9º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura onde se especifique devidamente os valores que a mesma apresenta. --

3. Sendo certo que, por força do disposto no n.º 3, do retrocitado artigo, a exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utente, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data limite fixada para efetuar o pagamento. -----

4. Por sua vez, o n.º 2, do artigo 11º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, determina, expressamente, que "incide sobre o prestador do serviço o ónus da prova da realização das comunicações a que se refere o artigo 10.º, relativas à exigência do pagamento e do momento em que as mesmas foram efetuadas". -----

5. Ora, conforme se retira dos documentos remetidos a estes serviços, o requerente invoca que as faturas foram enviadas para uma morada incorreta, circunstância que impediu a receção das mesmas e, consequentemente, o seu conhecimento. -----

6. Ora, como se viu, por força do n.º 3, do artigo 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, a exigência do pagamento dos valores em dívida apenas poderá ser efetuada após o envio de comunicação/fatura para a morada correta. -----

7. Significa, isto, que a instauração de execução fiscal, no caso individual e concreto, apenas se poderá considerar legítima se a morada para onde foram enviadas as faturas for a correta ou, sendo a incorreta, tal erro seja imputável ao utente, cabendo ao consumidor final, neste caso, fazer prova de que não recebeu qualquer comunicação/fatura em casa. -----

8. Caso contrário, a instauração da respetiva execução fiscal só deveria ter sucedido se, após o envio de fatura para a morada correta, o consumidor não efetuasse o respetivo pagamento até à data limite constante da mesma, devendo, caso tal não se tenha verificado, proceder-se, então, à anulação da respetiva execução fiscal, sem prejuízo, como é evidente, de **continuar a ser devido o pagamento dos valores referentes aos consumos de água efetuados**, ainda que sem o acréscimo de juros e custas processuais. -----

² O sublinhado é nosso. -----

9. Ora, sobre esta matéria, a Divisão de Águas e Resíduos, através da Informação n.º 207/DAR/2018, concluiu, de forma expressa, que o erro na morada para onde foram enviadas as faturas teve a sua génese num erro dos serviços, não assumindo a devedora qualquer responsabilidade no mesmo. -----

10. Partindo de tal enquadramento, julgamos, salvo melhor opinião, que se encontram reunidas as condições para anular os processos de execução fiscal, em causa, dado que, no momento da respetiva instauração, ainda não se encontravam reunidos todos os pressupostos legais, permitindo, conforme requerido pela peticionária, o pagamento da dívida sem os juros e demais encargos que foram calculados em sede dos mesmos, com base nas disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º 1, do artigo 78º, da Lei Geral Tributária e na alínea b), do n.º 1, do artigo 176º, do CPPT. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na anulação e, conseqüente, extinção dos processos de execução fiscal identificados nos mapas de execuções em anexo à presente informação, considerando que, no caso individual e concreto, à data de instauração de tais processos não se encontravam reunidos todos os pressupostos legalmente exigidos para a sua instauração; -----

b) Sendo certo que a extinção dos processos de execução fiscal, em causa, não determinam a anulação dos valores em dívida e referentes às faturas de resíduos sólidos que deram origem aos mesmos, devendo a requerente ser notificada para proceder ao pagamento dos mesmos, nos termos, aliás, requeridos pela mesma, ou seja, sem juros e sem custas processuais; -----

c) Sequencialmente, dever-se-á dar conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, em vista a que os mesmos encetem as diligências tendentes à operacionalização de tal deliberação, bem como à Divisão de Águas e Resíduos, para conhecimento; -----

d) Simultaneamente, dever-se-á notificar a interessada, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação.-----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 30 de novembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 03.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.04. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: MARIA DO CÉU PINTO PEREIRA. INF. 253/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - PRELIMINARES -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Maria do Céu Pinto Pereira, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 15696/18, datado do pretérito dia 23/11/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida que se encontra, na presente data, em fase de cobrança coerciva, na sequência de instauração do respetivo processo de execução fiscal, por parte do Município de Chaves. -----

2. A requerente pretende que lhe seja autorizado o faseamento da dívida no máximo de prestações possíveis. -----

3. De acordo com a informação prestada pelos serviços responsáveis pelas execuções fiscais, em curso, nesta Autarquia Local, a dívida da requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 214.02€, acrescida dos respetivos juros de mora e custas associadas ao processo de execução fiscal em curso, nesta autarquia local, perfazendo um total de 415.29€. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 214,02€, acrescida de juros de mora e custas processuais associadas ao processo de execução fiscal. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário apenas **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 2 prestações mensais, em face do valor da dívida exequenda, no valor unitário de 107.01€. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em **duas prestações mensais** e sucessivas, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais, o qual acresce ao valor da dívida exequenda;

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPTT, **a requerente está dispensado de prestar garantia**; -----

e) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 30 de novembro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA.

SANDRA LISBOA, DO DIA 03.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.04. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: ANTÓNIO GONÇALO BRAGA - INF. 256/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por António Gonçalo Braga, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 11990/18, datado do pretérito dia 15/11/2018, veio a ser

solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida referente a taxas devidas pela ocupação de lugar na feira semanal de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A dívida do requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 252.00€, acrescida dos respetivos juros de mora e custas associadas ao processo de execução fiscal em curso, nesta autarquia local. -----

3. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º 1, do art. 196.º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196.º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 252,00€, acrescida de juros de mora e custas processuais associadas ao processo de execução fiscal. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário apenas **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 2 prestações mensais, em face do valor da dívida exequenda. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em **duas prestações mensais** e sucessivas, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais, o qual acresce ao valor da dívida exequenda;

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPTT, **o requerente está dispensado de prestar garantia**; -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 3 de dezembro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 04.12.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.06. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS; - OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO; - INSTALAÇÃO DE RECINTO ITINERANTE; - LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO; - LARGO DO ARRABALDE E PRAÇA DE CAMÕES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CHAVES; - ARTIGO 24º, DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. INF. 211/STL/2018

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Acisat - Associação Empresarial do Alto Tâmega, com sede no Beco do Trem, Pavilhão Expoflâvia, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, veio, através de requerimento, solicitar autorização para instalação de um insuflável no Largo do Arrabalde, e de um carrossel na Praça da República, do dia 6 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019. -----

2. Em sede do retromencionado requerimento, a ACISAT solicitou, ainda, a isenção das taxas administrativas associadas ao pedido de autorização para a instalação, em domínio público, das estruturas acima referidas. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão formulada, o seguinte: -----

II - Da concessão de isenção de pagamento de taxas municipais -----

1. Através de deliberação tomada pelo executivo camarário em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 12 de Abril de 2010 e devidamente sancionada pelo órgão deliberativo em sua sessão ordinária do dia 28 de Abril de 2010, veio a ser aprovado o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e respetiva tabela, em vigor no Concelho de Chaves. -----

2. Ora, entre as diversas disposições que dão corpo ao Regulamento Municipal em causa, o capítulo III, prevê as isenções ou reduções de taxas municipais contempladas na tabela em anexo ao mesmo. -----
3. Neste contexto, o n.º 3, do artigo 24º, do retromencionado Regulamento Municipal, prevê a possibilidade de isenção, ou redução, de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respetivo pelouro; -----
4. Como se viu, a ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega, com sede no Beco do Trem, Pavilhão Expoflâvia, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, veio, através de requerimento, solicitar autorização para instalação de um Carrossel na Praça da República, com a área total de 49m2, e de um insuflável no Largo do Arrabalde, com a área total de 80m2, do dia 6 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019. -----
5. Sendo certo que a ocupação pretendida se insere no âmbito das atividades de animação das festividades natalícias de 2018, em Chaves, as quais se destinam ao público em geral, e em particular, às crianças, enquadrando-se, aliás, num conjunto de atividades articuladas com o Município de Chaves, em vista a enriquecer e dinamizar a quadra natalícia, com claros benefícios e mais-valia para o concelho e os seus habitantes. -----
6. Ainda sobre esta matéria, importa referir que é inegável que a ACISAT assume um papel importante na dinamização do Concelho de Chaves, atendendo ao respetivo objeto. -----
7. Verifica-se, portanto, que a ocupação pretendida se encontra diretamente relacionada com um conjunto de atividades que, atendendo à respetiva natureza e finalidade, são passíveis de ser reconhecidas como tendo um manifesto e relevante interesse municipal, o qual, como se viu, beneficia diretamente o Concelho de Chaves e a sua população, muito particularmente, as crianças. -----
8. Considerando que tal interesse municipal, desde que reconhecido pelo órgão executivo, é justificador da concessão de isenção do pagamento de taxas municipais que sejam devidas. -----
9. Sendo certo que, pela ocupação pretendida, são devidas taxas municipais, no valor total de €3.236,10 (três mil duzentos e trinta e seis euros e dez cêntimos): -----
- Taxas devidas pela ocupação do domínio público municipal; -----
 - Taxas devidas pela emissão de licença de instalação de recintos itinerantes; -----
 - Taxas devidas pela emissão de licença especial de ruído. -----
10. Por força do estatuído no n.º 7, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, as isenções previstas no n.º 3, da mesma disposição regulamentar, são concedidas, caso a caso, por deliberação da Câmara Municipal de Chaves, não dispensando, contudo, a concessão da isenção requerida, a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais. -----
11. Refira-se, por último, que a ACISAT juntou, ao presente processo, documento comprovativo da natureza da associação, declarações de não dívida, respetivamente, à Segurança Social e à Autoridade Tributária e, ainda, documento comprovativo da respetiva finalidade estatutária.
12. Sendo certo que, de acordo com a informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, no dia 04/12/2018, a ACISAT não tem dívidas em relação ao Município de Chaves. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na concessão, à ACISAT, de isenção, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 24º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, do pagamento das taxas municipais devidas pela ocupação do domínio público com a instalação de um Carrossel na Praça da República, com a área total de 49m2, e de um insuflável no Largo do Arrabalde, com a área total de 80m2, do dia 6 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, bem como das taxas devidas pela emissão de licença de instalação de recintos itinerantes e de licença especial de ruído, em vista à realização das atividades de animação de Natal, reconhecendo, simultaneamente, manifesto e relevante interesse municipal nas mesmas;

b) A concessão da isenção de taxas não dispensa a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais; -----

c) Sequencialmente, e caso venha a ser concedida a isenção de taxas, nos termos anteriormente sugeridos, deverá o presente assunto ser reencaminhado para a Secção de Taxas e Licenças, em vista à formalização e notificação da isenção de taxas autorizada, no estrito cumprimento do disposto no art. 114º do Código do Procedimento Administrativo; -----

d) A isenção, que vier a ser concedida, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local; -----

e) De imediato, reenvio do presente assunto para o gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. Nuno Vaz. -----
Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

A assistente administrativa -----
Maria Manuela Sargento -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 10.12.2018. -----

Visto. Concorde com a presente informação. À consideração superior.--

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JOSÉ JOAQUIM TERRINCA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº226/SHSDPC/N.º107/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.22-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.06. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA PÓPULO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº227/SHSDPC/N.º108/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.22-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.06. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDA. CÓDIGO DE MORADOR: 11230003 (BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES). CÓDIGO DE MORADOR: 11220078 (BAIRRO SOCIAL DOS FORTES). INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº228 /SHSDPC / N.º 109/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.12.26-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.06. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REVISÃO DO VALOR DA RENDA RESPEITANTE AO INQUILINO COM O CÓDIGO DE MORADOR N.º 11230036 BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº229/SHSDPC/N.º111/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.27-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.12.03. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REQUERENTE: NEUSA MARIA ALVES PINHEIRO AMORIM - ALDEIA DE ARGEMIL DA RAIA INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº232 /SHSDPC/N.º112/2018. -----

Por determinação do Senhor Presidente da Câmara, o assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos para uma melhor ponderação do mesmo. -----

6. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO /DDSC Nº 258/SE Nº 108/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação DDSC Nº188/SE Nº75/2018 presente na reunião de Câmara de 13 de agosto de 2018, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2018/2019, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor:-----

A) Normas de comparticipação dos passes escolares dos alunos carenciados que frequentam o ensino secundário-----

1.1. A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes;---

1.2. A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas;-----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:

a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas;-----

- Comparticipação a 100% - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação;-----

- Comparticipação a 50% - Alunos com o escalão A;-----

- Comparticipação a 25% - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos.-----

1.3. Os interessados deverão adquirir o passe escolar - bilhete assinatura - referente ao 1º período e, posteriormente, preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com o documento comprovativo do posicionamento do escalão de família, válida para o ano letivo 2018/2019;-----

1.4. O reembolso das referidas comparticipações, referentes ao 1º período, serão efetuadas mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa, nos serviços de contabilidade do Município;

1.5. O valor das comparticipações atribuídas aos alunos e referentes ao 2º e 3º período, será diretamente descontado pela Empresa concessionária do serviço público de transporte, que opera no Município, quando da aquisição do passe escolar - bilhete de assinatura.-----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 13 de agosto de 2018, "Após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o ano letivo 2018/2019, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso".-----

Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves 77 pedidos de comparticipação, distribuídos, de acordo com as seguintes tabelas:-----

ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES-----

Passe comparticipado a 100%-----

Nome do aluno:	Localidade
Carla Isabel Portela Frade	Anelhe

A aluna Carla Isabel Portela Frade* está a frequentar o 11º ano com a medida educativa Currículo Específico Individual (CEI), ao abrigo do artigo nº 21, do Decreto Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.-----

De acordo com o artigo 15º, do Decreto-lei nº 176/2012, de 2 de agosto que alterou o artigo 3º, do Decreto - Lei nº 299/84, de 5 de setembro, que passou a ter a seguinte redação: "O transporte escolar é gratuito até ao final do 3º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições estabelecidas no artigo anterior, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário".-----

Passe comparticipado a 50%- Escalão A-----

Nome do aluno:	Localidade
Bruno da Silva Almeida	Vidago

Maria de Fátima Benevides Coelho	Vilar de Nantes
Nélia Vanessa Alves Salgado	Selhariz
Tatiana de Sousa Carvalho	Vidago
Telma Salgado Couto	Oura
Inês Cristina Almeida Batista	Vila Verde de Oura

Passes participados a 25% - Escalão B-----

Nome do aluno:	Localidade
Ana Rita dos Santos Graça	Avelelas
Tiago Alexandre Pereira Rodrigues	Vidago
André da Cunha Gonçalves	Casas de Monforte
Carlos Alberto Sá de Sousa	Vidago
Cristina dos Santos Magalhães	Seara Velha
Fábio Miguel Monteiro Portal	Vilela do Tâmega
Inês Mariana Carvalho dos Santos	Vidago

ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO GRANJO-----**Passes participados a 50%- Escalão A-----**

Nome do aluno:	Localidade
Gabriela Ferreira Meireles	Rebordondo
Gonçalo Morais dos Santos	Soutelo
Ruben Pereira Frade	Torre de Moreiras
Axelle Valentine Sousa de Oliveira	Translar
Diana da Conceição Afonso Sousa Ferreira	Curalha
Diogo Filipe Taveira Ferreira	Vilela do Tâmega
Diogo Rafael Barbosa Pinto	Vila Nova de Veiga
Gonçalo Ferreira Fernandes	France
Hugo André Quintas Ventura	Rebordondo
Verónica Maria Pires Medeiros	Bóbeda
Bruno Rafael Medeiros Martins	Redial
Diego Fusi Gomes	Redial

Passes participados a 25% - Escalão B-----

Nome do aluno:	Localidade
Gustavo Francisco Taveira Fernandes	Capeludos da Montanha
Henrique Daniel Teixeira Ferreira	Vidago
Jacinta Carneiro Meireles	Rebordondo
Rafaela Alexandra Jales Teixeira	São Julião
Rui Pedro Fernandes Carvalhinhas	Redondelo
Daniela Correia Ferreira	Tresmundes
Érica dos Santos Chaves	Rebordondo
Dinis Fernandes Carneiro	Curalha
Sandrina Crespo Braga	Soutelo

ESCOLA SECUNDÁRIA JÚLIO MARTINS-----**Passes participados a 100%-----**

Nome do aluno:	Localidade
Inês Alexandra Martins Pinto*	Vidago
Sandra Pereira Domingues Triunfante	Cimo de Vila

A aluna Sandra Pereira Domingues Triunfante está a frequentar o 11º ano com a medida educativa Currículo Específico Individual (CEI), ao abrigo do artigo nº 21, do Decreto Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.

De acordo com o artigo 15º, do Decreto-lei nº 176/2012, de 2 de agosto que alterou o artigo 3º, do Decreto - Lei nº 299/84, de 5 de setembro, que passou a ter a seguinte redação: "O transporte escolar é gratuito até ao final do 3º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições estabelecidas no artigo anterior, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.-----

Passes participados a 50%- Escalão A-----

Nome do aluno:	Localidade
Axel Cardoso Domingues	Cimo de Vila da Castanheira

Diana Aguiéiras da Silva	Sanfins
Diana da Cruz Anunciação	Fronteira
Jessica Aguiéiras Silva	Sanfins
João Pedro Alves Carneiro	Curalha
Luana Barros Machado	Vila Verde de Oura
Lucas Feliciano dos Reis	Águas Frias
Luis Henrique Salgado Ferreira	Arcossó
Margarida Sofia do Nascimento Fraga	Agrela de Ervededo
Miguel Gonçalves de Jesus	Roriz
Pedro Carneiro Meireles	Rebordondo
Sandrina Anjos Pinto dos Santos	Samaiões
Sérgio Bispo Neves	Amoinha Velha
Ana Patrícia Ribeiro Silva	Fronteira
Fernando Manuel Fraga Moreira	Ervededo
Filipa Alexandra Gomes Reis	Faiões
Gabriel Vinhais Couto	Faiões
João Carlos Ramalho Fernandes	Santo Estevão
Tatiana Isabel Venâncio Ferreira	Dorna
Telma Patricia Patoleia Valadar	Oura
Charlene Branco Pires	Casas de Monforte
Raquel Alexandra Mendes Alturas	Bóveda

Passe participado a 25% - Escalão B-----

Nome do aluno:	Localidade
Beatriz Costa Ferreira	Dorna
Daniel Gomes Ferreira	Samaiões
Gonçalo Nascimento Silva	Casa de Monforte
Inês Freitas Coelho Ferreira	São Lourenço
Joana Santos Pereira	Paradela
Lara Cunha Vilanova	Paradela
Marta Costa Ferreira	Dorna
Martim José Ribeiro Carvalhal	Vilas Boas
Telma Gonçalves Videira	Mosteiró de Baixo
Daniel de Jesus Trinta Taveira	Translar
Érica Prazeres Correia	Oura
Inês Reis Dias	Vilarelho de Raia
Joana Filipa Ferreira Grilo	Santo Estevão
Leonardo Moraes Brás Pires	Vidago
Maria João Pereira Borges	Adães
Mariana Sofia Alves Machado	Vilar de Nantes
Rita Martins Gaspar	Curalha
Margarida Nascimento Oliveira	Torre de Ervededo

Considerando que as alunas Carla Isabel Portela Frade e Sandra Pereira Domingues Triunfante, uma vez que procederam ao levantamento gratuito, na Empresa Auto Viação do Tâmega, do passe escolar correspondente ao primeiro período, não constam na lista, em anexo, referente aos reembolsos das respetivas participações;-----

Considerando que, o valor previsto com este encargo, para o 1º período, do ano letivo 2018/2019, é de 3.767,30€, valor que inclui o encargo com os passes gratuitos das retro mencionadas alunas.-----

Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 2º e 3º período é no valor de 6.375,60€ (tendo em conta o número de dias do 2º e 3º período (110 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor). Este valor pode sofrer alteração, caso haja um aumento do preço do tarifário.-----

O valor das participações referentes ao 2º e 3º período é descontado, diretamente, quando da aquisição do passe, pelos retrocitados alunos e debitado, posteriormente ao Município, pela Empresa Auto Viação do Tâmega, através do Ajuste Direto nº13/SC/2018, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2018/2019.-----

Assim, em anexo, segue o mapa com os valores referentes às participações atribuídas aos alunos, para o respetivo reembolso, sendo o referido encargo no valor de 3.476,90€ referente ao 1º período, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados.-----

O restante encargo, no valor de 290,40€, referente aos dois passes escolares levantados gratuitamente na Empresa Auto Viação do Tâmega, será suportado pelo ajuste direto nº13/SC/2018.-----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA;-----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 03 de dezembro de 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

Em anexo: Mapa dos alunos com o valor dos respetivos reembolsos-----

(*)Relatório social da aluna Inês Alexandra Martins Pinto-----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 04.12.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. ----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.17.07. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. CABIMENTO NO ÂMBITO DA RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO ENTE A DGEST E O MUNICÍPIO DE CHAVES, PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO DDSC Nº228/SE Nº95/2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

O fornecimento de refeições escolares aos alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, constitui matéria da competência dos Município, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-

Por Despacho da Ministra da Educação, nº22 251/2005, de 25 de outubro, foi aprovado o "Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico",* que visa garantir a todas as crianças que o frequentam, uma refeição equilibrada, tendo o Município de Chaves aderido ao referido programa, desde essa data;-

Considerando que de acordo com o estipulado no Regulamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, publicado no anexo IV do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos;-----

Considerando que para o fornecimento das refeições escolares, o Município de Chaves tem lançado mão de um procedimento concursal de prestação de serviços para o fornecimento de refeições aos estabelecimentos do ensino básico;-----

Considerando que no referido concurso público de fornecimento de

refeições, estão excluídas as Escolas Básicas nº 1 (Santo Amaro), nº3 (Caneiro) e nº5 (Casas dos Montes), por não possuírem condições e instalações adequadas para o serviço de refeições;-----

Considerando que no ano letivo 2016/2017 foi celebrado um protocolo com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, para que os alunos que frequentam as retro mencionadas Escolas pudessem beneficiar do serviço de refeições;-----

Considerando que o referido protocolo prevê, na sua cláusula quinta "O presente protocolo tem efeitos a partir de 1 de setembro de 2016, sendo renovado automaticamente para os anos letivos seguintes".-----

Assim e face ao exposto, tomo a liberdade de propor a V. Exa. o seguinte:-----

1. Para conhecimento junta-se o Anexo I, com as refeições previstas para os alunos das Escola Básica nº 1 (Santo Amaro), Escola Básica nº3 (Caneiro) e Escola Básica nº5 (Casas dos Montes), referente ao ano letivo 2018/2019;-----

2. Solicita-se ainda, o envio da presente proposta à Divisão de Gestão Financeira para atribuição de cabimento;-----

O encargo previsto com esta despesa é de 41.663,60€** (IVA não tributado), e foi calculado tendo em conta o número de crianças que usufruem do serviço de refeições, (154 alunos com o escalão A/transportados, 66 alunos com o Escalão B, o preço da refeição, 1,333€ e o número de dias do calendário escolar (170 dias), correspondendo ao 1º período letivo o valor de 15.685,12€ e ao 2º e 3º período, do ano 2018, o valor de 25.978,48€.-----

3. O seu encaminhamento após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para conhecimento.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 07 de dezembro de 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

*No âmbito da candidatura ao "Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico", no ano letivo 2017/2018 o Município de Chaves recebeu uma comparticipação de 0,20€/refeição aluno 1ºciclo. Para o presente ano letivo ainda não está definido o valor.-----

** Escalão A/ Transportados - 154 refeições x 1,333€ x 170 dias = 34.897,94€-----

** Escalão B - 66 refeições x 0,603€ (1.333€ - 0,73€) x 170 dias = 6.765,66€;-----

**No que respeita ao tratamento do IVA, a DGEstE procedeu ao seguinte esclarecimento, enviado por correio eletrónico, no dia 12 de junho de 2018:-----

- "a entidade DGEstE não está isenta de pagar IVA (respeitante ao contrato relativo à aquisição de refeições, no entanto está isenta no que respeita à cobrança destas refeições - valores de venda das refeições), sendo o IVA pago suportado pela entidade, como se verifica com um consumidor final."-----

- "mais acresce que, no valor que é cobrado à autarquia, considera-se o preço contratual (custo) pago à empresa fornecedora. O cálculo desse valor implica o cálculo do valor do IVA apenas para que se encontre o preço de custo, uma vez que na venda das refeições não é cobrado IVA, tendo em consideração que o código de IVA não nos isentar dessa obrigação."-----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 07.12.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.17.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES -- I - ENQUADRAMENTO. INFORMAÇÃO DDSC Nº255/SE Nº107/2018-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A encarregada de educação, Dalila da Costa Fernandes Vieira, através do requerimento em anexo, vem solicitar a dispensa de pagamento das refeições das suas educandas Lília Fernandes Vieira, que frequenta o Jardim de Infância do Caneiro e Lara Fernandes Vieira que frequenta o 2º ano na Escola EB1, pelo motivo de considerar serem alunas transportadas. -----

A retro mencionada encarregada de educação refere que *"no passado ano letivo matriculei as minhas filhas no infantário e escola do Caneiro, mas, entretanto, mudei de residência, (Abobeleira) e constatei que atualmente elas pertenciam à Escola de Valdanta. Como não vejo qualquer benefício em mudá-las de escola a meio do ciclo, não pretendo fazer esta alteração e faço-me cargo de toda a logística associada. Uma vez que não posso pedir o benefício do transporte para a escola onde elas se manterão matriculadas, pelo menos até ao final de ciclo de cada uma, venho por este meio solicitar se não seria possível beneficiar dos almoços, tal como os outros educandos que são transportados". ---*

II - Fundamentação -----

Através da **INFORMAÇÃO DDSC Nº214/SE Nº86/2018**, presente na reunião de Câmara de 04 de outubro de 2018, foi deliberado aprovar que os *"alunos transportados beneficiam da refeição gratuita, independentemente do escalão atribuído"*. -----

Considerando que a designação de *"aluno transportado"*, surge com o encerramento das Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância, no âmbito dos sucessivos reordenamentos da rede escolar, principalmente em localidades do meio rural, e a necessidade de efetuar o transporte dos alunos residentes nessas localidades para os estabelecimentos de ensino definidos como *"Escolas de Acolhimento"*; -----

Considerando que as referidas alunas ao residirem na localidade *"Abobeleira"*, a Escola de acolhimento seria a Escola EB1/JI de Valdanta, e ambas beneficiariam de transporte e refeição gratuita; --

Considerando que a referida encarregada de educação, ao assumir o encargo com o transporte para a Escola EB1/JI do Caneiro, solicita *"beneficiar das refeições gratuitas"* de forma a atenuar os referidos encargos, uma vez que não beneficia dos apoios da ação social escolar; Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013 de 12 de Setembro, compete à Câmara deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.-----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, caso esta proposta mereça concordância, por parte do Sr. Vereador da Educação, Dr. Francisco Melo, e em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n. º75/2013 de 12 de setembro, autorize a dispensa de pagamento das refeições das alunas **Lília Fernandes Vieira**, que frequenta o Jardim de Infância do Caneiro e **Lara Fernandes Vieira**, que frequenta o 2º ano na Escola EB1 do Caneiro, de forma a atenuar os encargos, da encarregada de educação, com as refeições das suas educandas, no presente ano letivo. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 07 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

Em anexo: Ofício da Encarregada de Educação -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 07.12.2018. -----

Visto. Concordo. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. ----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.17.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DRAGÕES DE CHAVES - CHAVES RUNNING TEAM. - III SÃO SILVESTRE DE CHAVES. PROPOSTA Nº 91/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação-----

A Associação Desportiva Dragões de Chaves - Chaves Running Team, solicita a ajuda do Município na realização da 3ª. Edição do evento desportivo "São Silvestre de Chaves", a qual vai ter lugar no dia 9 de dezembro de 2018; -----

No referido documento é solicitado também a autorização para a realização da prova/Licença, apoio logístico e apoio financeiro. ----
Considerando que, ao nível do licenciamento da prova e do apoio logístico, os serviços municipais diligenciaram no sentido de dar resposta ao pedido; -----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização de uma atividade de carácter desportivo geradora de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; --
Considerando que este clube promove atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que o apoio concedido pela autarquia, através da Proposta nº 30/GAP/2018, presente em reunião ordinária de 17 de maio, foi destinado expressamente à "2ª Corrida São Silvestre de Chaves". -----
Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----
Considerando que a adenda ao contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com a associação, está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeita aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que seja apoiada a Associação no valor de 500,00 (quinhentos euros), visando a concretização da prova desportiva "III São Silvestre de Chaves"; -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta da adenda ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação Desportiva Dragões de Chaves, conforme documento anexo, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município; -----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; --

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 6 de dezembro de 2018-----

O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz)-----

MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Considerando que no passado dia ... de ... de 2018, foi celebrado um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Chaves e o, na sequência da Proposta N° .../GAP/2018 de 00/00/2018, aprovada por deliberação camarária do passado dia;--

Considerando que o objeto do referido contrato foi a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - no valor de € (.....euros);-----

Considerando que no âmbito do subsídio atribuído anteriormente não foi contemplado o apoio financeiro da autarquia à prova "3ª São Silvestre de Chaves".-----

Considerando que a realização desta prova desportiva já fazia parte do Plano Regular de Ação da "Associação Desportiva Dragões de Chaves - Chaves Running Team", nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 11º, do Decreto Lei 273/2009, em desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela lei nº 5/2007, de 16 de janeiro - "Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto".-----

Assim, no dia 00 de _____ de 2018,-----
Como primeiro contratante, o Município de Chaves, NIPC 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, _____, _____, natural da freguesia _____ e Concelho _____, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves; -----

E-----
Como segundo contratante,, com o NIPC, com sede no, neste ato legalmente representada pelo da Direção,, titular do Cartão do Cidadão nº, válido até .../.../20....

É celebrada a presente adenda ao contrato supra identificado, de acordo com a Proposta Nº .../GAP/2018, de .../.../2018 aprovada pelo executivo camarário, em sua reunião do executivo camarário do passado dia .../.../2018, documento que se anexa à presente adenda.-----

Em tudo o mais mantém-se o clausulado do referido contrato. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../18.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 92/GAP/18 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Justificação -----

Considerando que foram remetidas a esta Câmara Municipal solicitações de apoio financeiro, por parte das três associações existentes no Concelho, a saber: -----

1. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Salvação Pública, NIPC 501 186 298, através do requerimento anexo a esta proposta, com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local nº 3250 do pretérito dia 18 de março de 2016;-----

2. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavianses, NIPC 501 506 764, no âmbito de uma reunião nesta Câmara, apresentou o Plano de Atividades e Orçamento para 2017, solicitando o apoio da autarquia;

3. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago, NIPC 501 103 074, enviou via correio eletrónico o Plano de Atividades e Orçamento para o corrente ano; -----

Considerando que os apoios solicitados, conforme os respetivos Planos de Atividades indicam, visam essencialmente a aquisição e/ou manutenção de viaturas e outros equipamentos que lhes garantam o seu

bom desempenho operacional e a requalificação e/ou conservação das respetivas instalações; -----

Considerando a nobreza da missão desenvolvida por estas instituições, nomeadamente no que concerne ao combate a incêndios, socorro às populações, inundações, desabamentos, catástrofes e/ou calamidades, bem como transporte de doentes e sinistrados; -----

Considerando que o papel insubstituível das corporações de bombeiros no bem-estar, segurança e proteção de pessoas e bens deste concelho, justifica, por si só, todos os apoios que a Câmara Municipal lhes possa assegurar; -----

Considerando que por deliberação do executivo camarário, tomada em sua reunião ordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária do dia 29 de abril de 2015, veio a ser aprovado o Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, social e Outras; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

1. Apoiar financeiramente as três corporações de bombeiros do concelho de Chaves, com os seguintes montantes: -----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Salvação Pública - 35.000,00€ (capital); -----

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses - 35.000,00 € (capital) + 6.000,00 € (corrente); -----

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago - 37.500,00 € (capital); -----

2. Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades peticionárias; -----

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----

4. Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; --

5. A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 08070101; -----

6. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2018/2019 À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO. PROPOSTA Nº 94/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

A Junta de Freguesia de Santo Estevão veio, através do ofício em anexo, solicitar a continuidade do apoio financeiro, no valor de 3.000,00€, referente ao ano letivo 2018/2019, para suportar as despesas com a trabalhadora que apoia, a tempo parcial, o funcionamento da Escola EB1 de Sto. Estevão.-----

Considerando que o apoio financeiro, por parte do Município, teve início no ano letivo 2009/2010, com o valor de 2.500,00€ e deveu-se à implementação do serviço de refeições, na retro mencionada Escola, que por motivos de não dispor de recursos humanos a tempo inteiro, a referida Junta de Freguesia disponibilizou uma trabalhadora para acompanhar os alunos no período de almoço, proceder à lavagem de louças e à limpeza desse espaço.-----

Considerando que, desde do ano letivo 2012/2013, o Município de Chaves passou a referida comparticipação financeira para o valor de 3.000,00€ (três mil euros), para apoiar o pagamento da mencionada trabalhadora; Considerando que a Escola EB1 de Stº Estevão é designada como "*Escola de Acolhimento*", uma vez que integra os alunos provenientes da "*Escola de Artes e Ofícios Professor Nuno Rodrigues*", os alunos da extinta Escola EB1 de Faiões e a maior parte dos alunos da área de influência da Escola EB1 de Águas Frias, encerrada no ano letivo 2014/2015;

Considerando que no presente ano letivo 2018/2019, frequentam o 1º ciclo da referida Escola **19 alunos, com cerca de 17 a utilizar** o serviço de refeições;-----

Considerando que a Escola EB1 de Stº Estevão não dispõe de uma trabalhadora para apoiar o edifício do 1º ciclo, o que é manifestamente impossível para o número de alunos que utiliza o serviço de refeições, pelo que o apoio dado pela trabalhadora disponibilizada pela Junta de Freguesia de Stº Estevão tem se demonstrado muito útil e necessário; Considerando que com a entrada em vigor da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a alínea j), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, "deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população".-----

Assim e face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a atribuição do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Santo Estevão no valor de 3.000,00€ (três mil euros), referente ao **ano letivo 2018/2019**, devendo, a mesma, na altura da respetiva liquidação, apresentar as certidões de não dívidas à Segurança Social e Finanças*.-----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA;-----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação.-----

Caso esta proposta seja aprovada e nos termos da alínea j)), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, deve a mesma ser encaminhada à próxima Assembleia Municipal, para que seja sancionada pelo referido órgão.-----

*De acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira a Junta de Freguesia de Stº Estevão deu acesso à consulta da sua situação tributária e contributiva, pelo que está dispensada da apresentação dos referidos documentos.-----

Obs. Uma vez que o Município de Chaves não está dotado de regulamento municipal para atribuição de apoios às Juntas de Freguesia, deve ser feita uma análise casuística deste apoio financeiro.

O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Foi apresentada, sobre a matéria, a seguinte declaração, por parte do Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo: ----
"A sua posição de abstenção justifica-se, em coerência com anteriores posições, por si, assumidas, no Executivo Municipal, sobre a matéria, embora reconhecendo que a situação, em apreciação, não é da responsabilidade dos atuais órgãos administrativos da Freguesia." ---

4. CANDIDATURA DA ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM MUNICÍPIO DE CHAVES, PARA O ANO DE 2019 - ÉPOCA DESPORTIVA 2018/2019. PROPOSTA N.º 95/gap/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1. A coletividade desportiva, cultural e recreativa GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES, NIPC 500 131 058, com sede na cidade e concelho de Chaves, entidade com estatuto de utilidade pública, apresentou uma candidatura a apoio financeiro para as atividades desportivas a desenvolver na época desportiva de 2018/2019, no montante pecuniário de €135.000,00.

2. O Grupo Desportivo de Chaves tem por fim estatutário desenvolver a educação física e o desporto, promovendo a sua prática e expansão, visando a formação de jovens atletas, independentemente da sua naturalidade, nacionalidade, raça ou religião, proporcionando-lhes a aprendizagem de uma modalidade desportiva e incutindo-lhes o gosto pela prática da atividade física, pela manutenção de hábitos de vida saudável e pelo exercício de uma cidadania ativa, contribuindo para a sua integração social. -----

3. O Grupo Desportivo de Chaves fundamenta a sua candidatura ao apoio financeiro, para a execução do plano de atividades, da época desportiva 2018/2019, centrado na organização de diversas equipas e prática de diversas modalidades desportivas amadoras, por jovens atletas, quer ao nível da formação, quer ao nível da competição, bem como no apoio para a manutenção e melhoramento das infra-estruturas desportivas, alegando que, pese embora procure o equilíbrio financeiro, as receitas geradas ainda são insuficientes para suportar todas as despesas. ---

4. A atividade física e o desporto assumem um papel fundamental no processo de reabilitação, promoção e inclusão social, quer no domínio motor, quer no domínio cognitivo, afetivo-social e psicológico. ----

5. Nos termos do disposto no nº1, do Artigo 6º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - no âmbito da estratégia de generalização da prática da atividade física e desportiva dos portugueses, incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. -----

6. Os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, em conformidade com o disposto na alínea f), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7. A atribuição, por parte do Estado, das regiões autónomas ou das autarquias locais, diretamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos, deve ser titulada mediante a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo -.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nas disposições combinadas previstas nos artigos 6º, 8º, 46º e 47º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto -, e no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo -, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um contrato-programa com a coletividade desportiva GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES, NIPC 500 131 058, com sede na cidade e concelho de Chaves, entidade com estatuto de utilidade pública, titulando a comparticipação financeira das atividades físicas desportivas e competitivas, a realizar na época desportiva 2018/2019, bem como o apoio ao melhoramento e manutenção das infra-estruturas desportivas, mediante a atribuição de um apoio, no valor global de €346.340,09, concretizando os objetivos constantes do contrato-programa, assim discriminado: -----

i) Comparticipação financeira de natureza pecuniária (desenvolvimento do programa de atividades desportivas e manutenção e melhoramento das infraestruturas desportivas) - €180 000,00; -----

ii) Assunção de encargos associados ao funcionamento do parque desportivo e utilização do pavilhão desportivo municipal - €166.340,09; -----

b) Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa de desenvolvimento desportivo, cujo teor se dá por integralmente reproduzido; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

i) Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

ii) Dar publicitação ao contrato-programa, em inteiro cumprimento do estipulado no Artigo 27º do Decreto-Lei nº 273/2009; -----
 iii) Dar conhecimento à entidade interessada do teor da decisão tomada; -----

d) A presente proposta tem cobertura na rubrica orçamental 04.07.01.02., -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

Nuno Vaz Ribeiro -----

Anexo: -----

- Plano de Atividades para 2019;-----

- Estatutos;-----

- Minuta do Contrato Programa; -----

- Relatório de execução do contrato-programa de 2018; -----

- Certificação legal de contas. -----

MINUTA -----

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, licenciado em Direito, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 201...; -----

E -----

Segundo: **GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES**, com o NIPC 500131058, com sede no Estádio Municipal Engenheiro Branco Teixeira, Avenida do Estádio, em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Direção, Bruno Miguel Esteves Carvalho, titular do Cartão de Cidadão nº 11263642 0ZZ9, válido até 14/03/2022, com poderes para o ato conferidos por deliberação da Assembleia Geral do Grupo Desportivo de Chaves, de 02 de maio de 2017 e Ata n.º.../20... de ... de ... de 201... da Direção do Grupo Desportivo de Chaves. -----

Considerando que, por deliberação camarária de .../.../201..., foi aprovada a **Proposta nº 95/GAP/2018, consubstanciada na atribuição de participação financeira, referente ao ano económico de 2019;** -----

Nos termos do disposto nos Artigos 6º, 8º, 46º e 47º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do artigo 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Objeto) -----

1. Constitui objeto do presente contrato o apoio financeiro - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o **Grupo Desportivo de Chaves** apresentou e este Município, referente ao ano de 2019, na prática de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, ao nível da formação de crianças e jovens, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

2. O apoio concedido abrange, ainda, a manutenção e melhoramento das infra-estruturas desportivas e utilização do pavilhão desportivo municipal. -----

Cláusula 2ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no ano de 2019. -----

Cláusula 3ª -----

(Comparticipação financeira) -----

1. A participação financeira, de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves ao Grupo Desportivo de Chaves é de **135 000,00 €** (cento e trinta e cinco mil euros), nos termos do Programa de Atividades, oportunamente, apresentado.

2. O primeiro outorgante, concede, ainda, participações pecuniárias relativas aos seguintes encargos, suportados, pelo segundo outorgante, com a manutenção e melhoramento das infra-estruturas desportivas: --

- Colocação da estrutura de cobertura na bancada nova do topo sul do estádio municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira - €40 000,00. ----

- Apoio à melhoria da eficiência energética do estádio municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira - €5 000,00. -----

3. As participações financeiras de natureza pecuniária totalizam **€180 000,00**. -----

4. A liquidação do subsídio em causa obedecerá ao seguinte plano de pagamentos: -----

a) €30 000,00, na assinatura do Contrato-Programa; -----

b) €30 000,00, durante o mês de fevereiro de 2019; -----

c) €30 000,00, durante o mês de março de 2019; -----

d) €30 000,00, durante o mês de abril de 2019; -----

e) €30 000,00, durante o mês de maio de 2019; -----

f) €30 000,00, durante o mês de junho de 2019, sendo suportada pela rubrica orçamental 04.07.01.02, correspondendo ao presente encargo o Compromisso nº, extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental. -----

5. O primeiro outorgante concede, também, apoio ao segundo outorgante, mediante a assunção dos encargos associados ao consumo de energia elétrica, consumo de água, consumo de gás natural, manutenção contratualizada dos campos relvados e uso de horas no pavilhão municipal, isenção de publicidade no pavilhão municipal com um valor calculado correspondente à quantia total de **166 340,09€/ano** (cento e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta euros e nove centésimos), a seguir discriminada: -----

- Consumo de energia elétrica: 51.806,00 €; -----

- Consumo de água: 29.000,00 €; -----

- Consumo de gás natural: 11.284,34€; -----

- Manutenção contratualizada do campo relvado: 70.848,00 €; -----

- Uso de horas do pavilhão municipal: 1.962,50 €; -----

- Isenção de publicidade no pavilhão municipal: 1.439,25 €. -----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A participação financeira a prestar pelo Município ao Grupo Desportivo de Chaves será liquidada através de transferência bancária para o IBAN:.....

Cláusula 5ª -----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ -----

1. O **Grupo Desportivo de Chaves** deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos

termos do disposto no nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro. -----

2. O **Grupo Desportivo de Chaves**, para efeitos do disposto no nº2, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciem os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo **Grupo Desportivo de Chaves** do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira. -----

Cláusula 7ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2019. -----

Cláusula 8ª -----

(Entrada em vigor) -----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 9ª -----

(Publicação) -----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia. -----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Chaves,de de 20... -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Nuno Vaz -----

O Presidente da Direção do Grupo Desportivo de Chaves, -----

Bruno Carvalho -----

Em Anexo: -----

- Plano Anual de Atividades de 2019; -----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada; -----

- Cópia dos respetivos Estatutos; -----

- Documento comprovativo da sua legal constituição; -----

- Cópia do NIPC; -----

- Declaração de utilidade pública; -----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes; -----

- Ata da Direção a aprovar a minuta. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, quando eram 10:20 horas, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. ----

5. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO "CLUBE DE TÊNIS DE MESA DE CHAVES". PROPOSTA Nº 96/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

O **CLUBE DE TÊNIS DE MESA DE CHAVES**, NIPC 506 630 072, com sede no Largo Campo da Fonte, concelho de Chaves, solicita, através do documento em anexo, apoio para a concretização das atividades calendarizadas no Plano de Atividades; -----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo, nomeadamente, Ténis de Mesa, Xadrez, Judo, Ténis de Campo e Basquetebol, praticado entre as camadas mais jovens do nosso concelho; Considerando que esta associação é promotora de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, ao nível da formação de crianças e jovens, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que a prática desportiva é indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade, constituindo um importante fator de equilíbrio e bem-estar dos cidadãos contribuindo para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. ----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP; -----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Dr. Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que seja apoiado o Clube de Ténis de Mesa de Chaves, no valor de 9.600,00€, sendo certo que a autarquia assumiu encargos com o funcionamento do mesmo (energia elétrica, água, aluguer do Pavilhão dos bombeiros e aluguer da sede) no valor de 8.900,00€ -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a entidade, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento; -----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n° 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27°. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; --

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara -----

(Nuno Vaz) -----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018; -----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão n°....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de-----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta n° .../GAP/2018, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de caráter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;** -----

Nos termos dos artigos 46° e 47°, da Lei n° 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do n°2, do art. 23°, e na alínea u) do n°1 do Artigo 33°, ambos do Anexo I, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª-----

(Objeto) -----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades

desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª -----

(Período de execução do contrato) -----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018. -----

Cláusula 3ª -----

(Comparticipação financeira) -----

1. A participação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de 9.600,00 € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado. -----

2. O Município de Chaves assumiu os seguintes encargos com este Clube: Subsidio em espécie pavilhões - 820,00 €; -----

Energia elétrica da sede - 1.270,00€; -----

Água - 210,00€; -----

Utilização do Pavilhão dos Bombeiros - 6.000,00€ -----

Utilização da Sede - 600,00€ -----

Cláusula 4ª -----

(Disponibilização financeira) -----

A participação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----

Cláusula 5ª -----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱⁱ -----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa. -----

Cláusula 6ª -----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto) -----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da participação financeira. -----

Cláusula 7ª -----

(Gestão do Contrato) -----

Para efeitos do disposto no n.º 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o, por deliberação de, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização. -----

Cláusula 8ª -----

(Produção de efeitos) -----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018. -----

Cláusula 9ª -----

(Entrada em vigor) -----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. -----

Cláusula 10ª -----

(Publicação)

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.

Chaves, ... de de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

Nuno Vaz

O Presidente do,

.....)

Em Anexo:

- Plano Anual de Atividades de 2018;
- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;
- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;
- Cópia dos respetivos Estatutos;
- Documento comprovativo da sua legal constituição;
- Cópia do NIPC;
- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

6. AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROCIDADE CHAVES-VERIN (EUROCIDADE CHAVES-VERIN, AECT) - REFORÇO DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ANO DE 2018. PROPOSTA Nº 97/GAP/18

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.

I - Da Justificação

1. Considerando que o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Eurocidade Chaves-Verin (Eurocidade Chaves-Verin, AECT), cujos membros são o Município de Chaves e o Ayuntamiento de Verin, foi constituído ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, que regula a constituição de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, visando a cooperação territorial - transfronteiriça, transnacional e inter-regional - no intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia;

2. Considerando que em conformidade com o disposto no ponto n.º 1 do artigo 5º do supramencionado Regulamento, os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial adquirem personalidade jurídica no dia do registo ou da publicação, consoante o que ocorrer primeiro, dos seus Estatutos, nos termos da lei nacional aplicável no Estado-Membro onde o AECT tiver a sua sede, no caso específico, em Espanha;

3. Considerando que em 26 de julho de 2013, foi publicada no "Boletín Oficial del Estado (BOE)" a Resolução de 17 de julho de 2013, da "Secretaría General Técnica del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación" a qual procedeu ao registo dos Estatutos da Eurocidade Chaves-Verin, AECT no Registo de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial;

4. Considerando que ao abrigo do n.º 1, do artigo 33º dos Estatutos da Eurocidade Chaves-Verin, AECT, o financiamento da Eurocidade Chaves-Verin, AECT é assegurado pelas contribuições anuais, ordinárias e extraordinárias, dos seus membros e por subsídios ou outras dotações financeiras que estes lhe concedam;

5. Considerando que de acordo com o preceituado no n.º 2, do artigo 32º, dos referidos estatutos, a contribuição anual dos seus membros, no caso, Município de Chaves e Concello de Verin, será fixada em Assembleia Geral, com base na despesa estrutural anual e na previsão de despesa com a conceção e a programação de atividades e ações; ---

6. Considerando que em Assembleia Geral da Eurocidade Chaves-Verin, AECT, realizada no passado dia 28 de dezembro de 2017, na sua sede, sita em Feces de Abaixo, foi aprovado que a contribuição anual de cada membro, para o orçamento do AECT, seria, em 2018, de € 50.000,00 (cinquenta mil euros);-----

7. Considerando que através do ofício registado nos serviços administrativos de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 7746 de 15 de Julho de 2016 - documento em anexo, veio a Eurocidade Chaves-Verin, AECT comunicar a premência no cumprimento das obrigações da qualidade de membro, designadamente, a referida anteriormente, no ponto 6; -----

8. Considerando que, mediante proposta GAP/04/2018, veio a ser aprovada, em reunião de Câmara, realizada em 08/02/2018, uma contribuição anual, para 2018, de 50.000,00€, entretanto, já executada e paga; -----

9. Considerando que, mediante proposta GAP/66/2018, veio a ser aprovada, em reunião de Câmara, realizada em 20/09/2018, uma contribuição extraordinária, para 2018, de 50.000,00€, entretanto, também já executada e paga; -----

10. Considerando que, em novembro de 2018, veio a Eurocidade Chaves-Verin, AECT, solicitar um reforço da contribuição extraordinária, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), tendo em vista a assunção da quota referente ao Eixo Atlântico, face à indisponibilidade financeira que a AECT apresenta à data atual; -----

11. Considerando, ainda, que ao abrigo da alínea aaa), n.º 1, artigo 33º, do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte: -----

a) Que seja aprovada a transferência da quantia de € 15.000,00€ (quinze mil euros) para a Eurocidade Chaves-Verin, AECT, a título de reforço da contribuição extraordinária para o exercício de associado, a qual deverá ser paga numa única tranche, até final do corrente mês; -----

b) Que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária;-----

c) Que a presente proposta tenha cobertura através da rubrica orçamental da despesa 06 02 03 05 03 02; -----

d) Que, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, a mesma seja publicitada nos termos do artigo 56º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

e) E por último, em caso de aprovação da presente proposta, que a mesma seja remetida à Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Financeira para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018-----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE "CONJUNTO COMERCIAL", PEDIDO DE APROVAÇÃO - PROCESSO N.º 415/15 - P.H.B - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO, S.A. - QUINTA DO CANEIRO, MADALENA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 16.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Através dos requerimentos n.º 439/18, 794/18 e 2130/18, referente ao processo n.º 415/15, a empresa "P.H.B - Administração e Gestão, S.A", na qualidade de proprietário, apresenta elementos, relativos a um pedido de licenciamento, visando a aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada em obras de ampliação³ de um conjunto comercial designado de "Retail de Chaves", com alvará de

³ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

obras de construção n.º 63/16, situado no lugar do Raio X - Caneiro, União das freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.---
 1.2. De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 19.168,69 m², está inscrito na matriz com o n.º 1727-P e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 106/20080304, da freguesia da Madalena.----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Alvará de obras de construção n.º 63/16, para construção de um "conjunto comercial", com a área de 5.618,00 m².-----

2.2. INFORMAÇÃO N.º149/SCOU/2017, relativa às obras de urbanização tituladas pelo alvará de construção n.º 63/16.-----

2.3. Informação n.º 1/DAF/FISC/2017.-----

2.4. Emissão de Certidão de Propriedade Horizontal, datada de 28 de Março de 2017.-----

2.5. Alvará de autorização de utilização n.º 23/17, 24/17, 44/17 e 45/17, relativas às frações "C", "D", "E" e "A", respetivamente.-----

2.6. Através do requerimento n.º 981/17, datado de 09/06/2017, o requerente apresentou um pedido de aprovação do projeto de arquitetura e apresenta especialidades, para obras de ampliação de um conjunto comercial, designado de "*Retail de Chaves*". Este pedido foi objeto de despacho, no sentido de ser remetido um exemplar do processo ao Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, Sr.º Eng.º Abel Peixoto e Sr.ª Arq.ª Ana Isabel Morais Augusto, para se pronunciar sobre as questões de natureza urbanística, viária e paisagística, que envolvem a pretensão.-----

2.7. Através do requerimento n.º 1341/17, datado de 31/07/2017, a EDP distribuição, enviou parecer de aprovação do projeto de infraestruturas elétricas de serviço público, no cumprimento das condições técnicas e administrativas vertidas no referido parecer, constante do processo a folhas 3723 a 3726.-----

2.8. Através do requerimento n.º 1377/17, datado de 07/08/2017, o requerente apresentou parecer favorável da Autoridade Nacional de Aviação Civil, relativo á pretensão.-----

2.9. Através da Informação/Proposta N.º 1616/SCOU/2017, foi dado a conhecer ao requerente os pareceres da Divisão de Projetos e Mobilidade e do Setor de Planos Municipais de Ordenamento do Território. Foi ainda solicitado apresentação dos projetos de execução das obras de urbanização em espaço do domínio público, Certidão da Conservatória do Registo predial, resultante da anexação dos artigos onde se projeta o "*Retail de Chaves*" (existente + ampliação) e documento comprovativo, da exclusão do prédio do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), a solicitar, pelo requerente, à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDAR).-----

2.10. Através do requerimento n.º 2266/17, datado de 20/12/2017, o requerente solicitou, prorrogação do prazo concedido para apresentação de elementos. Foi concedida a prorrogação do prazo por 30 dias.-----

2.11. Através do email datado de 7 de Maio de 2018, foi solicitado parecer, à Sr.ª Eng.ª Conceição Rei e à Divisão de Projetos e Mobilidade (ao cuidado do Sr.º Eng.º Nuno Bento), sobre as obras de urbanização propostas pelo requerente e referentes às obras de construção de um conjunto comercial, em coerência com a metodologia adotada para outros empreendimentos aquando da avaliação técnica dos mesmos.-----

2.12- O Sr.º Eng.º Nuno Bento, da Divisão de Projetos e Mobilidade, em resposta ao pedido da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território (DGOT), emitiu uma Nota Técnica, datada de 14/05/2018, sobre os "Projetos das infraestruturas elétricas de Serviço Público" e "Projeto

de Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR), constante do processo a folhas 3953 e 3954.-----

2.12- A Sr.^a Eng.^a Conceição Rei, da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, em resposta ao pedido, emitiu uma Nota Técnica, datada de 22/05/2018, sobre os "Projeto de Arruamentos", "Rede de Abastecimento de Água", "Rede de Drenagem de Águas Residuais", "Rede de Drenagem de Águas Pluviais" e "Valorização Paisagística", constante do processo a folhas 3955 a 3959.-----

2.13- As notas técnicas referidas nos anteriores itens 2.12 e 2.11, foram dadas a conhecer ao requerente, no sentido de completar/corrigir o pedido de acordo com o plasmado nas referidas informações técnicas.

2.14. Através do requerimento n.º 1367/18, datado de 02/07/2018, o requerente solicitou, prorrogação do prazo concedido para apresentação de elementos. Foi concedida a prorrogação do prazo por 30 dias.-----

2.15- Através dos requerimentos n.º 1631/18 e 1483/18, apresentou elementos, com vista a completar/corrigir as questões explanadas nas referidas notas técnicas, designadamente, quanto á rede de rega e apresentação dos projetos das infraestruturas de Eletricidade de Serviço Público e das Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR).-----

2.16- Através de email datado de 7 de Agosto de 2018, foi solicitado novo parecer, sobre o aditamento ao projeto, ao Sr.º Eng.º Nuno Bento, da Divisão de Projetos e Mobilidade, que emitiu uma nova Nota Técnica, datada de 23 de Agosto de 2018.-----

2.17 - Através de email datado de 8 de Agosto de 2018, foi solicitado parecer à Eng.^a Salomé Carneiro, sobre o aditamento ao projeto da rede de rega, a qual informou que o projeto se "apresenta em conformidade.-

3. SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1. O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 14, 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, nomeadamente:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial, referentes ao prédio;-
- Ficha de elementos estatística;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Levantamento topográfico à escala 1/200;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Planta de localização à escala 1/2 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1/10 000;-----
- Extrato da Planta de ordenamento e condicionantes do P.D.M;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, pelo coordenador de projeto e pelos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----
- Ficha de áreas;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Planta de enquadramento à escala 1:200;-----
- Planta de cedências à escala 1:500;-----

- Planta do limite das obras a executar pelo requerente, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do RJUE;-----
- Planta de apresentação à escala 1:200;-----
- Levantamento fotográfico do terreno;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200;-----
- Declaração de responsabilidade do topógrafo;-----
- Perfis à escala 1:200;-----
- Planta de cedências à escala 1:500; -----
- Planta do piso 1 à escala 1:100;-----
- Planta da cobertura à escala 1:100;-----
- Cortes transversais e longitudinais à escala 1:100;-----
- Alçados à escala 1:100;-----
- Esquema de ventilação à escala 1:50;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- AVAC;-----
- Estudo de comportamento térmico e Pré-certificado energético;-----
- ITED;-----
- Projeto de segurança contra incêndios em edifícios, aprovado pela entidade competente;-----
- Projeto acústico;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----
- Ficha Eletrotécnica;-----
- ITUR (privada);-----
- ITUR (pública);-----
- Projetos de execução de obras de urbanização ("Projeto de Arruamentos", "Rede de Abastecimento de Água", "Rede de Drenagem de Águas Residuais", "Rede de Drenagem de Águas Pluviais" e "Valorização Paisagística", "Projetos das infraestruturas elétricas de Serviço Público" e "Projeto de Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR);-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1. O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4 do Dec.- Lei 555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, por se tratar de obras de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeita a licença administrativa.-----

4.2. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1. De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o prédio está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.2.2. Segundo a planta de condicionantes n.º 47A do PDM, sobre o prédio impende uma servidão aeronáutica relativa ao Aeródromo de Chaves; e insere-se em área do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH).-----

4.3. Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1. O pedido apresentado tem enquadramento na alínea a) do artigo 24.º (Impacte urbanístico relevante) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

4.4. No Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração - Decreto - Lei n.º 10/2015 de 16 de Janeiro-----

4.4.1. O pedido apresentado, tem enquadramento legal na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto- Lei n.º 10/2015, de 16/01, pelo facto,

de se tratar de estabelecimentos de comércio a retalho com área de venda superior a 2.000,00 m², inseridos em conjunto comercial (conforme alínea m) do artigo 2.º do referido diploma legal), no formato de "Retail Park"⁴, estando sujeita, a uma mera comunicação prévia o acesso às atividades.-----

5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1. O requerente solicita, o licenciamento, das obras de ampliação do conjunto comercial, designado de "Retail de Chaves", licenciado ao abrigo do alvará de obras de construção n.º 63/16, com uma ampliação da área bruta de construção de 1.835,00 m², distribuídos por um só piso- r/chão.-----

5.2. É proposta a demolição da habitação e anexos existente no terreno, pelo facto de se encontrar em avançado estado de degradação interior e exterior.-----

5.3. De acordo com o referido no anterior ponto 4.2.2, o prédio urbano insere-se em área do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), pelo que, está sujeito a prévia exclusão do AHVCH, nos termos do artigo 17.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. O requerente apresenta documento comprovativo, da exclusão do prédio urbano objeto do presente pedido, do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), conforme parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDAR), datado de 14 de Fevereiro de 2018, a folhas 3936 e 3937 do processo.-----

5.4. Face á servidão aeronáutica (Aeródromo de Chaves) que impende sobre o prédio e nos termos do disposto no n.º1 artigo 13-B.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), o requerente consultou, a entidade, ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil, a qual, emitiu parecer favorável datado de 21 de Julho de 2017, nos termos da informação, a folha 3732 do processo.-----

5.5. A operação urbanística, consubstanciada na ampliação de um conjunto comercial, compagina-se com os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor para este último um valor de 0,39 m²/m². Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.6. Face à tipologia do imóvel previsto (estabelecimento comercial) e à área bruta de construção do mesmo (ampliação), a proposta cumpre o especificado na alínea d), do n.º 3, do artigo 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio mais 76 lugares de estacionamento automóvel (sendo 4 destinados a pessoas com mobilidade condicionada), o qual é superior ao valor mínimo de 37 lugares previstos naquela norma regulamentar.-----

5.7. Por outro lado a proposta em presença dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído

⁴ Formato que inclui unidades de comércio a retalho especializado, geralmente "big boxes" ou "power stores" com acesso directo ao parque de estacionamento ou a áreas pedonais, sendo classificado segundo a sua dimensão.-----

com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

5.8. Nos termos das disposições combinadas previstas no n.º 5, do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e na alínea a), do art.º 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a operação urbanística em causa tem de ser considerada como de impacte relevante.-----

5.9. Neste contexto, e atento o disposto no n.º 5, do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a operação urbanística em análise fica sujeita às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento, tendo assim de cumprir o disposto sobre tal matéria nos artigos 43º e 44º do RJUE, e nos artigos 20.º e 21.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.10. O requerente propõe ceder ao domínio público, uma área de 40,60 m², para arruamentos, e, ao não prever qualquer cedência para espaços verdes e/ou de utilização coletiva, ficará deste modo sujeito ao pagamento do valor da respetiva compensação, de acordo com o previsto no art.º 30.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela Realização de operações urbanísticas.-----

5.11. De acordo com o n.º 2, do artigo 21.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal a área global máxima exigível para integração no domínio público, corresponde à soma das áreas destinadas a espaços públicos verdes, de utilização coletiva ou de circulação, e a equipamentos públicos ou de utilidade pública, não poderá exceder o menor dos seguintes valores:-----

5.11.1. A área global máxima (m²) $\leq 40\%$ (área do terreno) (m²)-----
 $40,60 \text{ m}^2 \leq 40\% (5.000,69 \text{ m}^2)$ ----- $40,60 \text{ m}^2 \leq 2.000,28 \text{ m}^2$ -----

5.11.2. A área máxima exigível destinada especificamente a equipamentos públicos ou de utilidade não poderá ultrapassar o valor numericamente igual a 25% da área bruta de construção prevista na operação.-----

Área máxima para equipamentos públicos $\leq 25\%$ (Área bruta de construção) (m²)-----

$0,00 \text{ m}^2 \leq 25\% (\text{de } 1.835,00 \text{ m}^2)$ ----- $0,00 \text{ m}^2 \leq 458,75 \text{ m}^2$

5.11.3. As áreas destinadas a espaços públicos - espaços verdes ou de utilização coletiva, arruamentos viários e pedonais, estacionamento - não podem exceder o valor máximo global correspondente a 15% da área total do terreno objeto da mesma operação.-----

Área total máxima $\leq 15\%$ (área do terreno) (m²)-----
 $40,60 \text{ m}^2 + 0.00 \text{ m}^2 \leq 15\% (\text{de } 5.000,69 \text{ m}^2)$ ----- $40,60 \text{ m}^2 \leq 750,10 \text{ m}^2$

5.12. Nestes termos pode-se concluir que, as áreas máximas a ceder para o domínio público por força do disposto no artigo 21.º, do Regulamento do P.D.M., seriam de 750,10 m², destinado a espaços públicos (espaços verdes, arruamentos viários e pedonais e estacionamento) e 458,75 m², destinado a equipamentos de utilização coletiva.-----

5.13. Considerando, que o requerente propõe com a presente operação urbanística ceder uma área de 40,60 m², destinada a espaços públicos (espaços de circulação, estacionamento, passeios), resulta assim, uma área não cedida para espaços verdes e de utilização coletiva de $(750,10 \text{ m}^2 - 40,60 \text{ m}^2) = 709,50 \text{ m}^2$.-----

5.14. Por outro lado, e de acordo com o referido anteriormente, a área não cedida para equipamentos públicos de utilização coletiva, corresponde à área de 458,75 m².-----

5.15. Face ao que vem de ser dito, conclui-se que a proposta urbanística patenteada possui um défice de área de cedência 1.168,25 m² (709,50 m² + 458,75 m²). -----

5.16. Neste sentido, e em conformidade com o disposto no artigo 30.º, do "*Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas*", o valor da compensação em numerário que o requerente terá de pagar é de 70.445,48 euros, em resultado da fórmula a seguir indicada:-----

$C = L \times K \times A \text{ (m}^2\text{)} \times V/2 = 1,0 \times 0,25 \times 1.168,25 \times 482,40/2 = 70.445,48$ euros-----

5.17. Tendo em consideração que a ampliação do conjunto comercial que se pretende executar, provoca uma sobrecarga significativa dos níveis de serviço nas infraestruturas existente, nomeadamente ao nível de vias de acesso, tráfego e estacionamento, o mesmo apenas poderá ser implementado, desde que o requerente se comprometa a realizar todos os trabalhos inerentes à sua execução. Nestes termos, a viabilização deste empreendimento está dependente da realização de obras de urbanização relativas a remodelação da rede viária, em espaço do domínio público, deve a autarquia vincular a empresa requerente à realização das referidas obras, mediante prestação de caução, prevista no artigo 54.º do RJUE, as quais, diga-se, não constituem qualquer contrapartida por áreas não cedidas ao domínio público municipal.----

5.18. Face à necessidade de executar obras de urbanização em espaço do domínio público, deverá a autarquia vincular a empresa requerente à realização das referidas obras, mediante apresentação do respetivo projeto de execução, tendo em vista o cálculo da caução prevista no n.º 1, do artigo 54 do Decreto -Lei 555/99, na sua atual redação. ---

5.19. Foi solicitada uma nota técnica inerente às obras de urbanização, à Divisão de Projetos e Mobilidade (ao cuidado do Sr.º Eng.º Nuno Bento), que recai sobre os "Projetos das infraestruturas elétricas de Serviço Público" e "Projeto de Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR), constante do processo a folhas 4089, 4090 e 4091.

5.20. Foi solicitada uma nota técnica, inerente às obras de urbanização à Sr.ª Eng.ª Conceição Rei, que recai sobre os "Projeto de Arruamentos", "Rede de Abastecimento de Água", "Rede de Drenagem de Águas Residuais", "Rede de Drenagem de Águas Pluviais" e "Valorização Paisagística", constante do processo, folhas 3955 a 3959.-----

5.21. Foi solicitada uma nota técnica inerente às obras de urbanização à Sr.ª Eng.ª Salomé Carneiro, que recai sobre o projeto de "Valorização Paisagística", constante do processo, a folha 4088.-----

5.22. Consta dos projetos das obras de urbanização, estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, no valor de 48.350,60 €. -----

5.23. De acordo com a estimativa do custo total da obra apresentada, deverá o requerente apresentar caução no valor de 53.669,17 Euros (48.350,60 + 11% (valor destinado a remunerar encargos de administração, caso seja necessário, a câmara executar as obras de urbanização) = 53.669,17 €), de forma a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, conforme previsto no artigo 54.º do Decreto-Lei 555/99 e Ulteriores Alterações.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1. O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do plano de acessibilidades, dos projetos de especialidades e, cujos teores se mostram adequados.-----

7.TAXAS URBANÍSTICAS, VALOR DA COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1. De acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 32.582,93 euros.-----

7.2. As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subsecção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 343,45 euros.-----

7.3. O valor total das taxas a liquidar é assim de 32.926,38 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

7.4. De acordo com o artigo 30.º, do Regulamento n.º 314/2010, o valor da compensação, em numerário, a pagar ao Município é de 70.445,48 euros.-----

7.5. De acordo com o artigo 54.º do Dec-Lei555/99 e Ulteriores Alterações, o valor da caução a prestar a favor da câmara é de 53.669,17 euros.-----

8. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1. Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada na construção de um conjunto comercial, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de propor: um índice de construção de 0,39 m²/m², uma cêrcea de 8,50 metros e um número de pisos de 1.-----

8.2. Considerando, que o uso pretendido, para comércio, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.3. Considerando, que o projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

8.4. Considerando, que os projetos de especialidades apresentados estão instruídos com termos de responsabilidade, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, o que exclui a sua apreciação prévia.-----

8.5. Considerando, que no âmbito do presente pedido foi emitido um parecer da Divisão de Projetos e Mobilidade, a informar que nada tem a opor às obras de urbanização a realizar em espaço do domínio público municipal e em espaço a integrar em domínio público municipal, agora propostas pela empresa requerente.-----

8.6. Considerando, que nos termos das disposições combinadas previstas no n.º 5, do artigo 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e na alínea a), do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a operação urbanística em causa, tem de ser considerada como de impacte relevante, implicando por este facto, áreas de cedência ao domínio público e pagamento de compensação por áreas não cedidas.

8.7. Considerando, que propõe ceder uma área de 40,60 m², existindo assim, um défice de área não cedida de 1.168,25 m², o que implica, o pagamento de uma compensação em numerário no valor de 70.445,48 €.

8.8. Considerando, que embora a ampliação do "conjunto comercial" que se pretende promover, provoque uma sobrecarga significativa dos níveis de serviço das infraestruturas, nomeadamente ao nível de vias de acesso, tráfego e estacionamento, o mesmo poderá ser implementado desde que o requerente se comprometa a realizar todos os trabalhos inerentes à sua execução, o que se vem a verificar face à apresentação dos projetos de execução das obras de urbanização.

8.9. Considerando que, a viabilização desta ampliação ao empreendimento está dependente da realização de obras de urbanização relativas a rede viária, abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, abastecimento elétrico, telecomunicações e valorização paisagística, em espaço do domínio público, deve a autarquia vincular a empresa requerente à realização das referidas obras, mediante prestação de caução, prevista no artigo 54.º do RJUE, a qual ascende ao valor de 53.669,17 euros, que deverá ser prestada a favor da Câmara, mediante garantia bancária, seguro caução ou depósito em numerário.

8.10. Considerando, que das notas técnica, referidas nos anteriores itens 5.19, 5.20 e 5.21, relativas às obras de urbanização da ampliação do empreendimento, resultou parecer, no sentido de as mesmas poderem reunir condições para ser aprovadas.

9. PROPOSTA DE DECISÃO

9.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:

9.1.1. Propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura, apresentado sob requerimento n.º 2130/18.

9.1.2. São apresentados, todos os projetos de especialidades e os projetos das obras de urbanização, necessários para a ampliação do empreendimento, pelo que se propõe, o licenciamento da operação urbanística, destinada a "conjunto comercial".

9.1.3. Propõe-se ainda que, o processo seja presente na próxima reunião do Executivo Municipal, para deliberação final sobre o mesmo.

9.1.4. Caso a Câmara delibere favoravelmente o pedido de licenciamento do imóvel:

9.1.4.1- Deverá o requerente, proceder à liquidação das taxas urbanísticas, previstas no art.º 117 do RJUE;

9.1.4.2. De acordo com o n.º1 do artigo 76.º, do Dec.-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo aditamento ao alvará de licença n.º 63/16, designadamente:

- Apólice de seguro de construção;
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;
- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;
- Livro de obra, com menção do termo de abertura;

- Plano de segurança e saúde;-----

9.1.5. Deverá proceder ao prévio pagamento das taxas urbanísticas e administrativas, no valor de 32.926,38 euros (trinta e dois mil novecentos e vinte e seis euros e trinta e oito cêntimos), para emissão da licença de construção, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 116.º do RJUE.-----

9.1.6. Deverá apresentar garantia bancária, seguro caução ou depósito em numerário no valor de 53.669,17 euros (cinquenta e três mil seiscentos e sessenta e nove euros e dezassete cêntimos), para emissão da licença de construção, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 54.º do RJUE.-----

9.1.7. Devera ainda, proceder ao pagamento do valor da compensação, a qual ascende ao montante de 70.445,48 € (setenta mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos), no ato da emissão do alvará de construção.-----

9.1.8. A emissão do alvará de licença de construção, fica ainda condicionada pela prévia outorga, junto do Gabinete de Notariado e Expropriações deste Município, do contrato previsto no artigo 25.º do RJUE, titulando a cedência obrigatória para o domínio privado da autarquia, da parcela de terreno corresponde à área de 40,60 m². Nesta medida, deverá o processo administrativo, ser de imediato encaminhado, para o Gabinete de Notariado e Expropriações, em vista à formalização do referido contrato.-----

À consideração superior-----

ANEXO I-----**CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----**

Aumento de área de: 1.835,00 m²-----

1 piso acima da cota de soleira-----

Altura da edificação: 8,50 m-----

QUADRO I-----**- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**

QUADRO I			custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa		0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso		12		19,33	231,96 €/m
	- Betão betuminoso		6		19,33	115,98 €/m
	- Granito (calçada a cubos)		0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)		0		8,53	0,00 €/m
	- Betão		0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	1		17,63		17,63 €/m
	- Lancil (Granito)	0		39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)		1		15,92	15,92 €/m
	- Pavimento (Mosaico)		0		25,02	0,00 €/m
	REDE DE ÁGUA		1		21,61	
REDE DE ESGOTOS		1		34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1		45,49		45,49 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m					482,71	€/m
m - frentes do terreno que confrontam com a via pública					270	
N - número de pisos					1	

Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais e/ou industriais e armazéns - alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º	$T = C \times m \times [0.25 + 0.05 (N-1)]$	T = 32.582,93 €
--	---	-----------------

QUADRO II**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 18	Emissão de aditamento ao alvará			38,70 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	0	106,00 €	0,00 €
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	1	211,95 €	211,95 €
c)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	0	529,95 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	8	11,60 €	92,80 €
	TOTAL			343,45 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 32.582,93 € + 343,45 € = 32.926,38 €----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 06.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito circunstanciadamente enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando a aprovação do projecto de arquitectura da operação urbanística em causa (obras de ampliação da superfície comercial designada por "Retail de Chaves), situada no lugar do "Raio X", em Chaves) e, face aos elementos complementares entretanto apresentados (projectos de especialidades da edificação a ampliar e das obras de urbanização a ela inerentes) o licenciamento da referida operação urbanística, de acordo com as condições expressas nas alíneas 9.1.4.1, 9.1.4.2, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM INDUSTRIAL, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA – PROCESSO N.º 944/18 – SISTEMAS DELFIN, UNIPESSOAL, LDA. – LUGAR DE CAMPO QUEIMADO, PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES, LOTE N.º 3, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 03.12.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Pretensão-----

A Firma Sistemas Delfin, Unipessoal, Lda, através do requerimento n.º 2439/18, apresenta projeto de arquitetura para construção de uma edificação composta por 3 blocos contíguos e interligados, destinados a armazém (prevê-se que estes pavilhões venham a ser indústria de Transformação de Alumínio).-----

II – Localização-----

O terreno objeto de intervenção localiza-se no Lugar de Campo Queimado, Plataforma logística-lote n.º 3 do alvará de loteamento n.º 1/2007 (1.º aditamento), Freguesias de Outeiro Seco, em Chaves-----

III – Saneamento e Apreciação Liminar-----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 2322/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

IV- Enquadramento Urbanístico-----

4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

A operação urbanística que consubstanciou a emissão do alvará de loteamento n.º 1/2007 insere-se numa área que foi sujeita a medidas preventivas, aprovadas em Assembleia Municipal de 26 de Março de 2003, ratificadas por Resolução do Conselho de Ministros n.º 199 de 29 de Agosto de 2003, as quais determinam suspensão imediata do PDM.-----

4.2- Normas Legais em Vigor – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

Do ponto de vista procedimental o pedido enquadra-se à luz da alínea c) do n.º 4 do artigo 4.º do RJUE. No entanto o proponente requer licenciamento, enquadrando-se no n.º 6 do retrocitado diploma.-----

4.3- Normas Especiais – Loteamentos-----

A operação urbanística em causa- construção de armazém - ocupa o lote n.º 3 do alvará de loteamento n.º 1/2007- Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, em Outeiro Seco.-----

De acordo com o quadro sinóptico do referido alvará de loteamento que se transcreve poderá edificar.-----

N.º do Lote	Área do Lote (m2)	Finalidade	Área de Implantação (m2)	Área bruta de Construção (m2)	Nº. de Pisos Acima da cota de soleira	Estacionamento Ligeiros (dentro do lote) máximo	Estacionamento Pesados (dentro do lote)máximo
3	19 671,00	Armazém e/ou Indústria	12 000,00	12 000,00	2	80	40

V – Caracterização e Análise da Pretensão-----

Através do requerimento n.º 2439/18, é apresentado projeto de arquitetura referente a uma edificação composta por 3 blocos contíguos e interligados entre si. -----

A certidão de registo predial (registo n.º 3404/20070503) refere prédio urbano com área de 19 671,00m², artigo urbano n.º 3229-P. ---- Os parâmetros urbanísticos de edificabilidade devem obedecer às disposições constantes no alvará de loteamento e escritura de venda do lote.-----

Considerando os parâmetros urbanísticos definidos no alvará de loteamento e a edificação proposta: -----

Alvará de loteamento n.º 1/07		Projecto proposto
	Parametros da edificação	
Area de implantação	12 000,00 m ²	12 000,00 m ²
Area bruta de construção	12 000,00 m ²	12 000,00 m ²

Considerando que a proponente apresenta projeto de construção para edificar 3 pavilhões faseados no tempo, de acordo com o seguinte:----

FASE 1 - Construção do Pavilhão n.º1 -Iniciar após a emissão do alvará de licença;-----

FASE 2- Construção do Pavilhão n.º2 -Iniciar 5 ANOS, após a emissão do alvará de licença do Pavilhão 1;-----

FASE 3 - Construção do Pavilhão n.º3 -Iniciar 10 após a emissão do alvará de licença do Pavilhão 1, ou 5 anos após a conclusão do Pavilhão 2;-----

Fases da Construção	Projecto proposto	PRAZO DE EXECUÇÃO
1.ª FASE	PAVILHÃO 1	Iniciar após a emissão do alvará de construção
2.ª FASE	PAVILHÃO 2	Iniciar após 5 anos da conclusão da 1.ª Fase
3.ª FASE	PAVILHÃO 3	Iniciar após 5 anos da conclusão da 2.ª Fase

Considerando que a edificação por fases se encontra plasmada no artigo 59.º do RJUE, bem como a pretensão se enquadra no n.º2 do referido artigo.-----

Artigo 59.º Execução por fases-----

1 – O requerente pode optar pela execução faseada da obra, devendo para o efeito, em caso de operação urbanística sujeita a licenciamento, identificar no projeto de arquitetura os trabalhos incluídos em cada uma das fases e indicar os prazos, a contar da data de aprovação daquele projeto, em que se propõe requerer a aprovação dos projetos das especialidades e outros estudos relativos a cada uma dessas fases, podendo a câmara municipal fixar diferentes prazos por motivo de interesse público devidamente fundamentado.-----

2 – Cada fase deve corresponder a uma parte da edificação passível de utilização autónoma.-----

Considerando, que admitindo a execução da edificação por fases, o alvará a emitir refere-se apenas à 1.º fase, implicando a 2ª e subsequente (3.ª) fase um aditamento ao alvará inicial, conforme o disposto no n.º6 do artigo 59.º do RJUE.-----

Artigo 59.º Execução por fases-----

6 – Admitida a execução por fases, o alvará abrange apenas a primeira fase das obras, implicando cada fase subsequente um aditamento ao alvará.-----

Considerando que o contrato de venda do lote n.º3 do Loteamento Denominado Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, nas Condições de Licenciamento e Início de Atividade, no seu n.º4 refere:

Quatro - Obrigação da conclusão das obras licenciadas no prazo máximo de vinte e quatro meses após o seu início, salvo justificação plausível

e devidamente fundamentada, que possibilite por parte da Entidade Promotora/Entidade Gestora a prorrogação do referido prazo. -----
Considerando que faz parte do processo, proc.º n.º 944/18, o projeto de arquitetura para a obra na sua totalidade, isto é, consta o projeto referente aos 3 pavilhões, e arranjos exteriores.-----

Considerando que o alvará de loteamento prevê dentro do lote estacionamento para pesados e ligeiros, máximos, mas não mínimos, constando da planta de arranjos exteriores e memória descritiva e justificativa de 10 lugares de estacionamento marcados, mas podendo em qualquer altura colocar mais lugares.-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado respeita a área de implantação, área de construção e áreas verdes, propostas no alvará de loteamento n.º 01/07.-----

Considerando ainda, que consta do processo os termos de responsabilidade ao nível do projeto de arquitetura, em conformidade legal e regulamentar, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

Relativamente ao **uso do pavilhão industrial ser para Indústria de Transformação de Alumínio, a tramitação dos pedidos de licenciamento industrial deverá ocorrer através do respetivo "Balcão do empreendedor"**, face ao enquadramento legal do licenciamento industrial -Dec.-Lei 73/2015, de 11 de Maio.-----

Considerando, que o faseamento proposto pelo promotor na edificação dos 3 pavilhões, pretendendo **agora** edificar apenas **1 pavilhão** propondo um prazo de execução de 12 meses.-----

Considerando que a Firma Sistemas Delfin, Unipessoal, Lda., apresenta calendarização de modo a justificar o prazo de execução que consta do processo em causa. -----

VI - Proposta de Decisão-----

Em coerência com o enunciado, e atendendo às razões de fato e de direito, julgo, salvo melhor que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão de competente decisão administrativa referente:-----

1- Emissão da competente decisão administrativa deferimento do projeto de arquitetura, referente à construção de um pavilhão, composta por 1 piso e de área bruta de construção de 4 555,00 m2, nos termos do requerimento n.º2439/18;-----

VII- Da Apresentação dos Projetos de Especialidades-----

O requerente deve, em conformidade com o disposto no ponto 4 do artigo 20⁵ do RJUE apresentar os projetos de especialidades e outros estudos necessários à sua execução no prazo de seis meses.-----

Deverá assim, dar cabal cumprimento ao disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril relativamente aos Elementos instrutórios III, constantes do n.º 16 do Anexo I, nomeadamente:-----

Alíneas a), b), c), d), e), f), g), i), j), k) e l) do n.º16 -----

a) Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica; -----

c) Projeto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projeto de águas pluviais; -----

⁵ **Artigo 20.º Apreciação dos projetos de obras de edificação -----**

4 – O interessado deve apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura caso não tenha apresentado tais projetos com o requerimento inicial.

) Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro; -----
 i) Projeto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
 j) Projeto de condicionamento acústico; -----
 k) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; -----
 l) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.-----
 Deverá, ainda, o promotor apresentar projeto de execução dos muros de vedação do Lote.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 05.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos, no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do projecto de arquitectura da operação urbanística em presença (Edificação faseada de três pavilhões destinados a armazém e onde futuramente se prevê a instalação de uma indústria de transformação de alumínio), nos termos e para os efeitos preconizados nos itens V, VI e VII, deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO (ARTIGO 3267º), PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 897/18 - CONSTRUCHAVES - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA. - CAMINHO VELHO DO SEARA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 16.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Pretensão-----

A Firma Construchaves - Construção Civil Lda, na qualidade de proprietário, vem através do requerimento n.º 2324/18, referente ao processo n.º 897/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4543/20180918 e inscrita na matriz com o n.º 3267-P, situada em Lugar de Caminho Velho do Seara-Vale do Gato- Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

II- Antecedentes-----

Existe nesta edilidade um pedido de informação (requerimento n.º 1696, Proc.º n.º 650/18), respeitante ao terreno objeto de destaque agora em apreço.-----

III- Localização-----

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar de Caminho Velho do Seara-Vale do Gato- Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

IV - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 2324/18 refere-se a uma certidão de destaque, apresentando para o efeito o projeto com os elementos constantes no artigo 19.º do RMUE:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização;-----

- Documentos de legitimidade, Certidão de registo predial n.º 4543/20180918.-----

V-ENQUADRAMENTO URBANISTICO DO PEDIDO-----

5.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 897/18

- a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 7 519,00 m2 - situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

5.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 897/18 enquadra-se no preceituado no n.º 4 do artigo 6 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), dado se situar em perímetro urbano.-----

5.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 897/18, enquadra-se no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

O requerente através do requerimento n.º 2324/18, apresenta pedido para emissão de certidão de destaque em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 6 do RJUE, estando o processo instruído de acordo com o preceituado no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.-----

Da análise do pedido apresentado constata-se que:-----

6.1 - A Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, refere prédio urbano com a área total de 7 519,00 m2, está inscrito na matriz urbana com o n.º 3267-P e descrito na conservatória sob o n.º 4543/20180918 da Freguesia de Outeiro Seco;-----

6.2 - A área da parcela a destacar é de 900,00 m2 e está inserida na classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável - Categoria 1.1- Cidade de Chaves;-----

6.3- A parcela sobrança (mãe) ficará com a área de 6 619,00 m2, está inserida na classe1- Espaço Urbano e Urbanizável, Categoria 1.1- Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal;-----

6.4- Informa-se ainda que o índice de construção máximo admissível para o terreno que se encontra na categoria 1.1 - Cidade de Chaves, é $I_c \leq 1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$, com uma área máxima de construção de 1080,00 m2 ($900,00 \times 1,2 = 1080,00 \text{ m}^2$).-----

Considerando que o pedido formulado cumpre os requisitos constantes no n.º 4 do artigo 6 do RJUE.-----

Considerando que face ao relatório e plantas apenas ao processo, a Parcela a destacar é de 900,00 m2, se encontra dentro do perímetro de construção;-----

VII - Proposta de Decisão-----

Pelo exposto, e dado que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão da competente decisão administrativa de propor o deferimento da emissão de certidão de destaque conforme o requerido pelo proponente, através do requerimento n.º 2324/18.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando o deferimento do pedido de emissão de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pela interessada, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados no n.º 4, do Artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO (ARTIGO 3266º), PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 899/18 - CONSTRUCHAVES - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA. - CAMINHO VELHO DO SEARA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 16.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Pretensão-----

A Firma Construchaves - Construção Civil Lda, na qualidade de proprietário, vem através do requerimento n.º 2326/18, referente ao processo n.º 899/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4542/20180918 e inscrita na matriz com o n.º 3266-P, situada em Lugar de Caminho Velho do Seara-Vale do Gato- Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

II- Antecedentes-----

Existe nesta edilidade um pedido de informação (requerimento n.º 1695, Proc.º n.º 649/18), respeitante ao terreno objeto de destaque agora em apreço.-----

III- Localização-----

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar de Caminho Velho do Seara-Vale do Gato- Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

IV - Saneamento e apreciação liminar-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 2326/18 refere-se a uma certidão de destaque, apresentando para o efeito o projeto com os elementos constantes no artigo 19.º do RMUE:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----
- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização;-----
- Documentos de legitimidade, Certidão de registo predial n.º 4542/20180918.-----

V-ENQUADRAMENTO URBANISTICO DO PEDIDO-----

5.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 899/18 - a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 3 960,00 m2 - situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

5.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 899/18 enquadra-se no preceituado no n.º 4 do artigo 6 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), dado se situar em perímetro urbano.-----

5.3- Regulamentos Municipais-----

O processo n.º 899/18, enquadra-se no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

O requerente através do requerimento n.º 2326/18, apresenta pedido para emissão de certidão de destaque em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 6 do RJUE, estando o processo instruído de acordo com o preceituado no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.-----

Da análise do pedido apresentado constata-se que:-----

6.1 - A Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, refere prédio urbano com a área total de 3 960,00 m2, está inscrito na matriz urbana com o n.º 3266-P e descrito na conservatória sob o n.º 4542/20180918 da Freguesia de Outeiro Seco;-----

6.2 - A área da parcela a destacar é de 1 900,00 m2 e está inserida na classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável - Categoria 1.1- Cidade de Chaves;-----

6.3- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 2 060,00 m2, está inserida na classe- Espaço Urbano e Urbanizável, Categoria 1.1- Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal;-----

6.4- Informa-se ainda que o índice de construção máximo admissível para o terreno que se encontra na categoria 1.1 - Cidade de Chaves, é $I_c \leq 1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$, com uma área máxima de construção de 2280,00 m2 ($1\,900,00 \times 1,2 = 2280,00 \text{ m}^2$).-----

Considerando que o pedido formulado cumpre os requisitos constantes no n.º 4 do artigo 6 do RJUE.-----

Considerando que face ao relatório e plantas apenas ao processo, a Parcela a destacar é de 1 900,00 m2, se encontra dentro do perímetro de construção;-----

VII - Proposta de Decisão-----

Pelo exposto, e dado que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão

administrativo, para a emissão da competente decisão administrativa de propor o deferimento da emissão de certidão de destaque conforme o requerido pelo proponente, através do requerimento n.º 2326/18.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando o deferimento do pedido de emissão de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pela interessada, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados no n.º 4, do Artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE CHAVES - INFORMAÇÃO N.º 399/DPM/2018 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ARQ.º PAULO ROXO DATADA DE 03.12.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação incide sobre as Medidas de Autoproteção do Pavilhão Municipal de Chaves, que devem ser adotadas e materializadas, tendo em vista a melhoria das condições de segurança contra incêndio no transcorrer de eventos desportivos e culturais. -----

2. ENQUADRAMENTO-----

As Medidas em causa enquadram-se no Capítulo III, do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, e posteriores alterações (*que define as condições de segurança contra incêndios em edifícios - SCIE*), e também no Título VII, da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro (*que define as condições gerais de autoproteção contra incêndios*).-----

3. ENTIDADES EXTERNAS AO MÚNICÍPIO-----

Dado o cariz do estudo ora em causa, foi, naturalmente, auscultada a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Entidade que, através do seu ofício com a referência OF/2646/CDOS17/2018, datado de 16/10/2018, veio manifestar parecer favorável ao incremento das medidas de autoproteção previstas. -----

4. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE-----

No essencial, para além da instalação de equipamentos, como extintores e rede armada e outras, as medidas em causa estabelecem também a realização de obras, de modo a ampliar e consolidar as Unidades de Passagem - UP (caminhos de evacuação), necessárias ao funcionamento seguro do Pavilhão.-----

De frisar que tais medidas se encontram delineadas para uma lotação máxima, durante a realização de eventos, de 1780 pessoas, número que, de modo algum deverá ser ultrapassado.-----

De frisar, igualmente, o cariz meramente indicativo das medidas propostas, pelo que deverá ser diligenciada, por esta Divisão, a realização dos projetos de execução necessários à sua materialização. Numa primeira abordagem, podemos indicar, conforme estimativa apresentada pela autora das propostas consubstanciadas nos documentos que incorporam as referidas Medidas, que o incremento das mesmas acarretará um custo global na ordem dos **32.000,00 €** (*trinta e dois mil euros*), ao qual deverá ser acrescentado o IVA a taxa em vigor. Naturalmente, esse valor deverá ser aferido e atualizado no âmbito do subsequente projeto de execução.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Tendo em atenção o exposto anteriormente, entende-se por bem propor que o presente processo seja agendado para uma próxima reunião do Executivo Municipal, sugerindo que seja superiormente proferida deliberação, no sentido de aprovação das Medidas de Autoproteção em causa. -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 03.12.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

Neste contexto, sou a propor que seja, pelo Executivo Municipal, proferida deliberação no sentido de aprovação das Medidas de Autoproteção do Pavilhão Municipal de Chaves, em consonância com o enunciado no ponto 5 desta informação.-----

À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.04. ----

Visto. À reunião do executivo municipal para efeitos de apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. COMPATIBILIDADE COM O USO INDUSTRIAL DO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 76/14, PEDIDO DE DECLARAÇÃO – PROCESSO N.º 444/10 – JOSÉ MANUEL LAMEIRÃO BOTELHO NOBRE – LUGAR DE SEIXO, LOIVOS, FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 23.11.2018. ---

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Através dos requerimentos n.º 2310/18 e 2424/18, referente ao processo n.º 444/10, o Sr.º José Manuel Lameirão Botelho Nobre, na qualidade de proprietário, solicita, emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial o alvará de autorização de utilização n.º 76/14, correspondente, a um "Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo", localizado no Seixo, freguesia de Loivos no concelho de Chaves.-----

1.2. O "empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo", projeta-se no prédio urbano, inscrito na matriz com o n.º 773-P e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1042/20111028, da freguesia de Loivos.-----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Alvará de obras reconstrução/ampliação n.º 21/12, para reconstrução/ampliação de um edifício, destinado a "Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo", de três pisos, com a área bruta de construção de 1.007,08 m²;-----

2.2. Alvará de Autorização de Utilização n.º 76/14, para "Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo";-----

2.3. Certidão emitida por esta Edilidade em 8 de Outubro de 2018, que atesta de acordo com o solicitado, "que de acordo com o projeto de arquitetura, a adega existente e a proposta (executada), fazem parte do edifício principal como um todo, assim como a capela ou a biblioteca no piso superior, de acordo com as peças desenhadas que fazem parte do "Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo", com Alvará de Autorização de Utilização n.º 76/14."-----

3.SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1.O processo está instruído de acordo com o n.º 2 artigo 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE).-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

4.1.1. O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 5 do art.º4 e art.º 62 do Dec.- Lei555/99 alterado e republicado pelo Dec.-Lei 136/2014 de 9 de Setembro, por remissão do n.º3 do artigo 73.º-B do RMUE.-----

4.2 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1. De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.

4.3. Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1. O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-B (Sistema de Industria Responsável (SIR)) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

4.4. Em diplomas especiais-----

4.4.1. O presente pedido enquadra-se no n.º3 artigo 18.º do Sistema de Indústria Responsável (SIR) - Dec.- Lei n.º 73/2015 de 11 de Maio.

5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1. O requerente pretende a emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, o alvará de autorização de utilização n.º 76/14, designadamente, para o anexo de apoio ao edifício destinado a "Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo".-----

5.2. É pretensão do requerente, desenvolver no edifício anexo/adega do "Empreendimento de turismo no espaço rural, na modalidade de Agro turismo", a atividade industrial de "Produção de vinhos comuns e licorosos" (CAE11021), dado que, a atividade turística dominante gira em torno da exploração de uma área de vinha.-----

5.3. Pese embora, a atividade industrial, seja para desenvolver no anexo de apoio ao "Empreendimento de turismo no espaço rural, na modalidade de Agro turismo", esta edificação secundária, não tem autonomia desligada do edifício principal, sendo certo que, o edifício principal tem como utilização - ""Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo", de acordo com a autorização de utilização n.º 76/14.-----

5.4. O uso industrial pretendido, refere - se à atividade de: "Produção de vinhos comuns e licorosos" (CAE11021) é uma atividade industrial, constante da parte 2-B anexo I do Sistema de Industria Responsável (SIR)) - Decreto- Lei n.º 73/2015 de 11 de Maio.-----

5.5. Constam da parte 2-B do anexo I do SIR, as atividades industriais, da classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE - rev.3)

com potência elétrica igual ou inferior a 99 kVA, potência térmica não superior a 4×10^6 Kj/h e n.º de trabalhadores não superior a 20.----

5.6. O pedido está instruído de acordo com o n.º 2 do 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----

5.7. A atividade industrial de "Produção de vinhos comuns e licorosos" (CAE 11021), pode ser desenvolvida em prédio urbano com o uso de serviços, de acordo com a alínea a) do n.º3 do artigo 18.º do SIR.---

5.8. O edifício onde se pretende desenvolver a atividade a que se fez referência, está situado em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, o qual, está vocacionado para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal.-----

6. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1. Considerando, que o pedido está instruído de acordo com o n.º 2 do 73.º-B do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos justificativos de que a instalação do estabelecimento industrial, a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, salvaguarda o equilíbrio urbano e ambiental.-----

6.2. Considerando que a alínea a) do n.º3 do artigo 18.º do SIR, estabelece, que pode a Câmara Municipal, declarar compatível com o uso industrial o alvará de utilização de edifício destinado a serviços, no caso de se tratar de estabelecimento abrangido pela parte 2-B do anexo I do SIR, se se verificar a inexistência de impacte relevante no equilíbrio urbano e ambiental.-----

6.3. Considerando que o edifício, onde pretende exercer a atividade industrial de, "Produção de vinhos comuns e licorosos" (CAE 11 021), a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR, possui alvará de autorização de utilização n.º 76/14, para ""Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo", podemos concluir, que é compatível com o uso pretendido - "industrial", sendo certo que, pode a atividade a que se fez referência, ser instalada em fração autónoma de prédio urbano.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (n.º1 do artigo 73.º - B do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do artigo 73.º- B do RMUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, designadamente, para a atividade de, "Produção de vinhos comuns e licorosos" (CAE 11 021), o alvará de autorização de utilização n.º 76/14, do edifício destinado a ""Empreendimento de turismo no espaço rural - Agro turismo" e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o averbamento no título de autorização de utilização existente;-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir o presente pedido de emissão de declaração de compatibilidade com o uso industrial, deve de seguida, proceder-se ao avermamento no título de utilização já emitido (Alvará de Autorização de Utilização n.º 76/14, do edifício),

da atividade pretendida, designadamente, "Produção de vinhos comuns e licorosos" (CAE 11 021), a que se refere a parte 2-B do anexo I do SIR.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.12.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à declaração de compatibilidade com o uso industrial - Produção de vinhos comuns e licorosos (CAE 11021) - do prédio urbano detentor do alvará de utilização n.º 76/14, destinado a um empreendimento turismo no espaço rural, na modalidade de Agroturismo e, neste contexto, reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o respectivo averbamento no título de autorização já existente.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA VIA DE ACESSO AO EDIFÍCIO ALEMANHA - PROCESSO N.º 344/18 - JOÃO MEDEIROS - FUNERÁRIA UNIPESSOAL, LDA. - CINOCHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º GUILHERME TOMAZ DATADA DE 26.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento n.º 344/18, remetido para esta Divisão em 7 de setembro de 2018, o senhor João Medeiros, na qualidade de proprietário da Funerária Unipessoal LDA, com instalações no rés-do-chão do Ed.º Alemanha localizado no lugar do Cino Chaves, vem solicitar a colocação de sinalização de trânsito a proibir o estacionamento de viaturas em espaço público, via pública compreendida entre a Rua Nadir Afonso e o referido edifício.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1- Aspectos técnicos-----

2.1.1. Visando dar resposta ao pedido em causa, os serviços técnicos da D.P.M propõem, nos termos do Regulamento de Sinalização e Trânsito "D.R. n.º 22-A/98, de 1 de outubro, alterado pelos D.R. n.º 41/2002, de 20 de agosto e n.º 13/2003, de 26 de junho)" em vigor, a implementação das seguintes medidas/ações representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo: -----

(i). Colocação de um (1) sinal vertical de código C15 "Estacionamento proibido".-----

2.2- Aspectos relacionados com a execução da física e financeira da proposta-----

2.2.1- Tendo em conta o tipo de trabalhos que materializam a execução desta proposta, considera-se que os mesmos podem ser realizados pelos serviços da DRO;-----

2.2.2- Por outro lado, tendo por referência o preço corrente dos materiais e da mão-de-obra necessários à execução dos trabalhos, estima-se que a concretização desta medida corresponda a um investimento global de 78,00€+Iva, indicado no seguinte mapa de quantidades e orçamento:-----

MAPA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTO					
Código	Designação	Quantidade		Preço Unitário (€)	Total
		Qtd.	Un.		
1	Sinalização vertical				
1.1	Fornecimento e colocação de sinalização vertical de "código C15", incluindo: implantação, maciços de fundação, elementos ou estruturas de suporte (prumos), peças de ligação, todos os materiais, trabalhos e meios necessários para a colocação (Sinal circular com Dim. 740 mm).	1	Un.	78,00 €	78,00 €

Σ (somatório)	78,00 €
-------------------------	----------------

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Senhor João Madeiros no sentido de informar do teor da presente informação técnica;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 28.11.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Atento os fundamentos nela expressos, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente (i) à aprovação da proposta técnica exarada no ponto 2 e (ii) ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no ponto 4. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Coordenação Geral.----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.29. ----

Visto. Concordo. Proceda-se em conforme preconizado na informação técnica infra e no despacho de concordância exarado sobre o mesmo pelo Chefe da DPM. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. PROPOSTA PARA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - PROCESSO N.º 604/18 - JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA - ESTRADA DA GRANJINHA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º GUILHERME TOMAZ DATADA DE 30.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I. INTRODUÇÃO.-----

Através de mensagem de correio eletrónico, remetida a estes serviços em 31 de julho de 2018, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdanta, vem solicitar que seja colocada sinalização rodoviária na intersecção da Estrada da Granjinha com a Rua da Amoreira e Rua da Moura.-----

II. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Constatada a necessidade de implementação de sinalização reguladora das regras de circulação rodoviária nos locais indicados, e visando dar resposta ao pedido em causa, os serviços técnicos da DPM procederam à elaboração da presente proposta em conformidade com o disposto nos artigos 3.º e 13.º do RST (Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, e ulteriores alterações), que se traduz na implementação das seguintes medidas, por entroncamento:-----

(i). Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória - STOP), na intersecção da Estrada da Granjinha com a Rua da Amoreira; (ii). Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória - STOP), na intersecção da Estrada da Granjinha com a Rua da Moura;---- (iii). Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória - STOP) na intersecção do ramal de ligação entre a Estrada da Granjinha com a RUA DA MOURA;-----

2.2- Aspectos relacionados com a execução física da proposta-----

2.2.1- Tendo em conta o tipo de trabalhos que materializam a execução desta proposta, considera-se que os mesmos podem ser realizados pelos serviços da DRO.-----

2.3.2- Por outro lado, tendo por referência o preço corrente dos materiais, o valor de aquisição do referido material corresponde a um investimento global de 234,00€+Iva, indicado no seguinte mapa de quantidades e orçamento:-----

Código	Designação	Quantidade	Preço Unitário	Total
1	Sinalização Vertical			
1.1	Fornecimento e colocação de sinalização vertical de "código B2", incluindo: implantação, maciços de fundação, elementos ou estruturas de suporte (prumos), peças de ligação, todos os materiais, trabalhos e meios necessários; Sinais hexagonais com dim. 740 mm).	3	78,00 €	234,00 €

Σ (somatório)	234,00 €
--------------------------	-----------------

III. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, estes serviços propõem que se submeta a presente proposta técnica à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima Reunião da Câmara Municipal, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação.-----

3.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, em vista a obtenção de uma deliberação conducente à aprovação da proposta de colocação da sinalização de trânsito, em via pública e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

3.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a). Remeter a presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim de esta unidade adotar todos os procedimentos que permitam a materialização das ações propostas, representadas nas peças desenhadas em anexo;-----

b). Dar conhecimento ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdanta, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;

c). Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º 1, do artigo 35º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão:-----

i). Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão;-----

ii). No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 28.11.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Atento os fundamentos nela expressos, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente à sua aprovação e ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no ponto 3. -----

À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Coordenação Geral.--

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.29. ----

Visto. Concordo. Proceda-se em conforme preconizado na informação técnica infra e no despacho de concordância exarado sobre o mesmo pelo Chefe da DPM. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. PRÉDIO URBANO COM LICENÇA DE CONSTRUÇÃO N.º 753/88, PEDIDO DE CERTIDÕES - PROCESSO N.º 834/18 - Q.F.N. - QUINTA DA FONTE NOVA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A. - ZONA INDUSTRIAL DA COCANHA, LOTE N.º 16, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 07.12.2018.--

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO-----

1.1- Pretensão:-----

A Q.F.N. - QUINTA DA FONTE NOVA-EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., através do requerimento n.º 2201/18, na qualidade de proprietária do lote n.º 16 do loteamento situado no lugar da Cocanha, freguesia de Santa Cruz/Trindade, conforme documento que comprova em anexo ao processo, solicita a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não se opõe à venda do lote em causa.-----

1.2- Localização-----

O prédio urbano localiza-se no lote n.º 16 do loteamento industrial, Lugar da Cocanha da Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves.-----

II- ANTECEDENTES-----

O Lote n.º 16 possui alvará de licença de obras de construção n.º 753/88, em nome da Metalúrgica Rodrigues.-----

III- ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 834 /18 - a edificação situa-se face ao Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

2.2- Normas Especiais - Loteamentos-----

O lote n.º 18 faz parte integrante do loteamento promovido pelo Município de Chaves, no Lugar da Cocanha- Santa Cruz, Freguesia de Outeiro Seco.-----

III - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 2201/18, solicita a emissão de certidão na qual conste que:-----

1- Autorize que se proceda ao cancelamento da informação da Ap. 3 de 10/02/1989 que consta da certidão permanente da Conservatória de Registo Predial de Chaves;-----

2- A Câmara Municipal Não se opõe à venda do lote em causa- lote n.º 16;-----

3- A construção existente se encontra em manifesto estado de degradação e sem condições de habitabilidade/ocupação.-----

Compulsados os elementos apresentados, isto é a certidão de registo predial- registo n.º 404/20080505, constata-se que a mesma já não se encontra válida. Entretanto através de conversa telefónica, a proponente apresenta em mão nova cópia da certidão em vigor.-----

Considerando o descrito na AP.3 de 10/02/1989, na qual refere restrição de direito de propriedade, para inalienar o lote ou imóvel a Câmara Municipal terá de autorizar a sua venda.-----

Considerando que a Câmara ao autorizar a venda do lote, pressupõe-se que não se opõe à sua venda.-----

Relativamente ao estado da edificação existente, e por deslocação ao local constatou-se que a edificação existente no lote se encontra degradada, sem condições de ser ocupada, conforme pode ser comprovado pelas fotografias que se anexam à presente informação.-----





IV - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

Considerando que a edificação existente no lote n.º 16 do loteamento situado no lugar da Cocanha, Santa Cruz/Trindade, promovido pela Camara Municipal, se encontra em estado de degradação;-----

Considerando que a edificação existente no lote n.º 16 não se encontra em condições de ser ocupada, face à degradação do imóvel, como se pode comprovar pelas fotografias aqui produzidas;-----

Considerando que, a alineação de lotes integrados no Loteamento Industrial da Cocanha, houve revogação de cláusulas constantes 5.ª e 6ª das Normas Reguladoras de alineação de lotes no "Loteamento Industrial de Chaves" muito concretamente no que se refere à cláusula de reversão e previa autorização, por parte deste Município, da realização de negócios jurídicos das respetivas unidades prediais, conforme proposta n.º 11/GAPV/08, a qual esteve presente em reunião do executivo camarário de 14/02/2008.-----

Considerando que na Proposta n.º 11/GAPV/08 é referido, que será emitido, a requerimento dos respetivos interessados, documento bastante para o cancelamento dos ónus supra referidos e constantes do registo predial-certidão camarária.-----

Compulsados os documentos apensos ao processo, verifica-se que o lote n.º 16 foi adquirido pelo Sr. Alfredo de Almeida Rodrigues (Firma Metalúrgica Rodrigues) a 15/03/1988. Este procedeu ao licenciamento-alvará de licença de obras n.º 753/88.-----

Entretanto, a Firma Metalúrgica Rodrigues faliu, e foi adquirida pela Q.F.N. - Quinta da Fonte Nova Empreendimentos Imobiliários, S.A., no processo 194/1999 do Tribunal Judicial de Chaves.-----

A Q.F.N. - Quinta da Fonte Nova Empreendimentos Imobiliários, S.A. pretende proceder à venda do lote, necessitando para o efeito de certidão na qual conste que a Camara Municipal não se opõe à venda do lote n.º 16.-----

Cumprir informar, que de acordo com indicações verbais do representante da Q.F.N., o lote 16 vai ser vendido à Firma Solara (edificada nos lotes n.º 17 e 18) para expansão da fábrica existente e contígua ao lote.-----

Assim sendo, julga-se, que apesar de não ser uma indústria do mesmo ramo, vai ampliar uma indústria existente no mesmo loteamento, não colidindo com as demais, tratando-se pois de uma exceção prevista no ponto 6 e 7 do n.º 4 da Proposta n.º 11/GAPV/08.-----

V - PROPOSTA DE DECISÃO-----

Em coerência com o enunciado, e atendendo às razões de fato e de direito, julgo, salvo melhor que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão de competente decisão administrativa.-----

Caso a Exma. Camara delibere no sentido favorável da emissão de certidão, a mesma deve constar:-----

1- Que a edificação existente no lote n.º 16 do loteamento situado no lugar da Cocanha, freguesia de Santa Cruz/Trindade, promovido pela Camara Municipal, se encontra em estado de degradação;-----

2- Que autorize que se proceda ao cancelamento da informação da Ap. 3 de 10/02/1989 que consta da certidão permanente da Conservatória de Registo Predial de Chaves;-----

3 - Que a Exma. Camara Municipal não se opõe à venda do lote em causa - lote n.º 16;- situado no lugar da Cocanha, Santa Cruz/Trindade, promovido pela Camara Municipal.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.12.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão da certidão solicitada, nos termos propostos nas alíneas 1, 2 e 3, do item "V - Proposta de decisão" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ALTERAÇÕES - PROCESSO N.º 783/18 - REQUINTAUDAZ, LDA. - LUGAR DE RIBALTA, LOTE N.º 4, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 26.11.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1 - Através do requerimento com o registo de entrada nos serviços municipais com o n.º 2061/18, referente ao processo n.º 783/18, a firma, REQUINTAUDAZ, LDA, na qualidade de proprietária, solicita, renovação do alvará de licença de construção n.º 386/91, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de alteração de um edifício de habitação coletiva, localizado, no lugar da Ribalta, lote 4, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 14/1988, São Bernardino II, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

1.2 - De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 1.290,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1358 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 796/19881114, da freguesia de Outeiro Seco.

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença de obras n.º 386/91, para construção de "um edifício, de cave, r/chão e 3 andares, com a área de 2.415,00 m²", emitida em nome de E. Reis Imobiliária.-----

2.2- Alvará de loteamento n.º 14/88, emitido em nome de E. Reis Imobiliária.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1 - O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e no n.º 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, nomeadamente:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial;-----
- Certidão Permanente;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Levantamento topográfico georeferenciado à escala 1/200;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Fotografias;-----
- Extrato da Planta de condicionantes e ordenamento do P.D.M.;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e pelo coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----
- Ficha de elementos estatística;-----
- Ficha de medição;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Planta de implantação à escala de 1:200;-----
- Plantas dos pisos à escala 1:100;-----
- Desenho de alterações;-----
- Cortes transversais e longitudinais à escala 1:100;-----
- Alçados à escala 1:100;-----
- Planta de arranjos exteriores à escala 1:200;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido de renovação de licença apresentado, tem enquadramento legal no disposto no art.º 72 do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014 de 09 de Setembro.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- Do alvará de loteamento 21/1987, constam as seguintes indicações, relativas ao lote:-----

- Área do lote = 1.290,00 m²;-----
- Área coberta = 480,00 m²;-----
- Utilização prevista = habitação e comércio; -----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE D-A PRETENSÃO-----

5.1- O requerente apresenta, pedido de renovação da licença de construção n.º 386/91, ao abrigo da qual, foi construída, a estrutura de um edifício de habitação coletiva de cave, r/chão e três andares, as paredes exteriores, as paredes divisórias e a cobertura. O edifício encontra-se em estado avançado de execução, possui toda a estrutura e alvenarias executadas, a licença de construção, ao abrigo da qual, atingiu o grau de execução referido, caducada, e não se mostra aconselhável a sua demolição por razões económicas, técnicas e ambientais.-----

5.2- O projeto apresentado, visa a conclusão do edifício inacabado e introduz alterações ao projeto de arquitetura aprovado, que deu origem ao alvará de licença de construção n.º 386/91, designadamente, alteração do uso do r/chão do imóvel de comércio para habitações de tipologia T1 e T2, funcionalidade do espaço interior em todos os pisos, redefinição dos lugares de estacionamento na cave do edifício e dos vãos interiores e exteriores. -----

5.3 - A proposta apresentada, prevê obras de alteração de um edifício de habitação coletiva, com cave comum. O edifício é composto de cave, rés-do-chão e três pisos, com um total de 14 fogos, tendo tipologias 10 T2 e 4 T1. -----

5.4- O edifício passa a ter unicamente o uso habitacional, tem uma área de implantação de 690,00 m², área total de construção de 2.412,30 m², área bruta para efeitos de cálculo do índice de construção de 1.722,30 m² (calculada nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 9.º do P.D.M).-----

5.5- A operação urbanística proposta, consubstanciada em obras de alteração do edifício, designadamente, aumento do número de fogos, por supressão do uso comercial de um piso, enquadra-se, no escopo do loteamento titulado pelo Alvará n.º 14/1988, o qual prevê para o lote os usos de habitação e comércio.-----

5.6- Face à tipologia do imóvel previsto (habitação coletiva) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b), do n.º 3, do artigo 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio mais 22 lugares de estacionamento automóvel (sendo 14 lugares em cave e 8 à superfície, dentro do perímetro do lote), o qual é superior, ao valor mínimo de 14 lugares previsto naquela norma regulamentar.-----

5.7- Por outro lado a proposta em presença dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

6- RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do plano de acessibilidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7- CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1- Considerando, que a operação urbanística apresentada, promove a requalificação do tecido urbano, pelo facto de propor a conclusão de um edifício em estado avançado de execução e iniciado com o respetivo título, designadamente, o alvará de licença de construção n.º 386/91.

7.2- Considerando, que com o pedido de renovação da licença de construção inicial, ao abrigo da qual, foi executada a estrutura e

alvenarias do edifício, o requerente incorpora as alterações ao projeto pretendidas.-----

7.3- Considerando, que as obras de alteração propostas, que visam essencialmente a conclusão do edifício, cumprem as especificações do loteamento titulado pelo Alvará n.º 14/1988.-----

7.4- Considerando, que o projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

7.5- Considerando de acordo com o n.º4 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, que dispõe o interessado, do prazo de seis meses para apresentar projetos de especialidades, podendo este prazo ser prorrogado por uma só vez, e por período não superior a 3 meses, mediante requerimento fundamentado apresentado antes do respetivo termo. -----

7.6- Findo o prazo referido no paragrafo anterior, e caso não sejam apresentados os projetos de especialidades, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, findo o qual é declarada a caducidade após audiência previa do interessado;--

8- PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

8.1.1- Propõe-se a aprovação das alterações ao projeto de arquitetura, apresentado sob requerimento n.º 2061/18.-----

8.1.2- Propõe-se ainda, que o processo seja presente, na próxima reunião do Executivo Municipal, para deliberação final sobre o mesmo.

8.2- Caso a Câmara delibere, favoravelmente, o pedido de aprovação das alterações ao projeto de arquitetura do imóvel:-----

8.2.1- De acordo com o n.º4 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, dispõe o interessado do prazo de seis meses para apresentar projetos de especialidades conforme estabelecido no n.º 16 da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----

- Projeto de estabilidade;-----

- Projeto de águas pluviais;-----

- Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica;-----

- Projeto de instalação de gás ou declaração de isenção;-----

- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----

- Projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações;-----

- Estudo de comportamento térmico;-----

- Projeto acústico;-----

- Projeto de segurança contra incêndios em edifícios;-----

- Projeto de instalações eletromecânicas incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;-----

- Projeto de arranjos exteriores;-----

- Por último, o requerente deverá ainda apresentar, o pré-certificado energético do edifício, de acordo com o previsto na alínea a), do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 118/2013 de 20 de Agosto.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.12.2018:-----

Visto. Concordo. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao deferimento do pedido de aprovação do projecto de

arquitetura em causa (alterações de um edifício de habitação colectiva, composto por cave, rés-do-chão e três andares, localizado no lugar de Ribalta, da freguesia de Outeiro Seco, licenciado a coberto do alvará de licença de obras n.º 386/91, entretanto caducado), nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 7 e 8 deste documento.-

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO, ADENDA À INFORMAÇÃO N.º 1700/SCOU/2018 - PROCESSO N.º 299/17 - GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES FUTEBOL, SAD - LUGAR DE FORTES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 10.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Através da informação/proposta n.º 1700/SCOU/2018, presente em reunião de Câmara datada de 30 de Outubro de 2018, foi proposto, entre outras condições que o requerente estaria vinculado a liquidar os encargos inerentes às taxas administrativas no montante de 178.542,40 euros (cento e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e dois euros e quarenta cêntimos).-----

2. Acontece que, em sede de atendimento ao público, o técnico autor do projeto de arquitetura, Sr.º Arq.º Jorge Videira, solicitou-me, que reavalie-se os cálculos das taxas administrativas, designadamente, a taxa a pagar, pela construção de "*Courts de ténis e outros equipamentos similares, por m²*".-----

3. Reavaliados os cálculos das taxas administrativas, deste processo, pude concluir, que houve um lapso nos parâmetros introduzidos para o cálculo das mesmas, designadamente, o valor da taxa referente a, "*courts de ténis e outros equipamentos similares, por m²*", que de acordo com a alínea b) do n.º 9 do artigo 66.º do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística é de 3,20 euros e não de 10,80 euros, tratando-se assim, de um erro de cálculo resultante de uma deficiente visualização das taxas correspondentes, inscritas na Tabela de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas - Regulamento n.º 314/2010, que urge corrigir. -----

4. Sendo assim, proponho o agendamento, deste assunto, para a próxima reunião de Câmara, no sentido de se retificar a deliberação, que recaiu, na informação/proposta n.º 1700/SCOU/2018, no que respeita ao montante das taxas devidas pelo requerente (itens 7.2 e 7.3), as quais passaram assim a ser de 63.533,16 euros (sessenta e três mil quinhentos e trinta e três euros e dezasseis cêntimos), encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros seguintes:-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa		0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso		6,5		19,33	125,65 €/m
	- Granito (calçada a cubos)		0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)		0		8,53	0,00 €/m
	- Betão		0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	1		17,63		17,63 €/m
	- Lancil (Granito)	0		39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)		1		15,92	15,92 €/m
	- Pavimento (Mosaico)		0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1		21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1		34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1		45,49		45,49 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	260,42	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	133	
N - número de pisos	2	

Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais e/ou industriais e armazéns
- alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º

$$T = C \times m \times [0.25 + 0.05 (N-1)] \quad T = 10.390,76 \text{ €}$$

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un./m ²	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	0	106,00 €	0,00 €
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	1	211,95 €	211,95 €
c)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	0	529,95 €	0,00 €
n.º 9, alínea b	Courts de ténis e outros equipamentos similares, por m ²	16.500,00	3,20 €	52.800,00€
Art.º 76, n.º 6	Vistoria			54,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL			53.142,40 €

TOTAL A LIQUIDAR..... Σ 10.390,76 € + 53.142,40 € = 63.533,16 €---

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.12.2018:-----
 Visto. Atentas as razões enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação visando a rectificação do acto administrativo subjacente à decisão administrativa praticada no âmbito deste processo, em reunião ordinária datada de 30 de Outubro p.p., nos termos e para os efeitos propostos neste documento.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.10. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO DE RAMAL DE MÉDIA TENSÃO (CONSTRUÇÃO DE DOIS EDIFÍCIOS COMERCIAIS DENOMINADOS BRICOMARCHÉ E ROADY) - PROCESSO N.º 805/17 - EDP - DISTRIBUIÇÃO ENERGIA, S.A. - QUINTELA/ALTO DA BANDEIRA, SANTA CRUZ/TRINDADE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 12.12.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através da Carta com a referência 743/18/D-DSR-AGI-ARN, de 31-10-2018, registada nesta unidade orgânica com o n.º 2328/18, a EDP-Distribuição, S.A, solicita autorização para ocupação de espaço de domínio público para construção da linha subterrânea a 15 KV, na proximidade do posto de transformação designado por "OUTEIRO SECO-BANDEIRA, n.º 231/CHV, no lugar do Alto da Trindade, da União das freguesias de Santa Cruz Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves.----

1.2-Mediante a Carta com a referência 885/18/D-DSR-AGI-ARN, registada com o n.º 2510/18, em 03/12/2018, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

- CD, com os elementos instrutórios, de acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE).--
- Declaração de acordo com o Anexo III do RMUE.-----
- Condições Gerais para a Abertura da Vala, Aterro e Reposição de Pavimento;-----
- Perfil Transversal da Vala.-----
- Mapa de Medições e Orçamento.-----
- Calendarização dos trabalhos.-----

2-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido está instruído com os elementos mencionados no artigo 4º do Regulamento de obras e trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

-Carta 743/18/D-DSR-AGI-ARN.-----

-Memória Descritiva e Justificativa.-----

-Planta de localização, à escala 1/25 000, indicando o local, objecto do presente pedido.-----

-Planta de Implantação do Ramal de Média Tensão, à escala 1/1000.----

-Elementos apresentados sob o requerimento nº 2510/18.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas elétricas, estão sujeitas a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo, registado com o nº 805/17, constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA DOP/Nº 424/2018, da Srª Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitida em 12-12-2018;-----

-Parecer favorável do Srº Engº Nuno Bento, a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 11-12-2018, às 08:49 h, via email.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a EDP-Distribuição, S.A. intervir em espaço de domínio público, para a construção da linha subterrânea a 15 KV, na proximidade do posto de transformação designado por "OUTEIRO SECO-BANDEIRA, nº 231/CHV, com a execução de abertura e tapamento de vala e reposição de pavimentos, na extensão de 220 m, na Rua Rainha Santa Isabel, situada na União das freguesias de Santa Cruz Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves, pelo prazo de 19 dias, conforme previsto no traçado identificado com a cor vermelha, na Planta de Implantação (Desenho Nº CHV-18-3615ª-01), constante no processo, a folha nº 1244.

4.2-A peça gráfica referida no anterior parágrafo deve ser parte integrante do alvará de ocupação do domínio público, a ser emitido nos termos do disposto no artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo de Domínio Público Municipal.-----

4.3-Em virtude de a presente operação urbanística não prever qualquer revolvimento do solo, não será necessária qualquer intervenção arqueológica.-----

4.4-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, emitido na presente data, o Ramal de Média Tensão deve ser construído, no meio da metade da faixa de rodagem descendente da rua Santa Isabel, acautelando assim, menor risco de afectação com as infraestruturas existentes.-----

4.5-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja entre os dias 17 de dezembro do corrente ano e o dia 4 de janeiro de 2019, **o prazo concedido no alvará será de 30 dias**, para a requerente poder programar os mesmos.-----

4.6-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----
- Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;-----

- As obras só terão início após a validação dos trabalhos a executar e respectiva calendarização, pelos serviços de fiscalização municipal, adstrita à Divisão de obras Públicas;-----
- O empreiteiro deverá proceder à sinalização dos trabalhos/locais onde se encontra a decorrer a intervenção, de acordo com o artigo 24º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal;-----
- *A reposição dos pavimentos, respeitará as características e natureza dos que inicialmente existiam de acordo com as indicações da fiscalização da Divisão de Obras Municipais, que irão acompanhar a intervenção constante do pedido.*-----
- ***Apresentação por parte da EDP-Distribuição de um Plano de Segurança da obra que incluirá, sempre que necessário, plano de alteração da circulação rodoviária e novo CD, de acordo com o artigo 13º do RMUE.***-----

4.7-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-TAXAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

As taxas administrativas previstas na Seção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais), ascendem ao montante de **€ 288 (duzentos e oitenta e oito euros euros)**.-----

6-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1-Considerando que, a EDP- Distribuição S.A, na qualidade de concessionária tem o direito a utilizar as vias públicas, pelo expresse no nº 1 do artigo 4º do Contrato de concessão realizado de acordo com a Portaria nº 454/2001, de 5/5;-----

5.2-Considerando que, a EDP-Distribuição, S.A, solicitou ao Município de Chaves a licença para a realização de obras na rua Santa Isabel, com a apresentação dos elementos mencionados no capítulo 1 da presente informação técnica;-----

6.3-Considerando que, é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre o pedido de licenciamento, de acordo com as disposições combinadas no nº 1 do artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público e na alínea qq) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/9;-----

6.4-Considerando que, embora o regulamento municipal preveja a prestação de caução para a execução das obras no subsolo, dado tratar-se de uma entidade concessionária, esta está obrigada a fazer a reposição dos pavimentos conforme indicação da câmara municipal, sob pena de aquela entidade sujeitar-se às penalidades vertidas no nº 6 e 7 do artigo 4º do contrato de concessão supra referido;-----

6.5-Considerando a urgência na materialização de tais trabalhos, em virtude de os mesmos serem necessários para a abertura do conjunto comercial (comércio e serviços), com o alvará de construção nº 93/18;

6.6-Considerando que, mediante o requerimento registado com o nº 2523/18, a interessada solicitou a receção provisória das obras de urbanização, tituladas pelo alvará de obras de construção nº 93/18.

6.7-Considerando ainda que, de acordo com o disposto no artigo 51º do decreto-Lei nº 43.335, de 19 de novembro de 1960, a concessionária está autorizada a utilizar as ruas, praças, estradas, caminhos e cursos de água, bem como terrenos ao longo dos caminhos de ferro e de quaisquer vias de comunicação do domínio público, para o estabelecimento ou passagem das diferentes partes da instalação objecto de concessão.-----

6.8-Considerando ainda que, ciente das razões acima enunciadas, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o presidente da câmara encontra-se legitimado, em tal comando normativo que, sempre que exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, pode o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando, todavia, estes sujeitos a ratificação, na primeira reunião do órgão executivo realizada após a sua prática;-----

6.9-Considerando que, no caso individual e concreto ora em apreciação, se encontram reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber:-----

a) Urgência da situação, em face dos factos, tanto mais que a não realização, de imediato de tais trabalhos, põe em causa o fornecimento de energia elétrica ao empreendimento, promovido pela ALCAPREDIAL - INVESTIMENTO E IMOBILIÁRIO, S.A;-----

b) Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo por referência a urgência na tomada de decisão de autorização para a materialização dos referidos trabalhos com projeção nas vias e subsolo do domínio público municipal.

7-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, no Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal e demais legislação, tomo a liberdade de sugerir ao Srº Presidente da Câmara, Drº Nuno Vaz, que adote decisão, no sentido de:

7.1-Autorizar a título excepcional, a EDP-Distribuição, S.A, a iniciar a execução dos trabalhos solicitados por força das disposições combinadas, previstas na alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e do previsto no nº 4, da Portaria nº 454/2001, de 5 de Maio, dada a urgência na realização das obras de infraestruturas elétricas.-----

7.2-Caso sobre a presente informação recaia decisão favorável, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

7.2.1-O alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à apresentação de novo CD, de acordo com o artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.

7.2.2-Envio de um exemplar do pedido solicitado sob o requerimento nº 2328/18, completado com os elementos apresentados sob o requerimento nº 2510/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP), para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

7.2.3-Agendamente deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão, de acordo com o expresso no nº 3 do artigo 35º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

7.3-Após a emissão⁶ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá encetar os seguintes procedimentos:-----

⁶ Artigo 80º - Início dos trabalhos-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

• Dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas tal ocorrência para efeito de fiscalização.-----

• Encaminhar, via email, ao Comissário da Divisão Policial de segurança Pública - Idalves @psp.pt, o alvará de ocupação do domínio público, referente ao processo nº 805/17 e peça gráfica anexa, constante no processo a folha nº 1244 para seu conhecimento e atribuições da PSP, mencionadas no artigo 3º da Lei nº 53/2007, de 31/8, a qual aprovou a orgânica da Polícia de segurança Pública.-----

7.4-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

7.5-A Planta de localização constante no processo registado com o nº 805/17, a folha nº 1244, deverá ser anexada ao alvará e dele fazer parte integrante.-----

7.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura.-----

7.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno supra referido.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Cálculo das Taxas administrativas:-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão do Ramal de Média Tensão - **220 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

-Tipo de obra - Instalação de linha subterrânea a 15 KV para alimentação ao PTC CHV 1328 - ALCAPREDIAL (BRICOMARCHÉ) [2800-18CO39701].-----

QUADRO I

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	OCUPAÇÃO DO Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela Emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de Domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	220	1 €	220 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº 1.a)	Por cada período de 30 dias ou fracção		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			288 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.12.2018:-----

Visto. Atentos as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor ao Sr. Presidente da Câmara que, com fundamento no preconizado nas alíneas 6.8 e 6.9 deste documento, profira competente decisão administrativa nos termos e para os efeitos expressos no item "7. Propostas de Decisão" do mesmo.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.13. -----

Visto. Concorde. Proceda-se conforme preconizado na informação técnica infra e no teor do despacho exarado sobre a mesma pelo Chefe da DGOT. Notifique-se. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 13.12.2018. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. BENEFICIAÇÃO DA AV. D. AFONSO DUQUE DE BRAGANÇA - REDUÇÃO DE CAUÇÕES - 1.º ANO. -----

Foi presente a informação nº 375/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Beneficiação da Av. D. Afonso Duque de Bragança". -----

2. De harmonia com deliberação em reunião de Câmara de dia 23 de dezembro de 2016, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 18 de janeiro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 121.000,00€ (Cento e vinte e um mil euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 30 dias. -----

5. O auto de consignação é de 1 de fevereiro de 2017. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada aos 7 dias do mês de março de 2017 -----

7. A receção provisória ocorreu em 27 de junho de 2017. -----

8. A empresa adjudicatária vem solicitar a liberação da caução, no valor de 30% do valor da caução, correspondente ao primeiro ano após a receção provisória, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º5 do artigo 295.º CCP. -----

II - Fundamentação -----

1 - Face ao solicitado, procedeu-se à inspeção técnica dos trabalhos da empreitada, tendo-se concluído que esta se encontrava em boas condições. -----

2 - O empreiteiro, não prestou caução, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 288º do CCP, tendo-lhe sido retidos 10% do valor dos autos de medição e do auto de revisão de preços, conforme quadro seguinte:

Auto n.º	Valor dos autos	Retenção 10%
1	121.000,00€	12.100,00€
R.P.	4.827,01	482,70
Total	125.827,01€	12.582,70€

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Deste modo, propõe-se a autorização da redução da retenção em 30% que corresponde a 3.774,81€, conforme resumo seguinte: -----

Contrato	Tipo	Valor	Redução a efetuar 30%	Valor remanescente (70%)
Contrato inicial	Retenção nos autos	12.582,70€	3.774,81€	8.807,89€

À consideração Superior. -----

Chaves, 16 de novembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.ª) -----

Em Anexo: Mapa de medições -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.12.03. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. "REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRASLAR". LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO. -----

Foi presente a informação nº 392/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 75 de 17 de Abril de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Requalificação do Pavimento do Bairro da Traslar". -----

2. De harmonia com a deliberação tomada em reunião do executivo municipal do dia 9 de Junho de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 30 de Junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 152.990,00€ (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 30 de Junho de 2017. -----

6. Prazo de execução da obra, 60 dias. -----

7. A receção provisória tem data de 16 de Outubro de 2017. -----

8. Para cumprimento das obrigações contratuais, foi efetuada a retenção de 10% do valor de cada auto de medição, de acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, no total de 15.299,00€. -----

II - Fundamentação -----

1. A entidade executante através de ofício que deu entrada no expediente geral do Município de Chaves com o registo n.º 11632 do dia 7 de Novembro de 2018, vem solicitar a liberação de 30% do valor total retido para garantia da execução da obra, visto já ter decorrido o um ano do prazo de garantia da mesma. -----

2. Face ao exposto, a Fiscalização da obra, efetuou visita ao local onde se executaram os trabalhos da empreitada no dia 23 de Novembro de 2018, constatando-se não haver anomalias resultantes de defeitos de execução. -----

3. Assim, não se vê qualquer inconveniente na redução em 30%, do valor total retido para garantia contratual, correspondendo ao 1.º ano decorrido após a data do auto de receção provisória, no montante de 4.589,70€ (Quatro mil, quinhentos e oitenta e nove euros e setenta cêntimos), de acordo com o seguinte: -----

Autos	Valor do Auto	Retenção no Auto (10%)
n.º 1	27.380,78€	2.738,08€
n.º 2	117.451,23€	11.745,12€
n.º 3	8.158,00€	815,80€

Valor do Contrato	Valor da Retenção (10%)	Liberação do Valor da Caução	
152.990,00€	15.299,00€	1.º ano, 30%	4.589,70€

III - Da Proposta -----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto e direito enunciadas, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido do empreiteiro, pelo que se propõe o seguinte: -----

a) Que numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para a reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação da redução da caução; -----

b) Autorizar a redução da retenção, no valor de 4.589,700€, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 5 do Artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos; -----

c) Que, caso a proposta venha a merecer aprovação, seja enviada a presente informação à Divisão de Gestão Financeira a fim de ser restituído o valor de 4.589,70€ (Quatro mil quinhentos oitenta e nove euros e setenta cêntimos), correspondente a 30% do valor total da retenção efetuada nos auto de medição para efeitos de garantia de execução da obra; -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 23 de Novembro de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Ofício do pedido -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.11.27. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. "LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 1/06 - FERNANDO DIAS". APROVAÇÃO PLANO DE TRABALHOS. -----

Foi presente a informação n.º 402/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 154, de 11 de Julho de 2018, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Loteamento com o Alvará N.º 1/06 - Fernando Dias". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 4 de Outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou à empresa "José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 19 de Novembro de 2018. ---

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 432.215,43 (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze euros e quarenta e três cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 300 dias. -----

II - Fundamentação -----

1. A entidade executante, apresentou, na Divisão de Obras Públicas do Município, Plano Definitivo de Trabalhos, com vista à aprovação por parte do Dono de Obra. -----

2. O Plano de Trabalhos vem acompanhado com os respetivos planos de equipamentos, plano de mão de obra e cronograma financeiro. -----

3. Após análise dos planos apresentados, cumpre-me informar que os mesmos se encontram em condições de serem aprovados, uma vez que estão de acordo com os requisitos definidos no Artigo 361.º do Código do Contratos Públicos. -----

III - Da Proposta -----

Face ao exposto, em coerência com as razões de facto e direito enunciadas, não se vê qualquer inconveniente na aprovação do Plano de Trabalhos apresentado, pelo que se propõe o seguinte: -----

a) Que numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para a reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

b) Que, caso a proposta venha a merecer aprovação, por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. À consideração Superior. -----

Chaves, 3 de Dezembro de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Plano de trabalhos -----

Plano de equipamentos -----

Plano de mão de obra -----

Cronograma financeiro -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.12.06. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "LOTEAMENTO COM ALVARÁ Nº 1/06 - FERNANDO DIAS" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação nº 408/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 154 de 11 de julho de 2018, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Loteamento com alvará Nº 1/06 - Fernando Dia"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 4 de outubro de 2018, o Município de Chaves adjudicou à empresa "José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.", a execução da referida empreitada; -----

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 432.215,43 € (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze euros e quarenta e três cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 300 dias; -----

4 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 19 de novembro de 2018; -----

5 - O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o n.º 1, do Artigo 362.º, do CCP; -----

6 - O adjudicatário apresentou o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. -----

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003, de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.º Eng. Vítor Joaquim Fernandes Pereira, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de

segurança em obra, de acordo com o n.º 3 do artigo 9.º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----
 2. Nomear como coordenador de segurança o Técnico Superior, Eng.º Vítor Joaquim Fernandes pereira; -----
 3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----
 4. De acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----
- À consideração Superior. -----
- Divisão de Obras Públicas, 03 de dezembro de 2018. -----
- A Chefe de Divisão -----
- (Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----
- Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS MARGINAIS AO CENTRO ESCOLAR - RECEÇÃO DEFINITIVA. -----

Foi presente a informação n.º 409/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada "Requalificação das Vias Marginais ao Centro Escolar". -----
2. De harmonia com deliberação em Reunião de Câmara do dia 28 de abril de 2010, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros - Empreitadas, S.A." a execução da referida empreitada. -----
3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas aos 24 dias do mês de maio de 2010, pelo valor de 187.990,86€, (Cento e oitenta e sete mil, novecentos e noventa Euros e oitenta e seis cêntimos), IVA não incluído. -----
4. O Auto de consignação data de 7 de julho de 2010. -----
5. A receção provisória ocorreu no dia 30 de agosto de 2011. -----
6. Tendo decorrido mais de 5 anos após a receção provisória da empreitada, a empresa adjudicatária vem solicitar a receção definitiva da obra e a consequente liberação da caução -----

II - Fundamentação -----

- 1 -Face ao exposto, procedeu-se à vistoria dos trabalhos da empreitada, conforme o previsto no n.º 4 do mesmo diploma, tendo-se concluído que esta se encontrava em boas condições. -----
- 2 -De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não houve lugar à prestação de garantia bancária, havendo no entanto a retenção de 10% do valor dos autos, conforme quadro seguinte: -----

Auto n.º	Valor dos autos	Retenção
1	35.284,07€	3.528,41€
2	11.696,42€	1.169,64€
3	105.247,70€	10.524,77€
4	1.913,60€	191,36€
5	27.961,07€	2.796,11€
Total	182.102,86€	18.210,29€

3 - Das retenções efetuadas, foi já efetuada a liberação de 90% do seu valor, correspondente a 16.389,26€, restando, atualmente, 1.821,03€.

III - Da Proposta em Sentido estrito

Face ao exposto, propõe-se:

1 - Que seja feita a Receção Definitiva da obra;
 2 - Que, de acordo com o estipulado CCP sejam restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia e a extintas as garantias bancárias, agendado a presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação.

3 - Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo:

3.1) Se remeta cópia da presente informação à Divisão de Gestão, Financeira, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 1.821,03€ (Mil, oitocentos e vinte e um Euros e três cêntimos), correspondente a 10% do valor retido nos autos de medição. À consideração Superior.

Chaves, 3 de dezembro de 2018

A Técnica Superior

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a)

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.12.06. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. -

À reunião de Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

1.6. REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO LOCAL DE PRODUTORES - APROVAÇÃO DA ANÁLISE DE ERROS E OMISSÕES

Foi presente a informação nº 415/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.

I - Enquadramento

1 - O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 15 de novembro de 2018, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa.

2 - Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, veio a apresentar uma lista de erros e omissões.

3 - Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

4 - Nos termos do exposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. ----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) A aceitação da análise da lista dos erros e omissões apresentada, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso; ---

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente na reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 13 de dezembro, e de modo a não ultrapassar o período previsto na alínea b) do n.º 5 do artigo 50 do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados. -----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 13 de dezembro de 2018, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara. -----

d) Nos termos do n.º8 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 12 de dezembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Amélia Rodrigues) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.12.12. -----

Visto. Concordo. À Reunião do Executivo Municipal para efeitos de ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 12.12.2018. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. REVISÃO DE PREÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HIGIENE URBANA DO CONCELHO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº171/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº171/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -

I - Enquadramento-----

Através de ofício de 22 de janeiro de 2018, a Rede Ambiente - Engenharia e Serviços, vem requer ao abrigo do Decreto-Lei nº6/2004 de 6 de Janeiro, a revisão de preços relativa ao contrato "Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos e Higiene Urbana do Concelho de Chaves".-----

II - Fundamentação-----

1- De acordo com o artigo 9º do retrocitado diploma legal, "Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização Ct mensal for igual ou superior a 1% em relação à unidade".-----

2 - O programa de concurso da prestação de serviços de recolha de resíduos, indica no artigo 8º que, "A revisão de preços a praticar como consequência da alteração dos custos de mão-de-obra e materiais, será realizada mensalmente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de Janeiro e com a seguinte fórmula:-----

$Ct = 0.10 * S / S^o + 0.10 * Ga / Ga^o + 0.80 * lp / lp^o$ -----

Os conceitos utilizados na fórmula atrás descrita, são os seguintes:-

S - Índice de mão-de-obra em Janeiro do ano de Revisão-----

Sº - Índice de mão-de-obra no mês anterior à data limite para a entrega das propostas-----

Ga - Índice do gasóleo em Janeiro do ano de Revisão-----

Gaº - Índice do gasóleo no mês anterior à data limite para a entrega das propostas-----

lp - Índice de preços ao consumidor em Janeiro do ano de Revisão-----

lpº - Índice de preços ao consumidor no mês anterior à data limite para a entrega das propostas".-----

3 - Após a aplicação da fórmula de cálculo pela concessionária, o coeficiente de atualização para a revisão de preços é de 1,0107.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, tendo em conta o atrás descrito, verifica-se que o pedido de revisão de preços cumpre o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei atrás citado, bem como o artigo 8º do Programa de Concurso relativo à Prestação de Serviços, pelo que se propõe a aprovação do coeficiente de atualização (Ct=1,0107).-----

Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, para apreciação.-----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

À consideração Superior.-----

Chaves, 28 de agosto de 2018-----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.º)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. JOSÉ JOAQUIM GUIMARÃES MOTA TERRINCA. INFORMAÇÃO Nº226/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº226/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.---

1. INTRODUÇÃO: -----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 15 de novembro de 2018, um pedido em nome de José Joaquim Guimarães Mota Terrinca, contribuinte nº189602023, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua do Pessegueiro, Ed. Pessegueiro, Bl.4 - 5ºB.-----

A 15 de novembro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
 Apresentou o requerente declaração da Segurança Social;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 250,85€ +juros.-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 11 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 250,85€ + juros, por parte da peticionária, em 11 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 19 de novembro de 2018.-----
O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----
(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.23. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. MICAELA DOMINGOS MAIA. INFORMAÇÃO Nº234/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº234/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

I - Enquadramento-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 22 de novembro de 2018, um pedido em nome de Micaela Domingos Maia, contribuinte n.º242508286, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Avenida Dom João I 107, Bloco I, 3º B, em nome de Angelino Fernandes João.-----

A 22 de novembro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----

Apresentou o requerente declaração da Segurança Social dos rendimentos do agregado familiar;-----

II - Fundamentação-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto

de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
 Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 579,25€ mais juros;-----
 Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
 Considerando que o valor da dívida está compreendido entre os 501€ e os 750€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 75€.-----
 -Considerando que a Municipe não tem possibilidades de pagar o valor da prestação de 75€, propõe-se que o valor da prestação seja de 50€ mensal.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----
 Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 579,25€ mais juros por parte da peticionária, em 12 prestações mensais; -----
 b)Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----
 c)Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----
 Chaves, 26 de novembro de 2018.-----
 O Chefe de Divisão-----
 no uso de competências subdelegadas-----
 (Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.29. ----

Visto. À reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação.-
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REVISÃO DE PREÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. INFORMAÇÃO Nº235/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº235/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

I - Enquadramento-----

A 31 de julho de 2018, a empresa AGS, Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., vem requer ao abrigo do Decreto-Lei nº6/2004 de 6 de Janeiro, a revisão de preços relativa ao contrato de

"Prestação de Serviços de Operação, Manutenção e Conservação de Estações Elevatórias e Estações de Tratamento de Águas".-----

II - Fundamentação-----

1 - O contrato da prestação de serviços em causa, indica na cláusula 5ª que, "O regime de prestação de serviços objeto do presente contrato é em termos anuais, sujeito a revisão de preços, desde que o valor da atualização exceda o valor de 2%, em relação ao valor anteriormente considerado e com a seguinte fórmula:-----

$$Ct = Ir/I0-----$$

Os conceitos utilizados na fórmula atrás descrita, são os seguintes:-

Ir - Índice de preços no consumidor, sem habitação referente ao mês da revisão de preços-----

I0 - Índice de preços no consumidor, sem habitação referente ao mês da proposta-----

3 - Após a aplicação da fórmula de cálculo pela concessionária, confirmam-se os valores dos coeficientes de atualização para a revisão de preços relativo aos meses de dezembro de 2017 até maio de 2018, não sendo considerados para efeitos de cálculo da revisão de preços, os valores de janeiro e fevereiro de 2018 por não cumprirem o disposto na cláusula 5ª do contrato de prestação de serviços.-----

Mês	I ₀ (base 2012)	I _r (base 2012)	>2%	Ct	Faturação	Revisão
Dez-17	100.383	102.697	2.3%	1.023052	8 888.89€	204.91€
Jan-18		101.599	1.2%	1.012114	8 888.89€	-
Fev-18		100.858	0.5%	1.004732	8 888.89€	-
Mar-18		102.827	2.4%	1.024347	8 888.89€	216.42€
Abr-18		103.53	3.1%	1.031350	8 888.89€	278.67€
Mai-18		103.973	3.6%	1.035763	8 888.89€	317.89€

A faturar:	1 017.89€
-------------------	------------------

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, tendo em conta o atrás descrito, verifica-se que o pedido de revisão de preços cumpre o disposto na cláusula 5ª do contrato de Prestação de Serviços, pelo que se propõe a aprovação dos coeficientes de atualização.-----

Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, para apreciação.-----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão Executivo Municipal, aos serviços municipais responsáveis, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

À consideração Superior.-----

Chaves, 28 de novembro de 2018-----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.º)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.29. ----

Visto. À reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação quanto ao proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. VICÊNCIA ROSA BRANCO RODRIGUES. INFORMAÇÃO Nº236/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº236/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

Enquadramento-----

Deu entrada no Município de Chaves, em 20 de novembro de 2018, um pedido em nome de Vicência Rosa Branco Rodrigues, contribuinte nº162440367, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Avenida Teixeira de Sousa 2, em Vidago.----
A 26 de novembro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente Comprovativo de entrega da Declaração de IRS;-----

II - Fundamentação-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----
O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----
A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 4.336,80€ mais juros;-----
Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora petionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
Considerando que o valor da dívida é superior a 1001€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 150€.-----
Considerando que a Municípe solicita o pagamento em 15 prestações, prefazendo uma prestação no valor de 289,43€ mensal.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

- a. Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 4.336,80€ mais juros por parte da petionária, em 15 prestações mensais;-----
- b. Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c. Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 27 de novembro de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DA COSTA. INFORMAÇÃO Nº242/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº242/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 28 de novembro de 2018, um pedido em nome de Maria de Fátima Rodrigues da Costa, contribuinte n.º211802980, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua da Moca 24 - 1º.-----

A 28 de novembro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----

Apresentou o requerente declaração da Segurança Social dos rendimentos do agregado familiar;-----

II - Fundamentação-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 194,52€ mais juros;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 8 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a. Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 194,52€ mais juros por parte da peticionária, em 8 prestações mensais;-----

b. Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c. Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 26 de novembro de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.05-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.12.06. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. INFORMAÇÃO Nº24/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro, a certificação legal de contas deve ser efetuada por um auditor externo;-----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro, o auditor externo, responsável pela

certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas; --
- Considerando que, em cumprimento do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos nos artigos 36º e 38º do CCP (Código dos Contratos Públicos), foi autorizada, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado do pretérito dia 2018.11.16, a abertura do procedimento "Consulta Prévia nº 28/SC/2018", tendente à contratação de serviços de auditoria financeira - certificação legal de contas; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 112º e 113º do CCP, foram convidadas as empresas "Rodrigo, Gregório & Associados SROC, Lda.", "C&R - Ribas Pacheco SROC", "RSM & Associados - SROC, Lda.", "Deloitte & Associados, SROC, S.A.", "KPMG & Associados - SROC, S.A." e "CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda." a apresentarem as suas melhores condições contratuais para a referida prestação de serviço; -----
- Considerando que, por despacho, do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr.º Nuno Vaz, datado do pretérito dia 05.12.2018, foi adjudicada a prestação de serviços em causa à empresa "Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda.", pelo valor global de 19.980,00€ (dezanove mil, novecentos e oitenta euros). -----

1. Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, e tendo em conta o nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:

a) Que seja aprovada, pelo Órgão Executivo Municipal, a nomeação da empresa "Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda." para proceder, nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro, anualmente, à revisão legal das contas do Município de Chaves; -----

b) Merecendo a presente proposta a aprovação do Executivo Municipal, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, órgão competente à luz do aludido diploma legal, para aprovação e nomeação da empresa em causa. -----

À consideração superior -----

Chaves, 06 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatório Preliminar -----

Relatório final -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.12.06 -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. CONCURSO PÚBLICO Nº7/SC/2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS - RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº25/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 29 de novembro de 2018 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para aquisição de serviços na área de seguros; -----

- Considerando que, no dia 7 de dezembro de 2018, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou um relatório de avaliação de propostas no qual propôs a adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente "Willis - Corretores de Seguro, S.A.", pelo valor global de 161.080,12€ (cento e sessenta e um mil e oitenta euros e doze cêntimos); -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

a) Que se remeta, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos; -

b) Nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, que seja designada como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, a Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr.ª Márcia Santos. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----
(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatório -----

Minuta do contrato -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.12.10 -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. - ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS QUE DEIXARAM DE ESTAR AFECTOS A ESCOLAS DE 1º CICLO, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL. - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA Nº 90/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ANTECEDENTES -----

1. Ao longo dos anos e mediante a publicação de diversa legislação, entre ela o Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março, o Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de Dezembro e o Decreto-Lei nº 101/86, de 17 de Maio, a administração central transferiu para os municípios diversos equipamentos - imóveis - da rede educativa, designadamente escolas do 1º ciclo (anteriormente denominadas Escolas Primárias), jardins-de-infância, antigas Escolas de Magistério e refeitórios. -----

2. As diferentes opções do Ministério da Educação na execução da sua política educativa conduziram a que vários edifícios que estavam afectos ao ensino deixassem de ser utilizados nessa afetação pública, situação que se verifica em várias freguesias deste Concelho, e em particular, nas localidades de Couto, Outeiro Jusão, France, Matosinhos, Ventozelos e Seixo. -----

II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Considerando que os imóveis, primitivamente, destinados a antigas escolas primárias, há já algum tempo, encontram-se, na presente data, desativados, não se prevendo, no futuro, que venha a surgir a necessidade de as mesmas poderem ser utilizadas, no âmbito da atividade municipal, nomeadamente com a instalação de serviços públicos municipais; -----

2. Considerando, também, que, na presente data, existem potenciais interessados na aquisição dos referidos imóveis, evitando-se assim a sua degradação. -----

3. O valor base da venda dos imóveis deverá ser fixado, de acordo com o valor patrimonial tributário, constante nas cadernetas prediais, em anexo à presente proposta, em vista à sua aprovação. -----

4. Tendo em vista a conquista de tal objetivo, o Município de Chaves deve colocar no mercado imobiliário os prédios urbanos identificados no quadro sinóptico infra, a fim de proceder à sua venda, mediante procedimento público prévio à contratação, na modalidade de hasta pública, assegurando a transparência do procedimento bem como o alargamento do universo de potenciais interessados: -----

Quadro de Identificação dos Imóveis -----

Escolas	Freguesia	Área (m²)	Artigo Matricial	Desc. Conservatória
Couto	Ervededo	1.088,00	U-740º	1543/20100906
Outeiro Jusão	Madalena e Samaiões	720,00	U-1101º	1364/20100906
France	Moreiras	1.669,00	U-368º	826/20100906
Matosinhos	Santa Leocádia	1.072,00	U-559º	1047/20100906
Ventozelos	S. Pedro de Agostém	1.237,85	U-1756º	3032/20100929
Seixo	Loivos e Póvoa de Agrações	893,00	U-994º	948/20100929

III - CONDIÇÕES DE ALIENAÇÃO -----

1. O valor base da venda assentando, nas cadernetas prediais, dos referidos prédios, em anexo à presente proposta, deverá ser fixado nos seguintes valores: -----

F.3

Escolas	Valores
Couto	€ 31.820,00
Outeiro Jusão	€ 21.250,00
France	€ 13.450,00
Matosinhos	€ 13.470,00
Ventozelos	€ 14.610,00
Seixo	€ 5.560,00

2. A venda será realizada nas condições em que os imóveis se encontram, ficando o aproveitamento urbanístico dos referidos imóveis sujeito às normas do respetivo instrumento de ordenamento do território em vigor - Plano Director Municipal -. -----

IV - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com as razões de facto acima invocadas e ao abrigo das competências materiais cometidas ao Órgão Executivo Municipal, e em conformidade com o disposto, sobre a matéria, na alínea g) do nº1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a alienação dos seguintes prédios urbanos - Antigas Escolas Primárias -, integradas na esfera patrimonial privada do Município: -----

Escolas	Freguesia	Área (m²)	Artigo Matricial	Desc. Conservatória
Couto	Ervededo	1.088,00	U-740º	1543/20100906
Outeiro Jusão	Madalena e Samaiões	720,00	U-1101º	1364/20100906
France	Moreiras	1.669,00	U-368º	826/20100906
Matosinhos	Santa Leocádia	1.072,00	U-559º	1047/20100906
Ventozelos	S. Pedro de Agostém	1.237,85	U-1756º	3032/20100929
Seixo	Loivos e Póvoa de Agrações	893,00	U-994º	948/20100929

b) Que a alienação dos prédios urbanos supra seja efectuada mediante procedimento prévio à contratação, na modalidade de hasta pública, tendo, para o efeito, por base de licitação os seguintes valores: ---

Escolas	Valores
Couto	€ 31.820,00
Outeiro Jusão	€ 21.250,00
France	€ 13.450,00
Matosinhos	€ 13.470,00
Ventozelos	€ 14.610,00
Seixo	€ 5.560,00

c) Que, para efeitos de concretização do procedimento de hasta pública, sejam, simultaneamente, aprovados os respectivos documentos disciplinadores do procedimento, em anexo, a saber: -----

C.1. - Minuta de edital; -----

C.2. - Normas de procedimento pré-contratual tendente à adjudicação do direito de propriedade dos imóveis e respectivos anexos; Devendo o edital ser publicitado no sítio da internet do Município, num jornal

local, bem como nos locais próprios quer da Câmara Municipal, quer das referidas freguesias, e, ainda, nos respetivos imóveis; -----

d) Que seja designada a comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento administrativo de hasta pública, para adjudicação do direito de propriedade dos prédios em causa, com a seguinte constituição: -----

Presidente: Dr. Marcelo Delgado -----

1º Vogal Efetivo: Dra. Cristina Rodrigues -----

2º Vogal Efetivo: Dr. Marcos Barroco -----

Vogais suplentes: Dra. Sandra Lisboa e Dra. Márcia Santos. -----

(Na ausência ou impedimento do presidente, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efetivo); -----

e) Caso seja autorizada a alienação dos imóveis supra identificados, nos termos e nas condições acima exaradas, bem como dos documentos em anexo à presente proposta, que fique desde já o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal legitimado a outorgar, em nome do Município, os contratos-promessa e respetivas escrituras, títulos esses que deverão ser lavrados junto do cartório privativo municipal; -----

f) Que as receitas provenientes da alienação fiquem domiciliadas na rubrica económica de receita de capital "Vendas de Bens de Investimento"; -----

g) Sendo certo, por fim, que competindo à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, ao abrigo das competências que lhe são confiadas pela alínea i), do nº1, do Artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o RMMG⁷, fixando as respetivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, face aos valores propostos para a alienação de cada imóvel, a presente proposta não carece de apreciação e fiscalização do órgão deliberativo municipal. -----

Chaves, 06 de dezembro de 2018. -----

O Presidente da Câmara -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: -----

- Relatórios de Avaliação; -----

- Minuta de edital; -----

- Normas de Procedimento Pré-contratual tendente à Adjudicação do Direito de Propriedade dos Imóveis e respectivos anexos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada do Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, retomando a sua participação na reunião quando eram 11:10 horas. -----

2.2. FUNDAÇÃO NADIR AFONSO – INVESTIMENTO TOTAL DA OPERAÇÃO E RESPETIVA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº 63/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

⁷ Para o corrente ano tal valor encontra-se fixado em € 580.000,00. -----

1. ANTECEDENTES -----

1.1 Em 5 de abril de 2002, foi celebrado o protocolo entre o Município de Chaves e o Mestre Nadir Afonso, estabelecendo-se neste documento, as formas de cooperação entre as partes, com vista à dinamização da constituição instalação e funcionamento na cidade de Chaves, da Fundação Nadir Afonso em fase de arranque. O protocolo referido, é constituído por várias Cláusulas de entre as quais se destacam a Cláusula Quarta (Repartição das Obrigações das Partes), e a Cláusula Quinta (Construção das Instalações Definitivas). -----

1.2 Tendo em vista o cumprimento das Cláusulas enunciadas no ponto anterior, o Município de Chaves, adjudicou em 2003, à empresa Álvaro Siza - ARQUITECTO, LD^a, a conceção e fornecimento do projeto geral de Arquitetura e demais especialidades, destinados à realização da obra de construção da sede da Fundação Nadir Afonso cujo montante ascendeu a 264.604,49€ (sem IVA incluído) -----

1.2 Em 28 de agosto de 2008, a autarquia, apresentou ao eixo prioritário IX-desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional do Programa Operacional Temático de Valorização do Território a Candidatura designada por "Fundação Nadir Afonso(sede)". Esta candidatura, foi objeto de aprovação por parte da Comissão Diretiva do POVT, em 31 de março de 2009, tendo por base, as seguintes estimativas orçamentais:

Componente	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Elegível Participado	Comparticipação FEDER(70%)
Projeto Técnico	285.772,84	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos	763.870,00	763.870,00	762.658,82	533.861,17
Construção Edifício (sede)	6.628.167,00	6.628.167,00	6.617.657,51	4.632.360,26
Aquisição de Equipamentos	900.000,00	900.000,00	898.572,98	629.001,09
Arranjos exteriores	521.692,50	521.692,50	520.865,31	364.605,72
Total	9.099.502,34	8.813.729,50	8.799.754,52	6.159.828,23

1.2.1 Em 31 de julho de 2009, foi então celebrado entre o Município de Chaves e o POVT, o contrato de financiamento, o qual entre outros considerandos, estabelece que o Custo Total da Operação ascende a a 9.099.502,34€ (Cláusula 3^a), e, que o montante máximo de participação FEDER ascende a 6.159.828,23€ (Cláusula 5^a) -----

1.2.2 Em 23 de setembro de 2010 é aprovada uma reprogramação física e financeira da operação, estabelecendo-se, então, novos valores de elegibilidade, em razão do valor do IVA passar a ser não elegível, os quais se apresentam no quadro seguinte: -----

Componente	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Elegível Participado	Comparticipação FEDER(70%)
Projeto Técnico	285.772,84	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos	763.870,00	763.870,00	762.658,82	533.861,17
Construção Edifício (sede)	6.628.167,00	6.312.540,00	6.302.530,96	4.411.177,67
Aquisição de Equipamentos	900.000,00	750.000,00	748.810,81	524.167,57
Arranjos exteriores	521.692,50	496.850,00	496.062,20	347.243,54
Total	9.099.502,34	8.323.260,00	8.310.062,80	5.817.043,96

1.2.3 Na reunião de Câmara 4 de dezembro de 2010, foi aprovado o Projeto de execução e autorizada a abertura do lançamento do procedimento tendente à adjudicação da obra. Este procedimento, foi concluído em 16 de maio de 2011, com a assinatura do contrato de empreitada, com a empresa EUROPA Ar-Lindo Construções SA pelo valor de 4.771.380,52 (sem IVA incluído). -----

F.6

1.2.4 Em 21 de dezembro de 2010, o Município de Chaves apresentou uma candidatura ao Programa de Financiamento - PIT, tendo em vista a obtenção de uma comparticipação financeira para a construção do Edifício da sede da Fundação. A comparticipação aprovada através deste programa, ascendeu a 350.000,00€, tendo sido objeto de contratualização em 9 de dezembro de 2011. -----

1.2.5 Em 6 de fevereiro de 2012 foi celebrada uma adenda ao contrato com o POVT, que teve como objetivo a transição da operação do Eixo Prioritário-IX para o Eixo Prioritário V- Infraestruturas e Equipamentos para a Valorização Territorial e desenvolvimento Urbano.-

1.2.6 Em 4 de abril de 2012, foi solicitada novamente uma reprogramação física e financeira da Operação, em razão, não só, da adjudicação à empreitada da sede à EUROPA Ar-Lindo Construções SA, como também, por já se encontrarem disponíveis os valores base estimados para o lançamento do procedimento do Concurso Público dos acessos. Esta reprogramação, implicou que a 19 de abril de 2012, fosse celebrada uma nova adenda ao contrato, que cujos valores se apresentam na tabela seguinte: -----

Componente	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Elegível Comparticipado	Comparticipação FEDER (70%)
Projeto Técnico	285.772,84	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos	763.870,00	638.036,72	637.025,06	445.917,54
Construção Edifício (sede)	5.057.663,35	4.771.380,52	4.763.815,11	3.334.670,58
Aquisição de Equipamentos	247.168,50	200.950,00	200.631,38	140.441,97
Arranjos exteriores	816.200,00	770.000,00	768.779,10	538.145,36
Total	7.170.674,69	6.380.367,24	6.370.250,65	4.459.175,45

1.2.7 Em 21 de setembro de 2012, foi adjudicado o contrato de prestação de serviços para a Criação da Imagem para a Promoção e Divulgação da Fundação Nadir Afonso e organização da Musealização à empresa ÁLVARO SIZA 2- ARQUITECTOS SA, pelo valor de 219.000,00€⁸ -----

1.2.8 Em 26 de junho de 2013, foi solicitado pelo Município um novo ajustamento físico e financeiro para a operação, tendo em conta, os novos pressupostos que entretanto foram surgindo, e, que se prenderam com os processos expropriativos, com a adjudicação da empreitada para a construção dos acessos à Fundação, com a cessação da posição contratual da empresa EUROPA Ar-Lindo para a empresa EDINORTE, e, com as adjudicações que entretanto foram realizadas para a aquisição dos equipamentos. Esta reprogramação que manteve o investimento total previsto, propôs a transferência de verbas entre componentes, e, a atualização dos valores do investimento relativo ao projeto Técnico e aos estudos efetuados, conforme se pode comprovar no quadro seguinte:

Componente	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Elegível Comparticipado	Comparticipação FEDER (70%)
Projeto Técnico	318.054,60	0,00	0,00	0,00
Estudo de Viabilidade	2400.,00	0,00	0,00	0,00
Prospecção Geotécnica	8.899,20	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos	695.390,06	628.460,45	627.463,97	439.224,78
Construção Edifício (sede Ar lindo)	1.432.308,94	1.351.234,93	1.349.092,44	944.364,71
Construção Edifício (sede- EDINORTE)	3.625.354,41	3.420.145,67	3.414.722,75	2.390.305,93

⁸ Ver quadro de PROJETOS_ESTUDOS -----

F.7

Aquisição de Equipamentos	427.319,96	347.414,60	346.863,75	242.804,63
Arranjos exteriores	660.947,52	623.535,40	622.546,55	435.782,59
Total	7.170.674,69	6.380.367,24	6.370.250,65	4.459.175,45

1.2.9 Em 16 de junho de 2014, foi solicitada nova reprogramação da operação, a qual, teve como objetivo, não só justificar o atraso na execução física da obra, como também, de corrigir os valores relativos às adjudicações que foram entretanto sendo concluídas relativas aos equipamentos: -----

Componente	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Elegível Comparticipado	Comparticipação FEDER (70%)
Projeto Técnico	318.054,60	0,00	0,00	0,00
Estudo de Viabilidade	2400.,00	0,00	0,00	0,00
Prospecção Geotécnica	8.899,20	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos	1.176.983,58	628.460,45	627.463,97	439.224,78
Construção Edifício (sede Ar lindo)	1.432.308,94	1.351.234,93	1.349.092,44	944.364,71
Construção Edifício (sede- EDINORTE)	3.625.354,41	3.420.145,67	3.414.722,75	2.390.305,93
Aquisição de Equipamentos	387.188,00	303.507,89	303.026,65	212.118,86
Arranjos exteriores	660.947,52	592.358,63	591.414,40	413.993,58
Total	7.612.137,12	6.295.707,57	6.285725,21	4.400.007,65

1.2.10 Em 27 de março de 2015 foram concluídos os trabalhos relativos às empreitadas da sede e dos acessos à Fundação, tendo-se constatado a existência de trabalhos a mais, em ambas as empreitadas referidas. Nesta data, ainda se encontravam em recurso os processos expropriativos de duas parcelas, uma da sede e outra dos acessos, cujo montante ascendia a 509.000,12€. Neste contexto, e, existindo uma verba elegível disponível que poderia ser objeto de comparticipação, foi entendido superiormente, apresentar a fundamentação, para que os trabalhos a mais realizados fossem objeto de comparticipação. A petição do Município não foi objeto de despacho favorável na totalidade dos valores submetidos, tendo-nos sido unicamente aprovada, a verba correspondente a 75% dos valores apresentados. Esta situação acrescida da revisão de preços negativa nos acessos deu origem a que os valores dos investimentos que a seguir se discriminam: -----

Componente	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Elegível Comparticipado	Comparticipação FEDER (70%)
Projeto Técnico	318.054,60	0,00	0,00	0,00
Estudo de Viabilidade	2400.,00	0,00	0,00	0,00
Prospecção Geotécnica	8.899,20	0,00	0,00	0,00
Aquisição de terrenos	1.176.983,58	628.460,45	627.463,97	439.224,78
Construção Edifício (sede_Ar_lindo)	1.432.308,94	1.351.234,93	1.349.092,44	944.364,71
Construção Edifício (sede- EDINORTE)	3.625.354,41	3.420.145,67	3.414.722,75	2.390.305,93
Construção Edifício (TM)	165.423,75	117.045,12	116.859,52	81.801,64
Aquisição de Equipamentos	387.188,00	303.507,89	303.026,65	212.118,86

F.8

Arranjos exteriores	660.947,52	592.358,63	591.414,40	413.993,58
Arranjos exteriores TM	17.273,23	12.221,63	11.592,13	8.114,49
Total	7.793.466,94	6.424.974,23	6.414.176,86	4.481.809,30

1.2.1 Em 18 de maio de 2015, foi celebrado pelo então Presidente da Câmara, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, um novo Protocolo de colaboração entre a fundação Nadir Afonso e o Município de Chaves. --

1.2.12 Em 21 de agosto de 2015⁹ foi celebrado com a EDINORTE um adicional ao contrato inicial, visando, a execução da vedação logradouro da sede da Fundação cujo o valor sem IVA incluído ascendeu a 84.995,98 euros. -----

1.2.13 Em 15 de setembro de 2015, foi submetido o Relatório Final, dando-se assim, a indicação à Autoridade de Gestão que a operação se encontrava concluída. -----

1.2.14 Em 8 de fevereiro de 2016, foi comunicado ao Município de Chaves pela autoridade de Gestão do POVT que a operação seria objeto de uma auditoria física e financeira tendo em vista a aprovação do relatório final submetido. -----

1.2.15 Em razão da auditoria física e financeira enunciada no item 1.2.9 o Município de Chaves, adjudicou em fevereiro de 2016, pelo valor de 2.850,00€ (sem IVA incluído), à empresa QUEST_21_II_CONSULTING_LD^a a atualização do estudo de viabilidade económico-financeiro. -----

1.2.16 Em 22 de fevereiro de 2016, foi adjudicado à empresa Vitorino Queirós, o contrato relativo ao levantamento dos muros do Parque de Estacionamento junto à ponte de São Roque, espaço da envolvente dos acessos à fundação, e cujo o montante ascende sem IVA incluído a 19.581,00€¹⁰. -----

1.2.17 Em 29 de maio de 2016 através de email foi comunicado ao Município, que os montantes finais aprovados em razão da validação das últimas despesas submetidas, ascendiam respetivamente a: Investimento total - 7.770.293,45€¹¹ ; Investimento elegível - 6.269.050,17€; Comparticipação do fundo 4.338.335,12€. -----

1.2.18 Em razão da auditoria física e financeira enunciada no item 1.2.9 o Município de Chaves, adjudicou em fevereiro de 2016, pelo valor de 2.850,00€ (sem IVA incluído), à empresa QUEST_21_II_CONSULTING_LD^a a atualização do estudo de viabilidade económico-financeiro. -----

1.2.18 Em 6 de junho de 2016, foi efetuado um adicional ao contrato realizado em 21 de agosto de 2015, com a EDINORTE, tendo em vista o suprimento de erros e omissões do projeto, cujo montante sem IVA incluído ascendeu a 4.065,21€¹² -----

1.2.19 Em 16 de junho de 2016, e, após o Município tentar controverter o sentido de decisão, da não elegibilidade dos trabalhos de substituição, efetuados na cobertura da sede da Fundação, a Autoridade de Gestão do POVT, tornou definitiva a sua posição através do Ofício nº 001408, considerando não elegível o valor dos trabalhos cujo o montante ascendia a 159.8253,42€, cuja comparticipação ascendia a 118.897,39€¹³. -----

⁹ Ver quadro contratos adicionais 2016_2017. -----

¹⁰ Ver quadro contratos adicionais 2016_2017 -----

¹¹ Ver email e quadro de 29-06-2016 -----

¹² Ver quadro contratos adicionais 2016_2017 -----

¹³ Ver quadro INV_2018 FINAL -----

1.2.20 Em 2017, foi adjudicado à Empresa Secundino Queirós pelo valor de 1.499,85€ sem IVA incluído a execução de maciços para colocação de postes na Fundação. -----

1.2.21 Em 2018, encerraram-se os processos expropriativos dos terrenos da fundação e dos acessos e o investimento apontava para o valor de 1.038.563,16€. Verificadas as verbas transferidas pelo tribunal, relativas às parcelas 2 da sede e 4 dos acessos, constatou-se, que o valor final ascende a 1.043.308,47€ (inferior ao inicialmente previsto em 29 de maio de 2016). -----

2. VALOR FINAL DO INVESTIMENTO DA FUNDAÇÃO NADIR AFONSO (sede e acessos)

Atendendo ao que vem de ser dito, o valor do investimento total da operação em causa, ascende a 8.048.906,99€¹⁴, dos quais 4.276.437,73€ foram comparticipados pelo FEDER e 350.000,00€, pelo Programa PIT, sendo o valor dos encargos financeiros correspondentes ao Município de 3.422.469,26€. -----

Tendo ainda em consideração, que foi utilizado para a implementação deste projeto um empréstimo BEI, no valor de 1.000.000,00€, cujos encargos financeiros até 2024, ascendem a 265.765,98€ o montante final a suportar pelo Município de Chaves é de 3.688.235,24€¹⁵. -----

3. PROPOSTA

3.1 Tendo esta informação sido solicitada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco Melo, sou a propor superiormente, que após análise e validação deste documento, este seja reencaminhado para o Sr. Vice-Presidente para conhecimento e fins julgados convenientes. -

À Consideração Superior -----

22/11/2018 -----

(Maria Amélia Melo, Eng.^a Civil) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.11.27 -----

I - Enquadramento e Justificação:

1. Na sequência do relatório de Auditoria Interna emitido pelo gabinete de Auditoria e Qualidade, e relativo aos "Procedimentos básicos de Gestão do Museu Nadir Afonso", submetido ao órgão executivo em reunião de 18/10/2018, e face às conclusões exaradas na ata da referida reunião, veio a ser solicitado, à DGF, pelo Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, um estudo exaustivo e atualizado, sobre todas as componentes que concorreram para o investimento total do atual MACNA; -----

2. Em paralelo e quase em simultâneo, veio a ser solicitado estudo da mesma natureza e para a mesma finalidade, pelo Sr. Vereador, Dr. Francisco Melo, à técnica superior Eng^o Amélia Melo; -----

3. Tendo em vista a não sobreposição de tarefas, foi informado o Diretor de Departamento que o estudo solicitado estava a ser desenvolvido pela Eng^o Amélia Melo e sobre o qual seria efetuada a minha posterior apreciação, tendo em vista a sua comparabilidade com o referido relatório de auditoria apresentado pelo Gabinete de Auditoria e Qualidade; -----

4. Considerando que tal estudo se encontra vertido na informação nº 63/2018, de 22/11/2018 e respetivos anexos, a qual me foi disponibilizada, importa, para efeitos de validação do teor dos dados financeiros apresentados e, bem assim, face ao teor da informação vertida no relatório de auditoria, tecer as seguintes considerações:

1 - Quanto aos pressupostos solicitados e de suporte à informação a prestar: -----

14 Ver quadro INV_2018 FINAL -----

15 Ver quadro INV_2018 FINAL -----

a) O Relatório de auditoria abrange um vasto leque de informação que não se circunscreve *tout court*, à natureza de custos, abrangendo outras matérias como afetação de recursos humanos ao MACNA, gestão do tarifário, metodologia de visitas e respetivo registo, estudos de satisfação do público, método de divulgação de atividades, definição de preçários, segurança e vigilância, gestão do protocolo, entre outras; -----

b) Foram solicitados, à DGF, via mail, alguns dados, de natureza financeira, entre as datas de 12/06/2018 até 12/07/2018, com base em pressupostos claramente determinados, a saber: -----

"Dando continuidade ao processo de Auditoria Interna ao MACNA, e considerando orientações do Senhor Vice- Presidente, Dr. Francisco Melo, para verificação dos Custos fixos e custos variáveis associados ao referido Museu, venho por este meio solicitar que seja pedido às diferentes Chefias, responsáveis pelo tratamento dos dados que necessitamos para avaliação deste indicador, os seguintes documentos, a saber: -----

- Custo total da obra com IVA (Amortização anual); -----
- Custo com eletricidade no ano de 2017; -----
- Custo com o água (m3) saneamento e recolha de resíduos sólidos no ano de 2017 (por fornecedor); -----
- Custos com pessoal; -----
- Custos Segurança; -----
- Custos Limpeza; -----
- Receita total de bilheteira, loja, outros" -----

c) Os elementos de natureza financeira e avulsos, foram sendo enviados, em articulação com outras unidades orgânicas, com intervenção na referida matéria, sendo que, do relatório de auditoria apenas constam quatro itens, nas páginas 4 e 5, sobre dados ou informação financeira relativa ao Museu Nadir Afonso e que devem ser analisados autonomamente, uma vez que se tratam de elementos distintos: -----

- Por um lado, estamos a falar de dados relativos ao "património imobilizado" no que se refere ao Investimento relativo à construção do MACNA - edificação, incluindo amortizações do exercício, já que as mesmas se tratam de um custo e foram, expressamente solicitadas; ----

- Por outro estamos a falar de dados solicitados relativos à gestão e funcionamento ocorridos no exercício de 2017, de forma tipificada quanto à natureza dos custos e elencados no quadro *"Custos de funcionamento e manutenção do MACNA no ano de 2017 (com IVA)"*. -----

5. Por conseguinte, conclui-se que não foi solicitada à DGF, para efeitos de elaboração do relatório de auditoria, dados financeiros que permitam a elaboração de um estudo financeiro, em que tantas outras variáveis importam, face à complexidade de tal investimento e que não foram levadas em linha de conta, nem poderiam, ao solicitar-se, somente, os dados constantes do quadro *"Dados da despesa relativos à construção do Museu"*; -----

6. Por outro lado, e, não podendo comparar-se o incomparável, a informação nº 63/2018, de 22/11/2018, na qual se encontra vertida toda a informação financeira relativa, agora sim, ao investimento total relativo à construção do MACNA, traduz, todas as componentes de tal investimento e respetivas participações externas, e desconsidera os custos de manutenção e gestão, desde o início do seu funcionamento, uma vez que tal estudo se circunscreve apenas ao investimento com a edificação do referido imóvel - sede e respetivos acessos, muito embora, em termos patrimoniais e de registo nas peças de relato

financeiro adequadas, alguns valores foram reconhecidos como custos, de acordo com as regras contabilísticas aplicáveis. -----

2 - Quanto aos valores traduzidos relativos à construção do MACNA e acessos: -----

a) O relatório de auditoria menciona dados relativos aos valores constantes no património imobilizado da autarquia, no valor de **5.327.691,22€**, respetivas depreciações/amortizações acumuladas, no valor de, **-169.915,46€** e alterações patrimoniais (beneficiações ao edifício- sede e acessos, incluindo valor de contratos adicionais realizados em 2016 e 2017, após encerramento da operação e trabalhos para a própria entidade), no valor de **137.760,88€**, desconsiderando, por não ter sido solicitado, variáveis importantes e muito relevantes para o apuramento do seu investimento total, designadamente: -----

- valor dos terrenos adquiridos por "declaração de utilidade pública" - procºs expropriativos, sendo que, alguns deles, apenas tiveram desfecho em 2018 e cujo montante total se cifra em **1.043.308,47€**; ---

- valor relativo à construção dos Acessos ao MACNA, cujo montante total se cifra em **677.709,80€**, incluindo o IVA; -----

- Valor relativo ao "Projeto Siza - Manual de imagem", no valor de **269.370,00€**, incluindo IVA (importante destacar o facto de que, tal projeto não foi contabilisticamente reconhecido como imobilizado corpóreo, tendo sido assumido e tratado como um custo, não concorrendo para aumento patrimonial, em sede de balanço); -----

- Valor relativo à componente "equipamentos", no valor de **387.188,73€**, incluindo o IVA, classificado como imobilizado corpóreo e que concorre para o investimento, suscetível de depreciações, mas que se encontra registado em "ficha do bem" específica, como equipamento administrativo e/ou informático, autónoma à ficha do imóvel - sede; -----

- Valor relativo à componente "mobiliário", no valor de **199.489,89€**, incluindo o IVA, classificado como imobilizado corpóreo e que concorre para o investimento, suscetível de depreciações, mas que se encontra registado em "ficha de bem" específica, como equipamento básico, autónoma à ficha do imóvel - sede; -----

- Valores relativos a cofinanciamento comunitário, estatal e decorrente de EMLP, contratualizado junto do BEI. -----

b) A informação nº 63/2018, ora em apreciação, reflete todas as despesas que concorrem para a realização de investimento do MACNA, nas suas diversas componentes: Terrenos, projetos, estudos, honorários, Construção e edificação (sede), equipamentos e acessos ao MACNA, não significando que todos esses montantes, estejam traduzidos no registo patrimonial - "ficha do bem", de acordo com as normas previstas no POCAL e no CIBE - Cadastro e inventário de bens do Estado, tendo sido reconhecidos nas respetivas contas de custo, alguns montantes decorrentes de "estudos e honorários" por exemplo. -----

II - Conclusões: -----

1 - Face ao exposto e, tendo em vista não só validar o teor da informação 63/2018, relativa ao estudo relativo ao investimento total do MACNA (Fundação Nadir Afonso), como ainda, expurgar os montantes refletidos no Relatório de Auditoria submetido ao órgão executivo em 18/10/2018, para efeitos de comparabilidade, conclui-se que o teor de tais documentos refletem pressupostos diferentes, não podendo retirar-se dos mesmos, leituras e interpretações semelhantes, tratando-se, por conseguinte, da informações e dados diferentes, com resultados, obviamente, pouco ou, no máximo, parcialmente, correlacionados; ----

2 - Por conseguinte, valido a informação 63/2018, e todos os seus anexos, ora em apreciação, tal como validei, a seu tempo, os dados facultados no item "dados da despesa relativos à construção do Museu", constante do Relatório de Auditoria elaborado, considerando que, ainda que a temática seja a mesma, para pressupostos distintos, haverá sempre respostas distintas e, embora aparentemente relacionados, os trabalhos desenvolvidos e materializados em dois documentos não tinham, por base, a mesma finalidade, objetivos e pressupostos. -----

É tudo o que me cumpre informar sobre a matéria objeto de análise. --
Chaves, 27 de novembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira -----
(Dr.^a Márcia Santos) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.03-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.12.03. -----

À reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Com conhecimento à Assembleia Municipal. -----

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

2.3. - EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM "PARQUE AVENTURA", NA QUINTA DO REBENTÃO. - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS RELATIVO À CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL (PIM). REQUERENTE: NATURTHOUGHTS - TURISMO DE NATUREZA, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 53/GNE/2018 -----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. Por escritura pública lavrada de folhas vinte e oito a folhas trinta e um, do Livro de Notas para Escrituras Diversas, número 84, no dia 20 de outubro de 2017, do notariado privativo do Município de Chaves, e em cumprimento da deliberação tomada por esta Câmara Municipal, em sua reunião realizada a 6 de janeiro de 2017, o Município de Chaves constituiu, por 30 anos, a favor da empresa Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda., NIPC 513 014 446, com sede social na Rua 25 de Abril, n.º 1095, freguesia de Carvalhais, concelho de Mirandela, um direito de superfície, nos termos da Apresentação 798 de 2017.11.07, sobre dois prédios, um misto e outro urbano, sitos em Quinta do Rebentão, freguesia de São Pedro de Agostém, concelho de Chaves, respectivamente, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 595/19910620 e 592/19910620, conforme resulta das aludidas descrições, com o seguinte conteúdo: -----

i) Incide sobre a área total de 57.877,00 m², composta pela área de 438,00m², correspondente à descrição n.º 592/19910620, sendo 57.439,00

m² do artigo rústico 597, da descrição 595/19910620, que se divide nas seguintes parcelas: -----

*PARCELA "A": área de 55.017,00m², a confrontar a norte com Francisco José Alves; a sul com Quinta do Rebentão e Circuito de Manutenção; a nascente com João Rodrigues e a poente com António Barreira; -----

*PARCELA "B": área de 1.822,00 m², a confrontar a norte e poente com Circuito de Manutenção e a sul e nascente com Quinta do Rebentão; ---

*PARCELA "C": área de 600,00m², a confrontar a norte e sul com Quinta do Rebentão; a nascente com particular e a poente com Circuito de Manutenção e Quinta do Rebentão; -----

*PARCELA "D": área 438,00 m², descrito sob o n.º 592/19910620. -----

ii) Para construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", composto por uma torre de multiactividades destinada à prática, designadamente, de escalada, rappel e slide; por campos de jogos de paintball e de paintball splatmaster, por pista de karts a pedais, por pista de obstáculos, por pista de arborismo, por campo de sobrevivência, por área de jogos tradicionais e pelo edifício do centro logístico, composto por receção, instalações sanitárias, área de bar/café, sala multiatividades, arrumos e balneários, ficando a implantação dos equipamentos e das construções circunscrita às parcelas designadas por "A", "B", "C" e "D". -----

Os equipamentos e/ou estruturas do "Parque Aventura" serão implantados nas parcelas de terreno "A", "B", "C". -----

O centro de logística do "Parque Aventura" será instalado na parcela "D", correspondente ao prédio urbano, composto de r/c, andar e anexos, a ser objeto de obras de demolição e posterior edificação/reconstrução, da responsabilidade do respetivo adjudicatário/superficiário. -----

iii) Causas legítimas de resolução: -----

a) Abandono pelo superficiário da realização do projeto durante as obras de construção, entendendo-se por tal a suspensão dos trabalhos sem causa justificada durante um prazo superior a 30 dias consecutivos, ou 60 dias interpolados; -----

b) O não cumprimento dos prazos de início, de duração e de conclusão das obras, sem causa justificada e aceite pelo sujeito passivo; -----

c) Utilização das instalações para uso distinto dos especificamente indicados no Programa de Concurso e Caderno de Encargos; -----

d) Transmissão para terceiros de qualquer atividade, sem prévia e expressa autorização do sujeito passivo; -----

e) Desobediência reiterada às instruções emanadas do sujeito passivo, relativamente à conservação das instalações e à eficiência do serviço; -----

f) Falta, por parte do superficiário do pagamento das rendas devidas subsistindo essa situação por um período superior a 2 anos, após ter-se o mesmo constituído em mora, mediante prévia interpelação da entidade adjudicante; -----

g) Fornecimento de dados falseados - sempre que lhe seja solicitado, o superficiário facultará ao proprietário do solo/fundeiro todos os elementos necessários à formulação de juízos de valor sobre as condições técnicas e económicas no período de exploração, bem como o acesso do proprietário do solo/fundeiro sempre que necessário ao poço existente na parcela "A"; -----

h) A falta de consentimento do adjudicante em vista à legal constituição de direitos reais e/ou demais ónus ou encargos sobre os prédios pelo superficiário e destinados à conceção, construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", na Quinta do Rebentão;

i) O não cumprimento do prazo fixado para abertura do "Parque Aventura" na Quinta do Rebentão. -----

2.A constituição do direito de superfície sobre os prédios identificados número anterior, tem como contrapartida uma renda anual de € 1.216,00 (mil, duzentos e dezasseis euros), a pagar de uma única vez, atualizável, anualmente, de acordo com a aplicação da taxa de inflação do ano anterior. -----

3.Sob a Informação/Proposta n.º 66/DSC/2017, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, subscrita pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, o executivo camarário, em sua reunião do dia 04.08.2017, atribuiu a classificação de PIM - Projeto de Interesse Municipal, ao referido projeto de investimento, traduzindo-se na atribuição dos seguintes benefícios fiscais: (i) redução de 31% sobre o valor do Imposto Municipal sobre Imóveis, e (ii) redução de 31% sobre o Imposto Municipal sobre Transmissões. -----

4.Através de carta com registo de entrada, nos serviços de Expediente Geral deste Município, 2018, GAPV, E,G, 9063, 10-09-2018, veio a sociedade Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda., em suma, solicitar (i) a extinção do direito de superfície constituído sobre as parcelas identificadas no n.º 1 antecedente, e, conseqüentemente, (ii) a revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, estabelecido com o Município de Chaves 18.10.2017, tendo por objeto o desenvolvimento do projeto económico associado à constituição do direito de superfície, ora, em causa. -----

5.Tal pedido, foi encaminhado para o Departamento de Coordenação Geral, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Dr. Nuno Vaz, datado de 12.09.2018, no sentido de se proceder à sua análise e proposta de atuação, ao que infra se dá cumprimento. -----

II - Justificação -----

1. Nos termos do caderno de encargos, do procedimento concursal, para adjudicação da constituição do direito de superfície supra identificado, e do contrato - escritura - formalizado com este Município, a empresa Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda., obrigava-se ao cumprimento, entre outras, das seguintes obrigações: - Promover a conceção, construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", na Quinta do Rebentão, procedendo à entrega do requerimento inicial, junto dos serviços municipais, em vista à aprovação da operação urbanística de edificação, instruído nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, no prazo de 30 dias a contar da constituição do direito, e iniciar as obras no prazo máximo de 30 dias, a contar da data em que for posta a pagamento a respetiva licença - cfr. Artigos 15.º e 16.º do C.E. -, bem como pagar uma renda anual.

2.De acordo com o documento de receita n.º 2017/3/4019, emitido pela Divisão de Gestão Financeira, deste município, em 20.10.2017, a referida empresa, a título da renda devida pela constituição do aludido direito, procedeu ao pagamento da quantia de € 1.216,00 (mil, duzentos e dezasseis euros), na Tesouraria municipal, correspondendo à renda anual, sendo certo que, tal pagamento, à data da celebração do contrato deveria, corresponder aos duodécimos dos meses de novembro e dezembro, conforme previsto no n.º 3, do Artigo 9.º do Caderno de Encargos e documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2, do Artigo 64.º, do Código do Notariado, o qual faz parte da referida escritura, registando-se, assim, a necessidade de se proceder a acerto de contas.

3.A concretização do projeto em causa, implicava um investimento, por parte da dita empresa, estimado em € 218.513,77 (duzentos e dezoito mil, quinhentos e treze euros e setenta e sete cêntimos), o qual

contemplava a requalificação do espaço, de modo a criar as infraestruturas necessárias para a prática das diferentes atividades e para a instalação dos equipamentos tendentes à realização das mesmas, e, ainda, a construção/requalificação de edifícios de apoio às atividades e apoio logístico. -----

4. Na comunicação supra referida, a superficiária, em sustentação do seu pedido para a resolução do direito de superfície, veio invocar que, face ao significativo período de tempo decorrido entre a elaboração do Estudo de Viabilidade Económico-financeira (projetos e estudos técnicos), apresentado aquando da candidatura, e a celebração da escritura de constituição do direito de superfície, procedeu à elaboração de novos estudos, mais pormenorizados, quanto ao aproveitamento do espaço e ao estado dos imóveis a requalificar. ----

5. Na sequência dos novos estudos efetuados, a superficiária solicitou novas propostas e orçamentos, para a implementação do projeto, tendo constatado que seria necessário um investimento, significativamente, mais elevado do que o inicialmente previsto, para a construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", na Quinta do Rebentão, colocando em causa todo o estudo de Viabilidade Económica e Financeira, inicialmente elaborado, considerando, por essa razão, que o projeto não é economicamente viável. -----

6. O direito de superfície encontra-se regulado nos Artigos 1524.º e seguintes, do Código Civil e, conforme decorre do Artigo 1528.º, pode, o mesmo, ser constituído por contrato, o que sucedeu no âmbito do procedimento, ora, em apreciação, donde constam os fundamentos para a sua resolução, sendo certo que, contratualmente, tal poder se encontra confiado ao Município - cfr. causas da resolução constantes da descrição dos prédios objeto do direito -, e nem o contrato, nem o Caderno de Encargos, prevêem, para o superficiário, outras penalidades que não seja a resolução do direito, em caso de incumprimento das obrigações contratuais. -----

7. Contudo, conforme decorre do Artigo 406.º do retro mencionado Código, os contratos devem ser pontualmente cumpridos, podendo, no entanto, modificar-se ou extinguir-se nos casos admitidos na lei ou por mútuo consentimento dos contraentes. -----

8. Atendendo ao fundamento apresentado pela empresa Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda., para o pedido de extinção do direito de superfície, constituído a seu favor, poderá o respetivo contrato ser resolvido, por mútuo acordo, retornando os referidos bens imóveis, na sua propriedade plena, consequentemente, e após o respetivo averbamento nas respectivas descrições na Conservatória do Registo Predial, para o domínio patrimonial da autarquia. -----

9. Verificando-se a resolução do contrato, por mútuo acordo, mas a requerimento da superficiária interessada, dever-lhe-ão ser imputados todos os encargos decorrentes da extinção e registo do direito de superfície em causa, bem assim, o pagamento, face ao constante do n.º 2, do presente título, da quantia de € 219,68 (duzentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos), correspondente ao acerto dos valores da renda anual, devida pelo direito constituído, e relativa ao ano em curso. -----

10. Quanto ao pedido de revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, celebrado com o Município de Chaves, em 18 de outubro de 2017, tendo por objeto o desenvolvimento do projeto económico associado à constituição do direito de superfície, ora, em causa, o mesmo deverá ser objeto de análise pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, após a decisão administrativa que vier a ser

tomada relativamente ao pedido de resolução do direito constituído, e do qual o mesmo é indissociável. -----

III – Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas sugere-se a adoção da seguinte estratégia procedimental: -

a) Que, o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a ser adotada decisão administrativa consubstanciada na resolução do contrato, culminando na extinção do direito de superfície, constituído por escritura outorgada no dia 20 de outubro de 2017, a favor da empresa Naturthoughts – Turismo de Natureza, Lda., em conformidade com o disposto no Artigo 432.º e seguintes do Código Civil; -----

b) Que, em caso de aprovação da presente proposta, e em coerência com a atuação seguida aquando da abertura do procedimento público concursal, para constituição do direito de superfície, a mesma seja encaminhada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista ao seu ulterior sancionamento; -----

c) Que, nos termos do n.º 1, do Artigo 114.º, do CPA, caso a presente proposta mereça acolhimento favorável dos competentes órgãos municipais, seja comunicada à requerente, por carta registada, o deferimento da pretensão apresentada; -----

d) Que para efeitos de materialização da resolução do contrato, se notifique, ainda, a requerente, para proceder ao pagamento da quantia de € 219,68 (duzentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos), relativa ao acerto dos valores da renda do ano em curso; -----

e) Por último, deverá a presente informação ser reencaminhada para: **i)** o Gabinete de Notariado e Expropriações, em vista à notificação da decisão que vier a recair sobre o pedido de extinção do direito de superfície, apresentado pela requerente, e posterior operacionalização da resolução do contrato, a qual deve ocorrer mediante celebração de escritura pública, desde que se encontrem cumpridas todas as obrigações decorrentes da sua revogação, e mediante a entrega prévia, por parte do requerente, de toda a documentação necessária à sua realização; **ii)** a Divisão de Gestão Financeira, a fim de que esta Unidade Orgânica despolete os procedimentos necessários ao pagamento, pela dita empresa, do valor indicado na alínea anterior; **iii)** e, ainda, para a Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, acompanhada do requerimento, em vista à análise e emissão de parecer relativamente ao pedido de revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, referente à classificação do projeto em causa, como sendo um Projeto de Interesse Municipal, tendo em consideração os efeitos previstos no Art.º 15.º¹⁶ do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior, -----

¹⁶ Art.º 15 (Efeitos da resolução do contrato) -----

1. A resolução do contrato nos termos do artigo anterior implica a perda total dos benefícios fiscais concedidos desde a data de aprovação do mesmo, e ainda a obrigação de, no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, e independentemente do tempo, entretanto decorrido desde a data da verificação dos respetivos factos geradores de imposto, pagar, nos termos da lei, as importâncias correspondentes às receitas fiscais não arrecadadas, acrescidas de juros compensatórios. -----

2. Na falta de pagamento dentro do prazo de 30 dias referido no número anterior, há lugar a procedimento executivo. -----

Fátima Calvão -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, retomando a sua participação na presente reunião. -----

2.4. MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ORÇAMENTAL AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - 2018. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 68/DGF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Pressupostos Legais: -----

a) O Orçamento dos Municípios, de carácter anual, apresenta a previsão das receitas e despesas com a descrição e desagregação segundo a classificação económica legalmente aprovada; -----

b) A elaboração e eventuais modificações ao orçamento obedecem a um conjunto de princípios orçamentais e regras previsionais legalmente aprovadas no âmbito do POCAL; -----

c) As modalidades legalmente assumidas com vista às modificações orçamentais constam no ponto 8.3.1 do POCAL (alterações e revisões); -

d) O PPI apresenta-se com uma componente das opções do plano, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico autárquico; --

e) Este documento, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar pelo Município contemplando a respetiva previsão da despesa onde são discriminados os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos; -----

f) Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para acorrer a despesas não previstas e insuficientemente dotadas, os documentos previsionais podem ser objeto de revisões e alterações; -----

g) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes de diminuição e anulação de outras dotações, consubstanciando-se em transferências inter-rubricas da despesa (ponto 8.3.1.5 do POCAL). -----

II - Justificação -----

a) Tendo em conta que o POCAL ao consagrar a possibilidade em proceder-se a uma alteração orçamental aos documentos previsionais por via de transferência de dotações inter-rubricas de despesa, não especifica qual a natureza daquelas rubricas (se corrente, se capital), confere, uma certa liberdade para que os Municípios, socorrendo-se do clausulado constante do referido Decreto-Lei, possam proceder a tantas modificações quantas as necessárias com utilização das dotações existentes em rubricas da despesa de natureza corrente e de capital para reforçar outras de igual ou diferente natureza; ----

- b) No que concerne a esta matéria de transferência inter-rubricas da despesa, deverão ser cumpridos os princípios orçamentais e regras previsionais, designadamente, o princípio do equilíbrio orçamental, previsto no artº 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----
- c) Desde que seja respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, previsto na alínea e), do ponto 3.1.1 do POCAL, é possível, proceder ao reforço de dotações de rubricas de despesas correntes com contrapartida de anulação de despesas de capital, que traduz uma intenção que, em dado momento, o Município manifesta em proceder à alteração da forma de desenvolvimento de determinado projeto/ação, inicialmente afeto a despesas de investimento, para passar a ser desenvolvido por despesas correntes, sem que essa intenção reflita um desinvestimento; -----
- d) Considerando que, no orçamento autárquico, em cada ano, deverão ser respeitadas as dotações com despesas obrigatórias, entre as quais se incluem, as dotações destinadas às remunerações certas e permanentes, as dotações com encargos decorrentes de contratos de adesão e outras de funcionamento de carácter permanente, dotações para despesas que resultem de contratos de empreitadas, fornecimento de bens e de prestação de serviços, em execução, sendo certo que o Município não poderá suspender ou cancelar dotações orçamentais que correspondam a obrigações legais ou contratuais por si assumidas, para a realização das suas atribuições; -----
- e) Como tal, se durante a execução orçamental, se verificar insuficiência da dotação para estes fins, dever-se-á efetuar, de imediato as correspondentes retificações e alterações orçamentais, justificando, se assim resultar, possíveis interligações de dotações, dando-se prioridade absoluta às despesas destinadas ao cumprimento das obrigações autárquicas. -----
- f) Tal preceito, aparece de igual modo clarificado, no artº 17º da Lei nº91/2001, de 20 de agosto, o qual se aplica às Autarquias Locais, nos termos do nº 5, do seu artigo 2º; -----
- g) Por outro lado, vem a Nota explicativa do SATAPOCAL, clarificar o procedimento a adotar para a **modificação da receita**, em situações em que existe necessidade em promover uma **diminuição ou anulação da receita global orçamentada**, sendo que, a revisão orçamental é abordada no POCAL nos casos de aumento global da despesa, não abordando em concreto o procedimento a adotar no caso de diminuição ou anulação de receitas que impliquem redução correlativa da despesa global; -----
- h) Uma **diminuição ou anulação da receita** implica necessariamente uma **redução da despesa prevista**, no sentido de dar cumprimento ao princípio orçamental do equilíbrio total, preconizado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual supõe que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, conjugando com o n.º 2 do mesmo artigo, o qual prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. -----
- i) Da leitura do diploma não se afere instantaneamente qual a metodologia a adotar no caso de uma **diminuição ou anulação de receita** e se a mesma carece da respetiva **anuência do órgão deliberativo**, pelo que se interpreta que se uma **diminuição ou anulação de receita implicar a eliminação de um ou mais projetos de investimento previamente aprovados pelo Órgão Deliberativo**, deverá o processo a desenvolver **passar por uma revisão orçamental e ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação**, de acordo com o preconizado na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. **Se a diminuição**

ou anulação da receita não implicar a eliminação de projetos de investimento, já aprovados, considerando que uma redução da receita irá implicar uma redução também na despesa, a metodologia a adotar deverá passar por uma alteração orçamental, nos termos legalmente previstos. -----

j) Considerando ainda que, com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, previa-se, desde o ano de 2015, a **vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental (QPPO)** numa base móvel de quatro anos, sendo que, por ausência de regulamentação, não haviam sido elaborados, em anos anteriores os respetivos mapas QPPO. Contudo, na sequência da divulgação da Nota Informativa n.º 1/2016 da CCDRN, relativa à elaboração, para o horizonte temporal 2017-2020, do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e cujo entendimento foi objeto de articulação com a Direção-Geral das Autarquias Locais, veio a ser superiormente determinado, acolhendo tais orientações, proceder à elaboração **Mapa QPPO**, constante dos Documentos Previsionais para 2018, e cujas previsões incorporadas na coluna para o ano seguinte (2019), assumem caráter vinculativo, de acordo com mapa Anexo V à presente proposta; -----

k) À data atual, encontrando-se o Município a finalizar os documentos previsionais para vigorar no **exercício de 2019**, tendo em vista a sua submissão aos órgãos municipais competentes, para aprovação, verifica-se que os valores estimados para orçamento global de 2018 se desviam significativamente dos valores considerados nas previsões constantes do QPPO em vigor, no que diz respeito ao previsto para 2018, carecendo, por conseguinte, do competente ajustamento, pela figura da **Revisão**, ora em análise; -----

l) Em suma, muito embora na fase de elaboração dos **Documentos Previsionais para 2018** tenham sido respeitados os princípios e regras constantes no ponto 3 do POCAL, no esforço para o eficiente apuramento das previsões efetuadas, sustentadas em fatos confirmados e com elevado grau de certeza, certo é que, apenas na fase de execução orçamental se retratou a realidade do evoluir da situação financeira do Município; -----

II - Proposta: -----

a) Resulta que, atualmente, e após verificação de todas as rubricas da despesa e da receita, para as quais as correspondentes dotações previsionais se apresentam sem qualquer execução ou sem que se venha a verificar a sua necessidade até final do exercício, sendo dispensáveis e passíveis de anulação, julga-se oportuno e necessário proceder a uma Revisão Orçamental, tendo em vista alcançar uma taxa de execução da receita total, não inferior a **85%**, no cumprimento do disposto no nº 3, do artº56, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, materializada, nas seguintes modificações: -----

a1) **Anulação de dotações de despesas de investimento** cujas classificações da despesa/ações não evidenciam execução até à presente data, nem tão pouco, se vislumbra virem a ser utilizadas até final do corrente ano económico, e cujas ações a anular se encontram previstas no ANEXO I, à presente informação. -----

a2) **Anulação de dotações de receitas orçamentadas** que não apresentam um grau de execução expressivo, à data atual, nem tão pouco se vislumbra algum acréscimo até final do corrente ano, e correspondente **anulação de dotações de despesas orçamentadas** sobre as quais não se perspetiva a sua execução até final do corrente ano e constantes em mapa Anexo II, à presente proposta; -----

a3) **Ajustamento dos valores constantes do QPPO** aprovado para o exercício de 2018, apenas nas previsões relativas ao ano de 2019 e de acordo com Mapa Anexo V - QPPO corrigido. -----

b) Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

b1) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à sua aprovação; -----

b2) Sequencialmente, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo camarário, deverá a mesma, ser remetida para uma próxima sessão da Assembleia Municipal com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo, no cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

c) Segue, ainda, em anexo documento comprovativo do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, prevista no art.º 40º da lei 73/2013, de 3 de setembro - anexo III. -----

À consideração superior -----

Chaves, 07 de dezembro de 2018 -----

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira -----
(Márcia B. Santos, Dra.) -----

Anexos: -----

Anexo I, Anexo II, Anexo III e QPPO - Anexo V -----

Modificação orçamento da receita, da despesa e PPI 2018 -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.5. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA N.º93/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Exposição de Motivos: -----

1. Considerando a proposta 74/GAP/2018, submetida ao órgão executivo, em sua reunião realizada em 30 de outubro do corrente ano, atinente ao cumprimento do art.º45º, da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual vem determinar que o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte; -----

2. Considerando que, veio a ser aprovada na referida reunião do órgão executivo, a versão preliminar dos documentos previsionais, os quais incluem os seguintes documentos: -----

- Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----

- Mapa resumo das receitas e despesas da Autarquia Local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; -----

- Mapa das receitas e despesas, desagregada, sabendo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, os serviços municipalizados, quando aplicável; -----
 - Mapa QPM – QPPO (Quadro Plurianual De Programação Orçamental) previsto nos Artigos 41.º, 44.º e 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituindo um mapa vincula a despesa e a receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. (2018-2021); -----
 - Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; -----
 - Orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira; -----
 - Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artº75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro; -----
 - Mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e verba correspondente. -----
3. Considerando que o POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento do Município se deve submeter, nomeadamente, as resultantes da conjugação do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro com o disposto no Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril; -----
4. Considerando que, nos termos do artº45º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte; -----
5. Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea c) do número 1 do artigo 33º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deve o Executivo Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento; -----
6. Considerando que, a partir de 1 de janeiro de 2009, o Mapa de Pessoal do Município de Chaves, é o que vier a ser aprovado pelas entidades competentes para aprovação da proposta de Orçamento, aquando da elaboração do orçamento para cada ano, nos termos do artº4º e do artº29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a qual revogou a Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. -----
- II – Da proposta em Sentido Estrito** -----
- Assim, pelas razões anteriormente enunciadas proponho ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----
- a) Aprovar, de forma definitiva, os documentos previsionais ora propostos, os quais incluem, as seguintes alterações ao Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos para 2019, face à versão provisória aprovada em reunião de Câmara do dia 30 de outubro:** -----
- **Orçamento da Receita:** -----
 - Anulação parcial da dotação da rubrica económica da receita 02.02.06.99.99.99, no valor de **1.810.000,00€**, considerando tratar-se de um montante de receita decorrente de liquidação à MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A, relativo à liquidação de taxas de ocupação de subsolo do ano de 2013 e cuja cobrança acabou por ocorrer no mês de novembro do ano em curso, na sequência de sentença judicial, resultando uma dotação final de 1.707.000,00€; -----

➤ Transferir a dotação, no valor de **387.935,00€**, da rubrica da receita de capital 10.03.01.99.05 para a rubrica específica 10.03.01.05, de acordo com as novas orientações provenientes da DGAL e relativas à nova receita de fundos municipais prevista no mapa XIX da proposta de LOE 2019 (Nota Explicativa - SATAPOCAL); -----

➤ No cumprimento da regra previsional prevista no POCAL, quanto à consideração da receita proveniente de empréstimos contratualizados, é inscrita a rubrica 12.06.02 - EMLP - Sociedades Financeiras, com uma dotação de **2.105.064,46€**, decorrente da assinatura dos contratos de financiamento reembolsáveis - EQ - BEI - Portugal 2020, junto da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP. -----

➤ Introdução da rubrica 07.01.08.99 - Mercadorias para venda - Outros, com o valor de 3.000,00€, decorrente da venda de artigos transacionados em eventos culturais. -----

• **Orçamento da Despesa:** -----

➤ Anulação da dotação, no valor de **321.555,26€**, da rubrica da despesa de capital 11.02.99, referente à amortização de capital prevista executar em 2019, resultante do Acordo de Regularização de dívidas no âmbito das expropriações litigiosas da Sociedade Chaves Polis, celebrado com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (proc.º expropriativo Francisco dos Reis Basílio), considerando que o município acabou por amortizar, tal montante, em novembro de 2018, de forma integral à DGFT. Por conseguinte, extingue-se tal acordo de regularização de dívidas, devendo manter-se, tal rubrica, aberta, com valor residual de **100,00€**; -----

➤ Anulação da dotação da rubrica da despesa corrente 03.05.02.99, referente aos juros previstos executar em 2019, resultante do Acordo de regularização de dívidas no âmbito das expropriações litigiosas da Sociedade Chaves Polis, celebrado com a DGTF, no valor de **10.000,00€**, considerando que o município já promoveu a integral amortização e respetivos juros, no ano em curso, devendo manter-se, tal rubrica, aberta com valor residual de **100,00€**; -----

➤ Reforço da rubrica da despesa corrente 03.01.03.02.09, relativa aos juros decorrentes da contratualização dos EQ - BEI - PT 2020, a suportar no exercício, no valor de **160,00€**, resultando uma dotação final de **24.319,28€**; -----

➤ Reforço da rubrica 02.02.20.02 - Promoção e divulgação, em **22.183,42€** - PACTO CIM_AT - Chaves em Linha - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos, resultando uma dotação final de **52.183,42€**; -----

➤ Reforço da rubrica 06.02.03.05.03.02 - AECT, com mais **50.000,00€**, resultando uma dotação final de **100.000,00€**; -----

➤ Reforço da rubrica 02.02.20.06 - Limpeza Urbana, com mais **69.900,00€**, resultando uma dotação final de **70.000,00€**; -----

➤ Ajustamento da rubrica 08.07.01.09 - VidagusTermas, com menos **15.000,00€**, resultando uma dotação final de **15.000,00€**; -----

➤ Reforço da rubrica 08.08.02.01 - Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, com mais 15.000,00€, resultando uma dotação final de 35.000,00€. -----

• **Plano Plurianual de Investimentos:** -----

➤ Inscrição do projeto/ação nº12/2019, "PARU 2.13 - Reabilitação do Edifício do Cineteatro de Chaves para a instalação do Centro Multiusos", com uma dotação definida para 2019 de **118.012,08€**, e a definir de **668.735,09€**, ficando, para 2020, uma dotação de **786.747,17€**, com uma taxa de cofinanciamento de 85%; -----

- Inscrição e reajustamento da ação nº 13/2019 - "PROVERE-AQUANATUR PALACE", ao nível do enquadramento da classificação funcional em função das respetivas componentes - Património Cultural Edificado, não se alterando a dotação inicialmente prevista; -----
- Reforço do Projeto/ação 31/2016 - "PARU 2.5 - Largo do Terreiro da Cavalaria (Remodelação Funcional e Paisagística), no montante de **136.207,06€**, resultando uma dotação final de **764.787,06€**; -----
- Ajustamento às componentes do Projeto/ação 9/2018 - "Valorização do Caminho Português da Via da Prata", nas seguintes Rubricas orçamentais: -----
 - Software informático - rubrica orçamental 07.01.08 = **3.382,50€**, em vez de, **23.293,80€**; -----
 - Sinalética - rubrica orçamental 07.03.03.09 = **3.576,84€**, em vez de, **15.529,60€**; -----
 - Albergue de Segirei - abrir rubrica orçamental 07.01.03.07 = **77.584,18€**; -----
 - Equipamento informático - abrir rubrica orçamental 07.01.07 = **1.845,00€**; -----
 - Equipamento básico - abrir rubrica orçamental 07.01.10.02 - **2.740,44€**; -----
- Ajustamento às componentes do Projeto/ação 2/2019 - Caminho Português Interior de Santiago - Caminho para todos, nas seguintes Rubricas orçamentais: -----
 - Equipamento informático (Tablet para o programa "Caminho para todos") - abrir rubrica orçamental 07.01.07 = **461,25€**; -----
 - Sinalética - abrir rubrica orçamental 07.03.03.09 = **7.072,50€**; ----
 - Retirar rubrica orçamental 07.01.03.07, dotada com valor de **22.212,50€**; -----
- Ajustamento às componentes do Projeto/ação 10/2018 - "Turismo Portugal - Caminho Interior Português de Santiago (Interior Valorização e Turismo Acessível)", nas seguintes rubricas orçamentais:
 - Software informático - rubrica orçamental 07.01.08 = **12.761,25€**, em vez de **10.132,91€**; -----
 - Equipamento informático - rubrica orçamental 07.01.07 = **615,00€**, em vez de **310,59€**; -----
 - Sinalética - rubrica orçamental 07.03.03.09 = **30.582,84€**, em vez de **16.344,65€**; -----
 - Retirar rubrica orçamental 07.01.03.07, com o valor de **12.035,25€**. -
- Ajustamento às componentes do projeto/ação 25/2016- "PACTO CIM_AT - Chaves em Linha - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos", nas seguintes rubricas orçamentais: -----
 - Rubrica Orçamental 07.01.07 = **206.485,55€** em vez de **356.644,75€**; --
 - Rubrica orçamental 07.01.08 = **208.845,00€**, em vez de **115.396,29€**; -
 - Rubrica orçamental 07.01.15 = **60.984,10€**, em vez de **43.273,96€**; ---
 - Abrir rubrica orçamental 07.01.03.01 = **12.804,78€**; -----
 - Eliminar rubrica orçamental 07.01.06.02, com dotação no valor de **36.000,00€**. -----
- Reforçar o projeto/ação 4/2006 - "Aquisição de Viaturas", com mais **30.000,00€**, resultando uma dotação final de **65.000,00€**; -----
- Reforçar o projeto/ação 11/2003 - "Aquisição de Máquinas", com mais **50.000,00€**, resultando uma dotação final de **60.000,00€**; -----
- Reforçar o projeto/ação 6/2006 - "Aquisição de terrenos pela Autarquia", com mais **100.000,00€**, resultando uma dotação final de **187.746,00€**; -----

- Reforçar o projeto/ação 43/2016 - "Aquisição de Edifícios no Centro Histórico", com mais **20.000,00€**, resultando uma dotação final de **110.000,00€**; -----
- Reforçar o projeto/ação 20/2006 - "Execução de passadeiras na Zona Urbana de Chaves", com mais **3.000,00€**, resultando uma dotação final de **5.000,00€**; -----
- Reforçar o projeto/ação 7/2019 - "Requalificação da Estrutura Hidráulica (Pontão da Galinheira)", com mais **50.000,00€**, resultando uma dotação final de **150.000,00€**; -----
- Reforçar o projeto/ação 25/2017 - "Circuito de Manutenção Polis" com mais **30.000,00€**, resultando uma dotação final de **35.000,00€**; ----
- Inscrição do projeto/ação 14/2019 - "Ampliação e Requalificação da Área de Acolhimento Empresarial", com uma dotação de **65.000,00€**; -
- Eliminar os projetos/ação 71/2016, 72/2016, 73/2016, 74/2016 e 77/2016, reajustando a ação 70/2016 - "Requalificação da EM 507 - Chaves/Limite do Concelho de Montalegre", com dotação final de **3.000,00€**; -----
- Redenominação do projeto/ação 12/2016 - "Piscina Municipal", com uma dotação final de **81.000,00€**; -----
- Inscrição do projeto/ação 15/2019 - "Reabilitar para Arrendar a Jovens - Centro Histórico", com uma dotação de **20.000,00€** para 2019 e **50.000,00€** para cada ano seguinte, até 2022. -----
- b) As alterações produzidas nos documentos previsionais para 2019, resultam em valor global de orçamento diferente da versão inicialmente apresentada, mais concretamente, um aumento global de 298.064,46€: --**
- | | | |
|-------------------------------|-----------------------|--------------|
| Valor inicial..... | 48.287.541,67€ | ----- |
| Valor atual/final..... | 48.585.606,13€ | ----- |
- c) Tais documentos previsionais, ora em aprovação definitiva, contemplam, nos termos do disposto no artº46º da lei das Finanças locais, os seguintes documentos: -----**
- Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----
 - Mapa resumo das receitas e despesas da Autarquia Local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; -----
 - Mapa das receitas e despesas, desagregada, sabendo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, os serviços municipalizados, quando aplicável; -----
 - Mapa QPM - QPPO (Quadro Plurianual De Programação Orçamental) previsto nos Artigos 41.º, 44.º e 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituindo um mapa vincula a despesa e a receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. (2018-2021); -----
 - Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; -----
 - Orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira; -----
 - Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artº75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro; -----
 - Mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e verba correspondente. -----

d) Aprovar, de forma definitiva, o Mapa de Pessoal, nos termos e para os efeitos previstos no disposto no nº4 do artº29º, da Lei 35/2014, de 20 de junho, o qual acompanha a proposta de orçamento ora em apreciação, contendo toda a informação, legalmente exigível, por força do disposto no artº28º, do mesmo diploma legal, bem como a respetivas remissões para o Regulamento Interno do Município contendo a descrição de Funções, Atribuições e Competências aprovado pelo órgão competente; -----

e) Sequencialmente, deverão tais documentos ser submetidos, sob forma de proposta, à indispensável análise, discussão e votação da Assembleia Municipal, com vista a obtenção legal do seu competente sancionamento, sugerindo-se, assim, o seu agendamento para a última sessão ordinária da assembleia municipal, a ter lugar durante o mês de dezembro do corrente ano, de acordo com o calendário legalmente fixado, sobre a matéria; -----

f) Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos órgãos municipais competentes, deverão os mesmos ser publicitados e inseridos na página eletrónica do Município, nos termos das disposições legais em vigor, assim devendo permanecer. -----

Chaves, 10 de dezembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: -----

Documentos Previsionais (Resumo do Orçamento, Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e PPI/GOP'S e QPPO); -----

Relatório de Orçamento -----

Articulado das medidas para a execução orçamental -----

Orçamento de entidades participadas: AMAT, APMCH, CIM-AT, EHATB, Empreendimento Eólico de Viade, Eólica da Serra das Alturas, GEMC, Vidagustermas e Rotary Club de Chaves. -----

Mapa das Entidades Participadas -----

Norma de Controlo Interno -----

Plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas -----

Mapa de Pessoal -----

Regulamento Interno "Descrição de Funções, Atribuições e Competências." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII DIVERSOS

1. RELATÓRIO DO ENCONTRO INTERNACIONAL TURISMO SUSTENTÁVEL - 25 E 26 DE OUTUBRO - INFORMAÇÃO Nº112/DSC/18, DA DRA. FILIPA LEITE DE 26.11.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

RELATÓRIO -----

I - Enquadramento -----

Na sequência da aprovação em reunião do executivo municipal da proposta n.º 37/GAP/2018, datada de 30/05/2018, veio a ser realizado o Encontro Internacional de Turismo Sustentável, nos dias 25 e 26 de outubro, em Vidago e Chaves, conforme programa em anexo. -----

O evento teve sessões repartidas pelo Balneário Pedagógico de Vidago e Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, com visitas de campo realizadas em Chaves e Vidago, estas últimas organizadas pela Câmara Municipal de Chaves. -----

À Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável coube a responsabilidade de: -----

- Enviar os convites aos Keynote Speakers; -----
- Assegurar as respetivas viagens e alojamento; -----
- Disponibilizar e gerir um website dedicado ao evento, onde constarão todas as informações necessárias, bem como eventuais parceiros patrocinadores; -----
- Criação e gestão de um endereço de correio eletrónico específico do evento; -----
- Organização geral do evento. -----

Das responsabilidades do Município de Chaves faziam parte: -----

- Estar representado nas sessões protocolares de abertura e encerramento do evento; -----
- Disponibilizar a título gracioso instalações adequadas ao evento;
- Disponibilizar os meios técnicos e apoios necessários (auditório, cadeiras, mesas e audiovisuais), incluindo a montagem à boa utilização dos espaços; -----
- Encontrar parceiros e/ou patrocínio para a realização dos coffee-breaks; -----
- Colaborar na divulgação do evento junto da sua rede de contactos;
- Assegurar transporte para o acompanhamento das visitas incluídas no programa. -----

O acesso ao evento foi totalmente gratuito, implicando, contudo, registo no sistema on-line disponibilizado para o efeito. O evento, de acordo com informação transmitida por email, disponibilizada pela Associação Green Lines, contou com 48 inscritos, valor este que inclui os 17 palestrantes e elementos da comissão organizadora. -----

As despesas globais associadas à organização do Encontro Internacional Turismo Sustentável encontram-se traduzidas no quadro síntese infra:

Designação da Despesa	Fornecedor	Valor c/ IVA
Protocolo Green Lines Institute	Associação Green Lines Institute	4 000,00 €
Autocarro	TuriChaves	318,00 €
coffee breaks (80 pessoas x 3 momentos)	Supermercado Auto Viação Tâmega	255,96 €
Águas	Armazém CMC	24,00 €
		4 597,96 €

II - Conclusão -----

Tendo por base os pressupostos anteriormente elencados podem-se extrair as seguintes conclusões: -----

- Apesar do esforço comunicacional da Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e do Município de Chaves, através do Gabinete de Protocolo e Comunicação, o evento contou com um número muito reduzido de inscrições; -----
- As intervenções dos palestrantes internacionais foram realizadas em inglês, sem ser assegurada tradução simultânea, fator dissuasor, certamente, de não ter havido maior participação; -----
- O material promocional entregue (certificados, capas e canetas) não fazia qualquer referência ao Município de Chaves, sendo de promoção

exclusiva à Associação Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 28.11.2018 -----

Tomado conhecimento do teor do presente relatório, com o qual concordo, cumpro-me tecer os seguintes comentários: -----

1º Destacar o trabalho desenvolvido pela Drª Filipa Leite na articulação da organização e da logística deste evento; -----

2º Embora a temática em causa induzisse um potencial interesse no debate de ideias e de boas práticas, também sou de opinião, pela parte a que pude assistir, que ficou abaixo das expectativas; -----

Face ao exposto, embora reconheça que estas iniciativas são úteis, e que nem sempre se pode medir o sucesso pelo número de participantes, é recomendável, em casos futuros, fazer uma avaliação mais exaustiva do âmbito dos eventos, dos objetivos e do público-alvo. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.03. -----

Visto. Concordo com o teor do presente relatório de avaliação. A consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.04. ----

Visto. À reunião do Executivo municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. RELATÓRIO-1º ENCONTRO DE CIÊNCIA MARIA ALVES PAIVA, 09 E 10 NOVEMBRO 2018 - INFORMAÇÃO Nº113/DSC/18, DA DRA. FILIPA LEITE DE 26.11.2018. -

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Teve lugar nos dias 09 e 10 de novembro o Encontro de Ciência Maria Alves Paiva, que resultou de uma parceria entre a Câmara Municipal de Chaves e a Universidade do Minho, numa coorganização entre as duas instituições. -----

Ao Município de Chaves competiu: -----

- Assegurar os custos inerentes às deslocações e alojamentos dos oradores; -----

- Assegurar os custos de refeições e *coffee-breaks* integrados no evento; -----

- Assegurar a correta publicitação e promoção das ações do projeto;

- Disponibilizar o local para a realização do evento. -----

À Universidade do Minho coube a responsabilidade por: -----

- Convidar os palestrantes; -----

- Estruturar o programa do Encontro; -----

- Receção / confirmação das inscrições dos participantes. -----

O 1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva contou com o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa que, na impossibilidade de presidir à sessão de abertura, enviou uma nota que foi lida na abertura do encontro. Presidiu a sessão de abertura o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Dr. João Sobrinho Teixeira. -----

Na cerimónia de abertura foi celebrado, entre a Universidade do Minho, representada pelo Reitor Prof. Doutor Rui Vieira de Castro, e a Câmara Municipal de Chaves, representada pelo Presidente Dr. Nuno Vaz, um protocolo de cooperação entre as duas instituições. -----

As sessões do evento, traduzidas no programa que consta dos anexos à presente informação, tiveram lugar no Auditório do Centro Cultural de Chaves, abrilhantadas por duas atuações musicais dos alunos da Academia de Música e Ballet Mozart. Os *cocktail* de boas vindas e o *coffee-break* foram confeccionados e servidos pela Escola Profissional de Chaves (EPC) que, em muito, dignificaram estes momentos. -----

O apoio audiovisual ao encontro ficou a cargo da Academia de Artes de Chaves. -----

O encontro contou com a presença de 5 cientistas nacionais de excelência sendo possível ouvir e debater temas científicos relacionados com o nosso quotidiano, com uma participação e interação muito positivas junto da comunidade flaviense. Em anexo ficam registadas reações de alguns dos palestrantes ao encontro. -----

O acesso ao evento foi totalmente gratuito, implicando, contudo, registo no sistema on-line disponibilizado para o efeito. O evento, de acordo com informação partilhada pela Universidade do Minho, contou com mais de 250 inscritos, sendo a capacidade do auditório de 240 lugares. -----

A título de reconhecimento, pelo sucesso alcançado com a organização do evento, foram enviados pelo Município de Chaves ofícios com o registo do devido agradecimento para: Universidade do Minho, palestrantes e organismos que colaboraram na organização (EPC, Academia Mozart, Academia Artes de Chaves). -----

As despesas globais associadas à organização do Encontro encontram-se vertidas no quadro síntese infra: -----

Designação da Despesa	Fornecedor	Valor c/ IVA
Deslocações palestrantes (voos / comboio / transferes)	By travel / Nuno A.P.Santos Unip.Lda	1.553,00 €
Adicional transfer Prof. Jorge Paiva (fundo maneio DSC) - comunicado 09/11/2018	By travel / Nuno A.P.Santos Unip.Lda	40,00 €
Alojamento palestrantes + organização	Forte S. Francisco Hotel	697,00 €
Cocktail Boas-vindas e coffee-breack (bens)	Supermercado Alto Tâmega	706.04
Vinho Quinta Arcossó / branco e tinto (cocktail)	Quinta de Arcossó	307.50
Refeições / 9, 10 e 11 de novembro	5 Restaurantes	878,50 €
Material promocional (impressão de crachás de identificação)	Gráfica do Tâmega	74,99 €
Material promocional (impressão de diplomas, programas e 2 telas roll-ups)	Assunto Afortunado Gráfica Unip. Lda	208,49 €
Total		4.465,52 €

II - Conclusão -----

Atendendo ao enquadramento factual supra enunciado conclui-se que: --

1. O 1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva superou as expectativas em número de participantes inscritos, superando a própria capacidade do auditório; -----

2. O envolvimento da comunidade flaviense foi muito expressivo; --

3. Os comentários produzidos foram, igualmente, satisfatórios pela elevação do encontro e qualidade dos palestrantes. -----

À consideração superior do Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, Arqt. Rodrigo Moreira. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 04.12.2018 -----

Tomado conhecimento do teor do presente relatório, com o qual concordo, cumpre-me tecer os seguintes comentários: -----

1º Destacar o trabalho desenvolvido pela Drª Filipa Leite na articulação da organização e da logística deste evento; -----

2º Tendo em conta as temáticas, os palestrantes, a adesão do público participante e os comentários produzidos sobre o evento em causa, considera-se que o mesmo superou as expectativas; -----

Face ao exposto, considera-se que este tipo de evento pode ser replicado e que o município de Chaves tem condições de reforçar a sua

vocação de dinamizador de iniciativas culturais e de promotor de encontros de ciência, em articulação com entidades e instituições locais e regionais. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.04. ----
 Visto. À reunião do Executivo municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. ANÁLISE DO 2º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "CONSTRUÇÃO DE PISCINAS E EQUIPAMENTO DE APOIO" CLASSIFICADO COMO PIM" - REQUERENTE: ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES LDA.

- MORADA: AV: FARIA MORAIS N.1 5425-315 VIDAGO - INFORMAÇÃO Nº 115/DSC/18, DO CHEFE DE DIVISÃO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 04.12.2018.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO DA INFORMAÇÃO -----

1.A requerente acima referida, na qualidade de promotora do projeto de investimento "*Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio*", classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio, através de correio eletrónico datado de 05/11/2018, apresentar informação semestral relativa à execução do referido projeto de investimento, em conformidade com o disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais (CCBTM), outorgado em 10/10/2017. -----

2.Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta, a referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM)¹⁷, ocorrida no dia 19/11/2018. -----

3.Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o 2º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de interesse municipal, o qual se anexa; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - PROPOSTA -----

Na qualidade de gestor do processo cumpre-me propor ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a ser adotada deliberação, nos termos preconizados no relatório produzido pela CTAAF-PIM, que segue em anexo; -----

b) Caso haja deliberação nos termos preconizados, para cumprimento do estabelecido no artigo 12º (Monitorização das condições de celebração e execução do contrato) do RPIM, recomenda-se que a presente

¹⁷ Comissão criada na sequência da deliberação do órgão executivo camarário do passado dia 15/04/2016, sob a Informação/Proposta Nº80/DSC/2016 de 6/04/20016. -----

informação, o relatório elaborado pela CTAAF-PIM, bem como a deliberação de Câmara referida na alínea anterior, sejam submetidos a apreciação da Assembleia Municipal, na próxima sessão daquele órgão deliberativo, dando-se cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do artigo 13.º do mencionado RPIM. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
Em Anexo: 2.º Relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "*Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio*" e respetivos anexos. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.12.10. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.12.10. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PLANO PRESTACIONAL - RESPOSTA AO N/ OFÍCIO N.º 98/DSC/2018 - CONVITE AO APERFEIÇOAMENTO DO REQUERIMENTO INICIAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 110/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre a resposta ao n/ ofício n.º 16/DSC/2018, formulada por Maria Francisca Ferreira da Silva, contribuinte fiscal n.º 144 023 423, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 3731, em 04.05.2018, relacionada com o convite ao aperfeiçoamento do requerimento inicial do pedido de plano prestacional para pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 2, 3, 4, 5 e 6 do Mercado Municipal de Chaves. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Nos termos do artigo 37.ºiii do Regulamento de Mercados Municipais do Concelho de Chaves (RMM), pela ocupação dos lugares de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no Município de Chaves (RLCT), a pagar até ao dia 15 de cada mês, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. -----

2.2. O incumprimento do dever de pagamento obriga à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista à cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT, e tem como consequência a extinção definitiva do direito de ocupação do respetivo lugar de venda no Mercado Municipal de Chaves (n.º 4 do artigo 37.º do RMM). -----

2.3. Todavia, nos termos do artigo 16.ºiv do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM), e sem prejuízo do disposto no n.º 7v, compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária (CPPT), desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito. -----

3. ANTECEDENTES -----

3.1. Através do n/ ofício com a referência 16/DSC/2018, datado de 22 de fevereiro de 2018, foi comunicada à requerente a existência de avisos por liquidar, relativos aos meses de novembro a fevereiro de

2018, referentes ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 2, 3, 4, 5 e 6 do Mercado Municipal de Chaves, os quais perfaziam um total de 1610,00€ (mil seiscentos e dez euros), ao que acrescem juros de mora vencidos. -----

3.2. Em 09.03.2018 a requerente, através do documento registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 2153, vem solicitar o pagamento do montante em dívida em 8 prestações, por motivo de doença oncológica, que "implica deslocações frequentes ao IPO do Porto, com custos acrescidos de novecentos euros por mês". -----

3.3. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que a requerente, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta (102,00€) no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 196.º do CPPT. -----

3.4. Contudo, a requerente não fez prova documental da insuficiência económica, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário a pessoas singulares, pelo que através do n/ ofício 98/DSC/2018 foi convidada a aperfeiçoar o requerimento inicial do pedido de pagamento em prestações. -----

3.5. Ainda dos antecedentes da requerente, constata-se a existência de um plano de prestações, consubstanciado no pagamento da quantia de 3.844,22€ (três mil oitocentos e quarenta e quatro euros, e vinte e dois cêntimos), em trinta e seis prestações mensais, nos termos da informação n.º 49/DAF/2017, aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara, realizada no pretérito dia 17 de março de 2017. -----

3.6. Através da n/ informação n.º 30/DSC/2018 foi solicitada à DAF esclarecimento sobre o cumprimento do plano de prestações decorrente do acordo supramencionado. De acordo com a informação prestada pela DAF não foram solicitadas ou emitidas quaisquer guias para pagamento das mesmas, pelo que se mantém em dívida o valor global. -----

3.7. De referir ainda, que a requerente ocupa 5 lugares de venda (lojas 2, 3, 4, 5 e 6) destinados à atividade de restauração e bebidas. As lojas 4, 5 e 6 foram unidas, servindo como cozinha e sala de refeições. Na loja 3, individual, encontra-se a grelha da churrasqueira que serve o restaurante e faz serviço takeaway, e a loja 2 encontra-se fechada em permanência, sendo usada apenas, conforme informação do encarregado do Mercado Municipal, como arrumos. -----

4. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

4.1. A requerente veio através do pedido, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 3731, em 04.05.2018, suprir as deficiências iniciais do requerimento inicial em que solicita o pagamento do montante em dívida de 1.610,00€ em 8 prestações, apresentando para o efeito a última declaração de IRS conjunta, declaração de pensionista da Segurança Social e recibo de pensão da CGA do conjugue. -----

4.2. Contudo, o valor em dívida referente ao direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 2, 3, 4, 5 e 6 do Mercado Municipal de Chaves, juntando os dois processos, perfaz o valor global de 5.454,22€ (cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros, e vinte e dois cêntimos). -----

4.3. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

(i) Da análise dos documentos apresentados, e assumindo as despesas extraordinárias, geradas pela doença da requerente, confirma-se a insuficiência económica, nos termos da lei sobre o apoio judiciário;

(ii) Assim, assumindo a dívida global de 5454,22€, e a disponibilidade de pagamento de prestações mensais de valor aproximado a 200,00€ (proposta da requerente), propõe-se um plano prestacional de 24 meses, com o pagamento mensal de 227,26€ (duzentos e vinte e sete euros e vinte e seis cêntimos), acrescendo os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 196.º do CPPT; -----

(iii) Nos termos do n.º 4 do artigo 16.º do Regulamento de Cobrança e Liquidação de Taxas Municipais, o pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder até ao 8.º dia; -----

(iv) No entanto, a falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, e a persistência da situação de incumprimento do dever de pagamento deverá conduzir à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista à cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT, e deverá ter como consequência a extinção definitiva do direito de ocupação dos respetivos lugares de venda do Mercado Municipal de Chaves; -----

(v) Deverá ainda ser comunicado à requerente que a conjugação das alíneas e) e f) do artigo 12.ºvi RMM, mais concretamente a utilização do lugar de venda para fim diverso daquele para o qual foi atribuído, e a interrupção do exercício da atividade, implicam a caducidade do direito de ocupação; -----

(vi) O facto anterior, conjugado com a reiterada falta de cumprimento no pagamento das taxas devidas pela ocupação dos lugares de venda, deverão despoletar um processo em vista à caducidade do direito de ocupação da loja n.º 2; -----

(vii) A consumir-se a referida caducidade de ocupação da loja nº 2, embora possa obrigar a interessada a rever a logística do seu negócio, traduz-se, por outro lado, numa diminuição dos custos de exploração, na medida em que deixa de pagar a taxa da referida loja, podendo daqui resultar mais sustentabilidade da assunção do pagamento regular das taxas. -----

5. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto, estes serviços propõem ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração da Senhora Vereador, Eng^a Paula Chaves, responsável pelo pelouro das feiras e mercados, a aprovação da presente informação e a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

(i) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento do pagamento das taxas devidas pelo direito de ocupação dos lugares de venda - lojas n.º 2 a 6, do Mercado Municipal, em 24 prestações no valor de 227,26€ (duzentos e vinte e sete euros e vinte e seis cêntimos), ao qual acrescem os juros de mora vencidos; -----

(ii) Em simultâneo, que o executivo municipal reconheça a caducidade do direito de ocupação da loja n.º 2 do Mercado Municipal de Chaves, pelas razões expressas no ponto (v) e (vi) do n.º 4.3. da presente informação; -----

(iii) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à mesma vir a processo, por escrito, dizer o

que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 4 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Informação n.º 30/DSC/2018 | Informação Execuções Fiscais | Requerimento EG 3731 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 05/12/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão competente para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração da Senhora Vereadora, Eng^a Paula Chaves, para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 10/12/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 10/12/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO LOCAL DE PRODUTORES DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 117/DSC/2018 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

Com a presente informação pretende-se: -----

(i) Justificar a proposta de regulamento para o Mercado Local de Produtores de Chaves, face à intervenção que se pretende concretizar no âmbito da candidatura "Requalificação do Mercado Local de Produtores", enquadrada no Aviso n.º 001/ADRAT/10214/2017 - "Cadeias curtas e mercados locais", aberto ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio; -----

(ii) Desencadear os procedimentos tendentes à aprovação, por parte da Assembleia Municipal, do Regulamento Municipal do Mercado Local de Produtores. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados reservados apenas a produtores, designados por mercados locais de produtores, nos termos do seu artigo 6.º, estes deverão dispor de um regulamento interno, no qual são estabelecidas as normas relativas, designadamente, ao processo de admissão dos produtores, de organização e de funcionamento do mercado, o qual deve estar afixado em local visível para consulta. -----

2.2. A candidatura aprovada, cuja intervenção visa a “Requalificação do Mercado Local de Produtores” da cidade de Chaves, enquadra-se no Aviso n.º 001/ADRAT/10214/2017 – “Cadeias curtas e mercados locais”, aberto ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2 (“Implementação das estratégias”), integrada na medida n.º 10 (“LEADER”), da área n.º 4 (“Desenvolvimento Local”), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (“PDR 2020”), na tipologia referida na alínea d) do art.º 2.º da referida Portaria. -----

2.3. A referida intervenção visa recuperar o atual espaço do Mercado Local de Produtores, estrutura atualmente integrada no Mercado Municipal de Chaves, conferindo-lhe a necessária autonomia, diferenciação e valorização, enquanto espaço vocacionado para a venda direta das produções locais ao consumidor, numa perspetiva que conjugue fidelização e satisfação dos consumidores, reforço da imagem da região e aumento dos rendimentos gerados na fileira de produção/comercialização, contribuindo para a geração de um quadro de desenvolvimento sustentável, que saiba associar tradição e inovação.

3. FASES DO PROCESSO -----

3.1. Considerando que de acordo com a alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município. -----

3.2. Nesse sentido, através da informação/proposta n.º 102/DSC/2018, presente na reunião ordinária da Câmara Municipal de 30.10.2018, o executivo municipal aprovou, por unanimidade, determinar o início do procedimento tendente à aprovação do Regulamento do Mercado Local de Produtores. -----

3.3. Assim, para cumprimento do estabelecido em matéria de Audiência dos Interessados, e dado o elevado número de potenciais interessados foi estabelecido um período de 30 dias seguidos para a apresentação de contributos, sendo para o efeito publicitado o projeto do novo regulamento, através do Edital n.º 108/2018, datado de 6 de novembro, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 101.º do CPA. -----

3.4. Todavia, não deram entrada nos serviços municipais, nem foram registados no correspondente processo administrativo, quaisquer contributos, pelo que se mantém o clausulado do projeto de regulamento que foi submetido a Audiência dos Interessados, cujo documento se dá por integralmente reproduzido, constando o mesmo em anexo para ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto, estes serviços propõem ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração da Senhora Vereadora, Eng.ª Paula Chaves, responsável pelo pelouro das feiras e mercados, a aprovação da presente informação e a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à aprovação definitiva do projeto de Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves; ----

4.2. Sequencialmente, e alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a proposta de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo o processo ser instruído com o projeto de

Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

4.3. Por último, caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverá promover-se a publicação no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet (no sítio institucional do Município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e artigo 139.º do CPA. ---

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 7 de dezembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Projeto de Regulamento do Mercado Local de Produtores -----

Projeto do Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves

NOTA JUSTIFICATIVA

Face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados reservados apenas a produtores, designados por mercados locais de produtores, e tendo em conta a intervenção que se pretende concretizar no âmbito da candidatura "Requalificação do Mercado Local de Produtores", enquadrada no Aviso n.º 001/ADRAT/10214/2017 - "Cadeias curtas e mercados locais", aberto ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, considera-se necessária a existência de um regulamento específico para o Mercado Local de Produtores de Chaves. A referida intervenção visa recuperar o atual espaço do Mercado Local de Produtores, estrutura atualmente integrada no Mercado Municipal de Chaves, conferindo-lhe a necessária autonomia, diferenciação e valorização, enquanto espaço vocacionado para a venda direta das produções locais ao consumidor, numa perspetiva que conjugue fidelização e satisfação dos consumidores, reforço da imagem da região e aumento dos rendimentos gerados na fileira de produção/comercialização, contribuindo para a geração de um quadro de desenvolvimento sustentável, que saiba associar tradição e inovação. Um mercado local requalificado permitirá a efetiva valorização das produções locais e uma melhor captação de valor em benefício direto do produtor, constituindo um estímulo para a economia local, que criará emprego, reterá valor e população no território. O aumento da adesão de produtores a expor e comercializar os seus produtos, de forma mais contínua, para satisfazer a procura, terá, consequentemente, reflexo direto no aumento de receitas para a autarquia local, através da cobrança de taxas municipais devidas pela ocupação dos espaços do mercado e destinadas a compensar o Município pelos custos associados a tal ocupação, garantindo-se a respetiva equivalência jurídica. -----

Resulta, assim, que a aprovação da presente Proposta de Regulamento se apresenta claramente como uma mais-valia para o desenvolvimento económico local e para caracterização do Município de Chaves como um município mais sustentável, assumindo-se, na mesma, um custo/benefício proporcional, tendo em conta o fim que se pretende atingir. ----

CAPÍTULO I -----

Disposições gerais -----

Artigo 1.º -----

Norma habilitante -----

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e ulteriores alterações, da alínea k) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio. --

Artigo 2.º -----
Âmbito de aplicação -----

O presente Regulamento visa estabelecer e definir as normas relativas à admissão de produtores, organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior do Mercado Local de Produtores de Chaves.

Artigo 3.º -----
Competências -----

1.A organização e gestão do Mercado Local de Produtores de Chaves compete à Câmara Municipal, e obedecerá às disposições do presente Regulamento, sem prejuízo de outros diplomas legais aplicáveis. -----

2.Para efeito de aplicação do disposto no presente Regulamento considera-se Mercado Local de Produtores o espaço público, de acesso público, destinado aos produtores locais agrícolas, pecuários, agroalimentares e artesãos, com a atividade devidamente licenciada ou registada, para venda dos seus produtos. -----

3.Os atos previstos no presente regulamento que sejam da competência da Câmara Municipal são passíveis de delegação no Presidente da Câmara e de subdelegação nos Vereadores. -----

Artigo 4.º -----
Finalidade -----

O Mercado Local de Produtores de Chaves é um recinto fechado, constituído por lugares de diferentes tipologias, destinados essencialmente à venda direta de produtos agrícolas e agroalimentares, aves e leporídeos, produzidos na área geográfica do concelho de Chaves e concelhos limítrofes. -----

Artigo 5.º -----
Participantes -----

1.O mercado local de produtores destina-se à participação de: -----

a) Pessoas singulares ou coletivas para comercialização dos produtos da produção local resultante da sua atividade agrícola e agropecuária;

b) Pessoas singulares ou coletivas para comercialização dos produtos transformados, de produção própria, com matéria-prima exclusivamente resultante de produções agropecuárias de origem local; -----

c) Grupos de produtores agrícolas que comercializem produtos agrícolas e agropecuários de produção local própria. -----

2.No mercado local de produtores podem ser autorizadas pela Câmara Municipal atividades de animação, de demonstração ou de promoção de produtos locais, desde que não prejudiquem a atividade de comércio dos produtos agrícolas locais, designadamente em termos de higiene, segurança e qualidade alimentar. -----

Capítulo II -----

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO -----

SECÇÃO I -----

Dos lugares de venda -----

Artigo 6.º -----

Tipologia -----

1.No Mercado Local de Produtores de Chaves existem diferentes tipologias de lugares de venda, designadamente: -----

a) Os lugares de terrado com banca - locais no logradouro interior do Mercado Local de Produtores, sem espaço privativo para atendimento, confrontando diretamente com a zona de circulação ou espaço comum do mercado, providos com bancas móveis; -----

b) Os lugares de terrado para aves e leporídeos - locais no logradouro interior do Mercado Local de Produtores, sem espaço privativo para atendimento, confrontando diretamente com a zona de circulação ou espaço comum do mercado; -----

c) Os lugares de terrado para venda de produtos agrícolas ensacados - locais no logradouro exterior do Mercado Local de Produtores, ou em zona adjacente a definir pela Câmara Municipal, que permitem efetuar a venda direta destes produtos, do produtor ao consumidor final, a partir dos próprios veículos de transporte. -----

d) Os lugares de terrado para floricultores e viveiristas - locais no logradouro interior ou em espaço adjacente, a definir pela Câmara Municipal. -----

2.A Câmara Municipal, por motivos relacionados com as condições higiossanitárias, poderá determinar a atribuição de diferentes espécies de produtos comercializáveis a diferentes espaços ou grupos de lugares de venda, nomeadamente, no caso de produtos obtidos em produção integrada ou em modo de produção biológica. -----

Artigo 7.º -----

Marcação -----

1.A Câmara Municipal procederá no Mercado Local de Produtores à marcação dos lugares de terrado no logradouro interior e espaços adjacentes, e definirá a respetiva ocupação espacial segundo: -----

a)A natureza dos produtos a comercializar; -----

b)O tempo de ocupação requerida, permanente ou ocasional. -----

Artigo 8.º -----

Direito de ocupação -----

1.Os lugares de venda só podem ser ocupados e explorados pela pessoa, singular ou coletiva, beneficiária de adjudicação pela Câmara Municipal do direito de ocupação. -----

2.Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, o não cumprimento do disposto no n.º 1, tornará nula a adjudicação, sem qualquer direito para o ocupante de reaver as importâncias liquidadas. -----

Artigo 9.º -----

Modalidades do direito à ocupação -----

1.A atribuição do direito de ocupação de lugares de terrado será efetuada a título permanente, durante todo o ano, ainda que a atividade de venda seja exercida em dias da semana específicos, nomeadamente o dia da feira semanal, ou a título ocasional, quando a atividade seja exercida apenas esporadicamente. -----

2.Para a ocupação a título ocasional a Câmara Municipal reserva 15% dos lugares do logradouro interior, os quais não podem ser atribuídos a título permanente, para salvaguarda dos pequenos produtores agrícolas, com produções marcadamente sazonais. -----

Artigo 10.º -----

Exercício da atividade -----

1.No lugar de venda, o ato de venda deve ser exercido pelo respetivo titular do direito de ocupação, podendo nele intervir, cumulativamente, um representante que integre a exploração, desde que sob a sua responsabilidade e direção. -----

2.Qualquer titular do direito de ocupação só se pode fazer substituir na efetiva direção do lugar de venda por pessoa julgada idónea e mediante autorização da Câmara, a qual será concedida por motivo de doença, devidamente justificada, ou quando se verificarem circunstâncias especiais, alheias à vontade do interessado, consideradas absolutamente impeditivas. -----

3.A substituição, não isenta o titular do direito de ocupação da responsabilidade por quaisquer ações ou omissões do substituto, mesmo que por motivo delas a estes tenham sido aplicadas penalidades. -----

4.A verificação da inexatidão dos motivos alegados para justificarem a autorização prevista no número 2, importa a sua imediata revogação.

5.O titular do direito de ocupação dum lugar de venda no mercado não pode exercer nele comércio de produtos diferentes daqueles a que está autorizado e a que o local se destina, nem dar-lhe uso diverso daquele para que lhe foi concedido, sob pena de revogação do respetivo direito de ocupação, sem direito a qualquer indemnização. -----

Artigo 11.º -----

Interrupção do exercício da atividade -----

1.Qualquer titular do direito de ocupação que, por motivo de doença ou outro devidamente justificado, se encontrar impedido de dirigir ou manter em funcionamento, o seu lugar de venda, por período de tempo não superior a 60 dias seguidos, deverá apresentar declaração escrita à Câmara Municipal, indicando o tempo e motivo de ausência, podendo ocasionar a afixação de aviso próprio. -----

2.Comprovando-se que o impedimento assume caráter permanente ou que o titular do direito de ocupação, por qualquer motivo, pretende desistir da ocupação do lugar de venda que lhe foi adjudicado, deverá este informar a Câmara Municipal desse facto, que dará origem a um novo procedimento de atribuição do direito de ocupação do espaço em causa.

3.Os factos enunciados no ponto 1 deste artigo deverão ser comunicados por escrito até ao dia 30 do mês anterior àquele em que se pretende que produzam efeitos. -----

4.Caso se verifique que o período de ausência é superior ao previsto no n.º 1, pode o titular do direito de ocupação perder o direito à ocupação do lugar nos termos do artigo 15.º. -----

Artigo 12.º -----

Transmissão do direito de ocupação -----

1. Salvo o disposto no número seguinte, o direito de ocupação dos lugares de venda é intransmissível. -----

2. Poderá a Câmara Municipal autorizar a transmissão do direito de ocupação ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, aos seus descendentes diretos nos seguintes casos: -----

a) Invalidez do titular; -----

b) Redução a menos de 50% da capacidade física normal; -----

c) Morte do titular, nos termos previstos no artigo seguinte; -----

3. Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso. O pedido de transmissão do direito de ocupação deve ser acompanhado de requerimento fundamentado do seu titular, de documentos comprovativos dos factos invocados, bem como documento comprovativo do cumprimento das disposições legais aplicáveis para o exercício da atividade em nome do interessado na transmissão. -----

4. O disposto nos números anteriores não determina qualquer alteração nos direitos e obrigações do direito de ocupação do espaço de venda a transmitir, designadamente, quanto ao respetivo prazo. -----

Artigo 13.º -----

Direito de preferência -----

1. Por morte do titular do direito de ocupação preferem na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus representantes legais assim o requerem nos

60 dias subsequentes ao óbito, instruindo o pedido com a respetiva certidão de óbito, de casamento ou de nascimento, conforme os casos.

2.Em caso de concurso de interessados, a preferência defere-se pela ordem prevista no número anterior. -----

3.Concorrendo apenas descendentes, observam-se as seguintes regras: -

a)Entre descendentes de grau diferente, preferem os mais próximos em graus; -----

b)Entre descendentes do mesmo grau, será realizado sorteio. -----

Artigo 14.º -----

Desistência do direito de ocupação -----

1.O titular do direito de ocupação de lugar de venda que dele queira desistir deve comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior àquele em que se pretende que produza efeitos, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência. -----

2.A desistência do direito de ocupação do lugar de venda não confere qualquer direito à devolução das quantias pagas previamente. -----

Artigo 15.º -----

Caducidade do direito de ocupação -----

O direito de ocupação do lugar de venda caduca nos seguintes casos: -

Por morte ou invalidez do respetivo titular, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º e do n.º 1 do artigo 13.º, do presente Regulamento; -----

a) Por desistência voluntária do seu titular; -----

b) Por falta de pagamento das taxas previstas neste Regulamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal; -----

c) Findo o prazo do direito de ocupação do lugar de venda; -----

d) Pela utilização do lugar de venda para fim diverso daquele para o qual foi atribuído; -----

e) Pela interrupção do exercício da atividade, sem prejuízo do disposto no n.º 1, do artigo 11.º, do presente Regulamento; -----

f) A título de sanção acessória, no âmbito do artigo 38.º, do presente Regulamento. -----

Artigo 16.º -----

Publicidade -----

A colocação de quaisquer meios ou suporte de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias nos lugares de venda do mercado carece de autorização da Câmara Municipal e está sujeita ao quadro legal em vigor, em matéria de publicidade. -----

Artigo 17.º -----

Normas específicas -----

A comercialização, exposição, preparação, acondicionamento e rotulagem dos produtos, bem como a exploração das atividades desenvolvidas nos lugares de venda terão de obedecer à legislação específica que eventualmente as discipline, sendo o seu cumprimento da inteira responsabilidade do titular do direito de ocupação. -----

SECÇÃO II -----

Da atribuição do direito de ocupação -----

Artigo 18.º -----

Regime de atribuição -----

1.Os lugares de venda serão sempre atribuídos a título precário, pessoal e oneroso, sendo a atribuição condicionada aos termos do presente regulamento e demais disposições legais aplicáveis. -----

2.A atribuição do espaço de venda pode ser revogada a todo o momento mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal de Chaves, com base em razões de interesse público. -----

3.Cada pessoa, singular ou coletiva, apenas pode ser titular de, no máximo, dois lugares de venda, sem prejuízo das situações existentes à data de entrada em vigor deste regulamento. -----

Artigo 19.º -----
Duração do direito de ocupação -----
O prazo de direito de ocupação tem natureza precária e é feita por um período de dez anos. -----

Artigo 20.º -----
Condições de atribuição do lugar de terrado a título permanente -----

1.A atribuição de lugares a título permanente, novos ou vagos, no Mercado Local de Produtores, far-se-á através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". -

2.O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para a pessoa cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária. ----

3.Para a ocupação a título permanente, compete à Câmara Municipal emitir o cartão de identificação de titular de lugar de venda, cujo modelo se publica no anexo I. -----

4. Quando o titular permanente não ocupar o lugar que lhe está reservado até às oito horas da manhã do dia de feira, deverá o funcionário municipal em serviço no mercado, atribuir esse lugar a outro participante ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo seguinte. -----

Artigo 21.º -----
Condições de atribuição do lugar de terrado a título ocasional -----

1. A ocupação do lugar a título ocasional far-se-á segundo a ordem de chegada aos setores respetivos, segundo o ordenamento estabelecido. -

2. A ocupação prevista no número anterior deverá ser solicitada verbalmente ao trabalhador municipal e estará sempre condicionada à existência de lugares disponíveis, implicando o pagamento da taxa correspondente e prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

3. O direito à ocupação a título ocasional será feito por meio do recibo emitido pelo pagamento da taxa correspondente, devendo o interessado conservá-lo em seu poder durante o período da sua validade, sob pena de lhe ser exigido novo pagamento. -----

Artigo 22.º -----
Intransmissibilidade -----

O cartão de identificação de titular de lugar de terrado do mercado é pessoal e intransmissível. -----

SECÇÃO II -----
Do regime de funcionamento -----

Artigo 23.º -----
Horários -----

1.O Mercado Local de Produtores funciona às quartas-feiras, das 6 horas às 16 horas. -----

2.O horário estará afixado em lugar bem visível. -----

3.Excecionalmente, a Câmara Municipal poderá proceder à alteração da calendarização e horário de funcionamento constante no n.os 1 do presente artigo, a qual será anunciada com, pelo menos, oito dias de antecedência. -----

4. Não é permitida a permanência no mercado de quaisquer pessoas estranhas ao serviço, para além da hora de encerramento. -----

Artigo 24.º -----

Circulação de veículos -----

A Câmara Municipal estabelecerá as regras de circulação de veículos que transportem géneros e artigos para venda, para efeitos de carga e descarga, as quais deverão ser escrupulosamente acatadas. -----

SECÇÃO III -----

Dos deveres e das proibições -----

SUBSECÇÃO I -----

Titulares do direito à ocupação -----

Artigo 25.º -----

Obrigações dos titulares do direito à ocupação -----

Os titulares do direito de ocupação e seus representantes ficam obrigados a: -----

- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento; -----
- b) Cumprir as ordens e determinações da Câmara Municipal e dos seus funcionários em serviço no mercado; -----
- c) Comunicar e justificar à Câmara Municipal, por escrito, da sua não concordância com as ordens e determinações aludidas na alínea anterior; -----
- d) Tratar com respeito os funcionários em serviço no mercado; -----
- e) Ter afixado, por forma bem legível e visível para o público, a identificação do produtor, a sua exploração ou empresa, com indicação do respetivo nome ou firma, localização e contactos; -----
- f) Ter afixado, por forma bem legível e visível para o público, o preço dos produtos expostos, respeitando as normas regulamentares que sobre a matéria estejam em vigor; -----
- g) No caso de produtos obtidos em produção integrada ou em modo de produção biológica, os produtores devem disponibilizar informação clara sobre a qualidade, origem e os métodos de produção utilizados, para além de exhibir os respetivos certificados sempre que solicitado; -----
- h) Apresentarem-se no local de venda decentemente vestidos e em perfeito estado de asseio, podendo ser obrigados a usar vestuário especial, se e quando a Câmara assim deliberar; -----
- i) Usar de maior delicadeza, civismo e correção ética para com o público; -----
- j) Zelar pelo bom estado de conservação dos espaços e seus equipamentos; -----
- k) Manter os lugares de venda em escrupuloso estado de limpeza; -----
- l) Proceder à limpeza dos espaços e equipamentos que lhe estão afetos, a qual deverá estar concluída quinze minutos antes do encerramento do mercado; -----
- m) Não lançar ou deixar no chão quaisquer desperdícios, restos, lixo ou outros materiais que conspurquem o ambiente e possam afetar a segurança e a saúde públicas; -----
- n) Usar sempre os recipientes de lixo existentes no recinto do mercado e os de modelo aprovado pela Câmara Municipal; -----
- o) Ocupar apenas o espaço estritamente correspondente ao seu local; -----
- p) Proceder, nos prazos fixados, ao pagamento das taxas devidas pelo funcionamento dos lugares de venda e determinadas pela Câmara Municipal; -----
- q) Cumprir com as disposições regulamentares em vigor, em matérias especificamente relacionadas com o seu ramo de atividade. -----

Artigo 26.º -----

Práticas proibidas -----

É proibido aos titulares do direito à ocupação: -----

- a) Efetuar qualquer venda fora dos lugares para esse fim expressamente destinados; -----
 - b) Expor artigos, produtos ou mercadorias fora do espaço a tal fim destinados; -----
 - c) Apregoar os géneros ou mercadorias; -----
 - d) Vender produtos e artigos proibidos ou excluídos por lei e aqueles sobre os quais recaia ou venha a recair deliberação camarária de restrição, acondicionamento, interdição e proibição; -----
 - e) Utilizar balanças, pesos e medidas quando não aferidos ou em condições irregulares; -----
 - f) Colocar, nos lugares de venda, quaisquer equipamentos e utensílios não autorizados pela Câmara Municipal; -----
 - g) Pregar pregos e escáfulas nas paredes das áreas comuns, ou fixar armações, sem licença da Câmara; -----
 - h) Deixar aberta qualquer torneira ou gastar água para outro fim que não seja a limpeza das bancas; -----
 - i) Acender lume em qualquer local do mercado; -----
 - j) Dar entrada a volumes com quaisquer géneros encobertos sem o declarar; -----
 - k) Dar entrada a quaisquer géneros alimentícios ou mercadorias nos acessos não autorizados para esse fim; -----
 - l) Desacatar os funcionários do mercado ou outros funcionários da Câmara, no exercício das suas funções, sem prejuízo do respetivo procedimento criminal quando a ele haja lugar; -----
 - m) Formular de má-fé, verbalmente ou por escrito, queixas ou participações inexatas contra os funcionários ou empregados do mercado, e contra qualquer utilizante ou seu empregado; -----
 - n) Apresentar-se durante o período de funcionamento do mercado, em estado de embriaguez ou sob o efeito de droga. -----
- Artigo 27.º -----
- Revendedor de aves e leporídeos -----
- 1.0 revendedor de aves é obrigado a transportar e expor as mesmas em gaiolas ou canastos apropriados. -----
- 2.É proibido aos criadores: -----
- a) Manter animais de criação em lugares acanhados e sem a necessária cubagem para se poderem mover ou respirar ou sem água de bebida; ----
 - b) Matar, depenar ou preparar qualquer espécie de criação. -----
- SUBSECÇÃO II -----
- Proibições genéricas -----
- Artigo 28.º -----
- Pessoas estranhas ao Mercado -----
- É proibido a qualquer pessoa dentro do mercado: -----
- a) Permanecer no interior do mercado, depois das horas do encerramento, salvo com autorização do encarregado dos serviços do mercado; -----
 - b) Estar deitado ou sentado nas ruas e coxias, nas bancas ou balcões e sobre os géneros expostos à venda; -----
 - c) Transitar fora das ruas e coxias destinadas a esse fim; -----
 - d) Correr, gritar, proferir palavras obscenas, empurrar ou incomodar, por qualquer forma, os transeuntes compradores e fornecedores; -----
 - e) Intervir em negócios alheios ou em questões de serviço e desobedecer aos empregados do mercado; -----
 - f) Amolar ou afiar facas ou qualquer ferramenta nas paredes, nos pavimentos, nas bancas ou em outro material; -----
 - g) Cuspir no chão ou nas paredes; -----
 - h) Lançar para o solo quaisquer resíduos, tais como penas de aves ou restos de produtos hortícolas e frutícolas e conservar esses resíduos

fora dos baldes ou caixas de limpeza destinados a esse fim. -----
SECÇÃO IV -----
Do pessoal -----
Artigo 29.º -----
Estrutura funcional -----
A estrutura funcional do mercado é constituída pelo encarregado do mercado, coadjuvado pelos assistentes operacionais nomeados pela Câmara Municipal. -----
Artigo 30.º -----
Deveres do encarregado do Mercado -----
O encarregado do mercado obriga-se a: -----
a) Superintender os serviços do Mercado e coadjuvar, sempre que necessário, os competentes serviços de fiscalização da Câmara Municipal; -----
b) Velar pela manutenção da ordem, distribuição e bom funcionamento, com a faculdade de recorrer à força pública quando necessário; -----
c) Ter à sua responsabilidade e guarda o inventário de todo o material e utensílios e verificá-lo com frequência, para tomar conhecimento e dar parte das faltas ou avarias ocorridas; -----
d) Atender com solicitude quaisquer queixas, fazendo imediatas averiguações, tomando testemunhas e resolvendo as questões quando sejam da sua alçada, ou comunicando-as à Câmara, em caso contrário; -
e) Velar cuidadosamente pela boa ordem, higiene e asseio dos lugares de venda e pelas boas condições dos géneros expostos chamando a atenção da autoridade sanitária para todos os que se tornem suspeitos e suspendendo entretanto a venda dos mesmos; -----
f) Afixar e cumprir todas as Ordens de Serviço; -----
g) Executar as disposições do presente Regulamento e todas as ordens ou instruções que legitimamente lhe sejam dadas; -----
h) Verificar se os funcionários cumprem com zelo e competência os deveres do seu cargo; -----
i) Participar à Câmara, por escrito, qualquer ocorrência que interesse ao serviço, à manutenção da boa ordem, economia e higiene do mercado; -----
j) Requisitar o material e reparações necessárias; -----
k) Não permitir que o material de que é responsável seja utilizado para fins diversos daqueles para que é destinado; -----
l) Dirigir o serviço interno; -----
m) Proceder à emissão de guias de pagamento e à cobrança das taxas respetivas, no posto de atendimento administrativo, arrecadando a respetiva importância e entregando-a na Tesouraria da Câmara, sempre que tal se mostre necessário, nos termos autorizados; -----
n) Comunicar imediatamente aos seus superiores todas as infrações que se verificarem ou de que suspeitem; -----
o) Providenciar para que a circulação dentro do Mercado seja rápida e fácil. -----
Artigo 31.º -----
Direção Sanitária -----
A direção sanitária do mercado é da responsabilidade do Veterinário Municipal, competindo-lhe orientar e fiscalizar, do ponto de vista técnico, todos os serviços em perfeita colaboração com outras autoridades sanitárias, podendo transmitir ao pessoal destacado no Mercado Local de Produtores, nomeadamente ao encarregado, as instruções que entenda convenientes para o cumprimento integral de todas as disposições legais e regulamentares. -----
Artigo 32.º -----
Deveres genéricos -----

Todo o pessoal que presta serviço no mercado é obrigado a: -----

- a) Apresentar-se irrepreensivelmente limpo em todos os atos de serviço e com fardamento e distintivo que lhe competir; -----
- b) A não se ausentar do lugar do serviço que lhe for destinado, sem a devida autorização e sem apresentar quem o substitua; -----
- c) A não se valer do seu lugar ou da sua autoridade para prejudicar quem for; -----
- d) A velar pelo cumprimento das disposições deste Regulamento, mantendo rigorosa ordem; -----
- e) A ser correto com todas as pessoas que frequentam o mercado, prestando os esclarecimentos que lhe sejam pedidos; -----
- f) Zelar pelas cobranças das taxas e tributos municipais procurando com diligências evitar as fraudes; -----
- g) A não exercer no mercado, direta ou indiretamente, qualquer ramo de comércio ou indústria; -----
- h) A manter boas relações com os colegas; -----
- i) A ser zeloso dos interesses legítimos do município; -----
- j) A informar, com verdade, os seus superiores de tudo o que interesse ao serviço. -----

Artigo 33.º -----

Práticas proibidas pelo pessoal -----

1.É vedado a todo o pessoal prestar no mercado outros serviços que não sejam inerentes às suas funções ou que lhe tenham sido determinadas superiormente. -----

2.É expressamente proibido a todo o pessoal receber, direta ou indiretamente, dos seus utilizantes dádivas de qualquer espécie. ----

SECÇÃO VI -----

Das taxas -----

Artigo 34.º -----

Taxas -----

1.Pela ocupação dos lugares de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

2.A taxa será paga mensalmente no posto de atendimento administrativo do Mercado Local de Produtores, ou na tesouraria da Câmara Municipal, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. -----

3.O pagamento mensal será efetuado até ao dia 15 de cada mês. -----

4.O não pagamento das taxas devidas nos prazos e pela forma prevista neste artigo implica a caducidade do direito de ocupação e a cobrança das importâncias em dívida, mediante processo de execução fiscal. ---

CAPÍTULO III -----

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES -----

Artigo 35.º -----

Competência -----

1.Sem prejuízo do disposto em legislação específica, a fiscalização do cumprimento das obrigações do presente Regulamento compete à Câmara Municipal. -----

2.O serviço interno dos Mercados será orientado e dirigido pelo Encarregado designado, de harmonia com as disposições deste Regulamento e com as ordens que lhes sejam transmitidas. -----

3.No âmbito das respetivas competências, a fiscalização compete à Autoridade para a Segurança Alimentar (ASAE), à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), à Polícia de Segurança Pública (PSP), à Guarda Nacional Republicana (GNR), às Autoridades Sanitárias e às demais entidades policiais, administrativas e fiscais, nomeadamente da fiscalização municipal. -----

Artigo 36.º -----

Fiscalização municipal -----
Aos funcionários municipais designados compete, em geral, assegurar o regular funcionamento do mercado superintendendo e fiscalizando todas as atividades e fazendo cumprir as normas aplicáveis. -----
Artigo 37.º -----
Sanções -----
As infrações ao presente Regulamento constituem ilícito de mera ordenação social, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como das contraordenações fixadas na lei habilitante. -----
Artigo 38.º -----
Contraordenações -----
1.É punida com coima graduada de 50 euros a 250 euros: -----
a)A substituição pela direção do lugar de venda por pessoa diferente do respetivo titular do direito de ocupação, em violação ao disposto no n.º 1 do artigo 10.º -----
b)A venda de produtos diferentes daqueles a que está autorizado, em violação ao disposto no n.º 5 do artigo 10.º; -----
c)A colocação de publicidade em violação do disposto no artigo 16.º; -----
d)O não cumprimento das regras de circulação de veículos que transportem géneros e artigos de venda, em violação ao disposto no artigo 24.º; -----
e)Violação das disposições constantes no artigo 25.º; -----
f)Violação das disposições constantes no artigo 26.º -----
g)Violação das disposições constantes nas alíneas no artigo 28.º. --
3. A negligência e a tentativa são puníveis. -----
4. No caso de pessoas coletivas os limites mínimos e máximos passam para o dobro. -----
Artigo 39.º -----
Sanções acessórias -----
As contraordenações previstas no artigo anterior podem, ainda, determinar, quando a gravidade da infração o justifique, a aplicação das sanções acessórias previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio. -----
CAPÍTULO IV -----
Disposições finais -----
Artigo 40.º -----
Danos ou prejuízos materiais -----
Os titulares do direito de ocupação são responsáveis pelos prejuízos ou danos que provoquem nos lugares de venda ou outras dependências do mercado. -----
Artigo 41.º -----
Dúvidas e omissões -----
1.Em tudo o que não estiver disposto no presente Regulamento aplicar-se-á o disposto na legislação específica sobre a matéria. -----
2.Para a resolução de conflitos e ou dúvidas na aplicação das disposições do presente Regulamento é competente a Câmara Municipal. -----
Artigo 42.º -----
Norma revogatória -----
A partir da entrada em vigor do presente Regulamento consideram-se revogadas todas as normas relativas ao espaço do Mercado Local de Produtores constantes do Regulamento dos Mercados Municipais de Chaves, muito concretamente os artigos 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º e 30.º. -----
Artigo 43.º -----
Entrada em vigor -----
O presente regulamento entra em vigor 15 dias a seguir à sua publicação. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 07/12/2018 -----

1. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração da Senhora Vereadora, Eng.^a Paula Chaves, para que a mesma profira despacho no sentido de propor ao Executivo Municipal que aprove, em definitivo, o projeto de Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves; -----

3. Sequencialmente, e alcançado o desiderato referido na alínea anterior, que a proposta de Regulamento seja agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4. Por último, caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverão ser desencadeados os procedimentos de publicação nos termos do n.º 1, do artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, combinadas com o artigo 139.º do CPA. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 10/12/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 10/12/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PROTOCOLO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 103/GTF/2018 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao programa Voluntariado Jovem para as Florestas, ano de 2018, nomeadamente celebração de protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, celebrado entre a Câmara Municipal de Chaves e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.-----

2- Antecedentes e Justificação-----

Ponto 1 - O programa Voluntariado Jovem para as Florestas é promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude I.P.-----

Ponto 2- Tendo em consideração que nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 o Município de Chaves candidatou-se e cumpriu as suas candidaturas ao programa Voluntariado Jovem para as florestas os quais possibilitaram uma vigilância ativa no concelho;-----

Ponto 3 - Tendo presente que o programa em apreço permitiu reforçar a vigilância em locais ocultos, onde os postos de vigia não têm campo de visão;-----

Ponto 4 - Tendo presente que nessa data os jovens receberam uma bolsa de 12 euros/dia sendo os pagamentos efetuados diretamente pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. aos jovens.-----

Ponto 5 - Considerando que o programa não teve continuidade à posterior pelas regras impostas nomeadamente os jovens não poderem efetuar mais de 1 quinzena por/ano o que obrigava a uma elevada rotatividade e pouco interessante para os jovens pois as deslocações eram onerosas e a participação reduzida;-----

Ponto 6 - Tendo presente que no presente ano houve nova intenção de operacionalizar o programa e tendo presente que os jovens poderiam continuar mais do que um período, após interregno de 30 dias, e após solicitação pela Técnica, **Tânia Oliveira**, do Departamento de Coordenação Geral - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, Setor de Educação, este serviço apoiou na elaboração da candidatura e na colocação dos jovens no terreno;-----

Ponto 7 - O Município de Chaves viu aprovada a sua candidatura no valor de 5 280 euros. O presente montante é de 300,00€ para despesas decorrentes de gestão para a entidade promotora e de 4 980,00 € para pagamento da bolsa dos voluntários (10 €/dia/jovem);-----

Ponto 8 - Considerando que os jovens só poderiam iniciar funções após se inscreverem diretamente na plataforma do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., na qual validavam os dados pessoais, curriculum e dados Bancários;-----

Ponto 9 - Tendo presente que se inscreveram na plataforma do IPDJ 4 jovens, mas só dois quiseram participar no programa durante o período de 21-09-2018 a 05-10-2018 (15 dias);-----

Ponto 10 - Considerando ainda que participaram, no programa, os seguintes jovens:-----

- António Sérgio Rodrigues cartão de Cidadão n.º 14748188, contribuinte n.º 258342005 IBAN PT50003508970011865793068; -----

- Tiago Martins da Silva cartão de Cidadão n.º 14863420, contribuinte n.º 265206154, IBAN PT50003502490006593340046; -----

Ponto 11 - Após conclusão do programa e dado que os jovens afirmaram não ter recebido contactou-se os serviços do IPDJ sobre o pagamento da Bolsa aos Jovens os quais afirmaram que estariam a ultrapassar algumas questões legais;-----

Ponto 12 - Aos 05 dias do mês de Novembro de 2018, através do Despacho n.º 10192/2018, Diário da República, 2.ª série – N.º 212, refere que tendo presente que as autarquias locais são entidades da administração pública com particular proximidade face às comunidades, podendo desenvolver atividades de voluntariado para e com jovens, numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e permitindo uma adaptação à realidade local, é autorizada, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a celebração de protocolos no âmbito do programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas», no montante total de (euro) 106 630, com as autarquias locais e valores identificados no quadro em anexo.-----

Ponto 13 - Da análise do quadro anexo do despacho, referido no ponto anterior, para o Município de Chaves estava cabimentado uma verba de 5 280, 00 €.-----

Ponto 14 - Aos 06 dias do presente mês o IPDJ remeteu para os serviços municipais, via e-mail, a minuta de protocolo, em anexo, a celebrar entre o Município de Chaves e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. com vista a regular os termos e condições de natureza financeira entre o IPDJ, I.P. e o Município de Chaves;-----

Ponto 15 - Para o Município de Chaves, de acordo com o protocolo, serão transferidas o montante financeiro de 600,00€ (seiscentos

euros), para promoção do projeto Vigiar a Floresta o qual de acordo com a alínea a) da cláusula 2.ª, do protocolo, 300,00€ (trezentos euros) é para fazer face ao pagamento da bolsa aos voluntários (valor de 10 euros, por dia, por voluntário/a) e o valor de 300,00€ (trezentos euros) para o Município para despesas decorrentes de gestão. O presente protocolo tem em conta o real valor de execução do projeto e não o valor aprovado na candidatura;-----

Ponto 16 - Das obrigações do Município de Chaves, de acordo com a cláusula quarta alínea b) do protocolo resulta transferir quinzenalmente para os jovens voluntários o valor de ressarcimento da bolsa correspondente à sua participação no programa;-----

Ponto 17 - Face ao exposto anteriormente e tendo presente que no programa participaram 2 jovens durante 15 dias é necessário efetuar-lhe o ressarcimento da bolsa correspondente à sua participação no programa no valor de 150 euros/cada;-----

3 - Proposta em Sentido Estrito-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente assunto seja agendado na próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove o clausulado constante da minuta de protocolo;-----

b) Caso o referido clausulado seja aprovado nos termos anteriormente sugeridos, que seja desde já legitimado o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, para outorgar o referido protocolo;-----

c) Que os serviços Municipais procedam ao pagamento da bolsa, aos jovens referidos no ponto 10, correspondente à sua participação no programa no valor de 150 euros/jovem conforme dados bancários em anexo.-----

À consideração Superior-----

O Técnico Superior-----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

■ Protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, celebrado entre a Câmara Municipal de Chaves e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. -----

ⁱⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. ----

iii Regulamento dos Mercados Municipais -----
Artigo 37.º - Taxas -----

1. Pela ocupação dos lugares de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

2. A taxa será paga mensalmente no posto de atendimento administrativo do Mercado Municipal, ou na tesouraria da Câmara Municipal, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. -----

3. O pagamento mensal será efetuado até ao dia 15 de cada mês. -----

4. O não pagamento das taxas devidas nos prazos e pela forma prevista neste artigo implica a caducidade do direito de ocupação e a cobrança das importâncias em dívida, mediante processo de execução fiscal. ---

iv Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----
Artigo 16.º - Pagamento em prestações -----

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 7, compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito. -----

2. Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido. -----

3. No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações. -----

4. O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder até ao 8.º dia. -----

5. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida. -

6. Poderá o Presidente da Câmara Municipal condicionar a autorização do pagamento fraccionado das taxas à prestação de caução. -----

v Artigo 7.º - Auto-liquidação - âmbito geral -----

1. Nos casos de deferimento tácito, haverá lugar ao pagamento da taxa que seria devida pela prática do respectivo acto expreso. -----

2. A auto-liquidação das taxas só será admissível caso não se proceda à liquidação, no prazo de 15 (quinze) dias. -----

vi Regulamento dos Mercados Municipais -----
Artigo 12.º - Caducidade do direito de ocupação -----

O direito de ocupação do lugar de venda caduca nos seguintes casos: -

a) Por morte ou invalidez do respetivo titular, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 10.º, do presente Regulamento; -----

b) Por desistência voluntária do seu titular; -----

c) Por falta de pagamento das taxas previstas neste Regulamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal; -----

d) Findo o prazo do direito de ocupação do lugar de venda; -----

e) Pela utilização do lugar de venda para fim diverso daquele para o qual foi atribuído; -----

-
- f) Pela interrupção do exercício da atividade, sem prejuízo do disposto no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento; -----
- g) A título de sanção acessória, no âmbito do artigo 42.º, do presente Regulamento. -----